

NOVA SÉRIE



REVISTA DA MAIA

2026

Revista Cultural da Câmara Municipal da Maia

Índice

4

Textos Introdutórios

14

**O limite oriental do actual Concelho
da Maia - Revisitando as antigas
demarcações de freguesias maiatas**

Ricardo Ribeiro

32

**Custodio Gonçalves Arozo
Contributo para a biografia de um cidadão
maiato do século XVIII**

Miguel Padrão

48

**O Conselheiro de Magalhães...
(Esboço biográfico)**

David Branco

54

Uma História de Tintas

José de Sousa Valles, um Lidador em África

Manuel Tonel Marques

66

**A Maia de Natália: Um Testemunho
de Identidade e Afeto**

Natália Oliveira

80

**Ligações Históricas entre o Futebol
Clube do Porto e a Maia**

Armando Pinto

102

**O dinamismo de Pedrouços no
associativismo- o caso da Associação
Lusitana, uma história que termina**

Rui Teles de Menezes

116

Notas de Leitura, eventos e investigação

143

Ficha Técnica



LEMBRANDO O DR. JOSÉ AUGUSTO MAIA MARQUES

A presente edição da Revista da Maia não poderia, por imperativo de memória e de justiça intelectual, deixar de evocar e render homenagem àquele que foi o seu principal dinamizador, mentor intelectual e editor fundador: o Dr. José Augusto Maia Marques, cuja partida prematura constitui uma perda de difícil reparação para a comunidade académica e cultural.

Figura de referência incontornável no panorama historiográfico e identitário do concelho da Maia, a sua presença projeta-se para além da mera cronologia, inscrevendo-se numa *longue durée* que atravessa gerações.

O seu legado assenta não apenas na profundidade da investigação que desenvolveu, mas também na capacidade de articular o estudo do passado com uma visão abrangente do património material e imaterial, da literatura, da antropologia local e da construção da memória territorial.

Investigador de reconhecido mérito, com uma produção bibliográfica vasta e metodologicamente exigente, soube aliar o rigor da pesquisa académica a uma vocação pedagógica excecional.

Enquanto docente universitário, revelou-se um mestre dotado de uma rara *facúndia* expositiva, capaz de transformar a complexidade dos quadros teóricos em narrativas claras e estimulantes. A esta competência didática somava-se um domínio notável da escrita, caracterizado pela precisão conceptual, pelo equilíbrio estilístico e por uma elegância prosaística que tornava os seus textos simultaneamente eruditos e acessíveis, cumprindo assim a função social da divulgação científica.

No exercício de funções técnicas e de direção nos serviços municipais, desempenhou um papel estruturante na consolidação das políticas culturais do concelho, contribuindo decisivamente para a visibilidade institucional de Maia e para a valorização do seu acervo patrimonial. A sua ação transcendeu a mera gestão administrativa, assumindo-se como um agente de mediação cultural empenhado na construção de uma consciência histórica partilhada, em especial entre as camadas mais jovens, através de iniciativas que promoveram a descoberta, a apropriação crítica e a salvaguarda do património local na sua multiplicidade de expressões.

Dotado de uma formação académica e científica de acentuado rigor, complementada por uma cultura geral de raríssima amplitude, encarnava o ideal do intelectual polímata, cuja curiosidade insaciável abarcava domínios tão diversos como a história local, a arqueologia, a literatura, a antropologia, a arte e a filosofia. Esta versatilidade permitia-lhe discorrer sobre as mais variadas temáticas com uma erudição fundamentada, sem jamais sacrificar a clareza expositiva. Essa síntese entre profundidade conceptual e acessibilidade linguística constitui, na verdade, o selo distintivo dos grandes mestres, para quem o saber só se realiza plenamente quando partilhado com rigor e generosidade.

Reconhece-se, por princípio epistemológico e humano, que nenhum indivíduo é verdadeiramente insubstituível; contudo, a partida do Dr. José Augusto Maia Marques deixa uma lacuna de difícil colmatação, não apenas pelo volume da obra que interrompeu, mas sobretudo pela singularidade do seu perfil intelectual e pelo lugar de referência que ocupou no tecido científico e cívico.

Para a comunidade académica, perde-se um interlocutor de excelência; para a comunidade maiata, um guardião da memória coletiva e um arquiteto da sua projeção cultural. Ainda assim, o seu legado perdura, não como relíquia, mas como referência viva, a estimular novas gerações de investigadores, professores e cidadãos a prosseguirem o diálogo crítico com o passado que ele tão magistralmente soube encetar.

É, pois, com este número que a Revista da Maia reafirma o seu compromisso com o rigor histórico, com a interdisciplinaridade e com a difusão do conhecimento, honrando, na prática, o exemplo de quem a concebeu como instrumento de memória, de reflexão e de identidade territorial.

*O Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal da Maia,
Diretor da Revista da Maia,
Mário Nuno Neves*



O TESTEMUNHO, A MEMÓRIA E O RECONHECIMENTO

A presente edição da Revista da Maia reveste-se de um significado particularmente simbólico e emotivo. Ao longo dos anos, esta publicação tem procurado afirmar-se como um espaço de valorização da história, da cultura e da identidade da Terra da Maia, reunindo contributos fundamentais para o seu estudo e conhecimento.

Neste número, essa missão ganha um sentido ainda mais especial, através da evocação da memória do Dr. José Augusto Maia Marques, cuja dedicação ao estudo do território maiato, das suas gentes e das suas raízes deixou um contributo ímpar para a vida cultural do concelho. O seu percurso, pautado pela exigência, pela curiosidade intelectual e pelo compromisso com a preservação da memória coletiva, continuará a ser uma referência para todos os aqueles que trabalham em prol da cultura e do património.

As páginas que compõem esta edição reúnem diferentes perspetivas, temas e abordagens, refletindo a diversidade e vitalidade da investigação histórica e cultural ligada à Maia. Entre estudos, testemunhos, memórias e notas de atualidade, encontramos um conjunto de contributos que ajudam a compreender melhor o passado e a reforçar a importância da sua transmissão às gerações futuras.

Esta publicação pretende, assim, assinalar não apenas um percurso marcante, mas também a continuidade de um trabalho coletivo de valorização da nossa história local, sustentado pelo empenho de investigadores, autores, associações e instituições que diariamente contribuem para manter viva a memória da Maia.

Por fim uma palavra especial ao novo Editor da Revista da Maia, Dr. Rui Teles de Menezes, que assume a exigente responsabilidade de dar continuidade a uma publicação de reconhecida importância para a vida cultural maiata. Num momento particularmente simbólico, marcado pela evocação da memória do Dr. José Augusto Maia Marques, importa reconhecer o compromisso, dedicação e sentido de missão necessários para assegurar a continuidade deste projeto editorial, mantendo vivo um espaço fundamental de valorização da história, da cultura e da identidade do nosso concelho.

*A Chefe da Divisão de Cultura da Câmara Municipal da Maia,
Sofia Barreiros*



“Que mais caminho há para andar... A Humanidade continuará aí, a deixar as suas pegadas (boas e más) no quotidiano do planeta. Continuará a viver, a agir, a sentir, a fazer. A História, como ciência que estuda as ações humanas ao longo do tempo, vai acompanhando esse quotidiano.”

(José Maia Marques)

A HERANÇA VIVA DE UM GUARDIÃO DA MEMÓRIA

É com profunda saudade e um sentimento de perda irreparável que me dirijo a todos os leitores da Revista da Maia. Embora já tenham passado alguns meses, o falecimento do colega, amigo e mentor, o historiador José Augusto Maia Marques, continua bem presente na memória e no coração de muitos.

Para a Maia e para todos quantos dedicam grande parte do tempo ao estudo e à preservação de quem somos, a sua partida repentina deixou um vazio imenso. Mais do que uma figura proeminente no panorama cultural e académico, José Maia Marques foi o arquiteto e o coração deste espaço dedicado à nossa Maia e à defesa intransigente do nosso património.

Enquanto exerceu funções na Câmara Municipal da Maia, e ao longo da sua notável carreira como historiador, antropólogo e ensaísta, José Maia Marques não se limitou a colecionar datas e factos. Ele soube contribuir para dar vida à nossa memória, pois através da sua visão e rigor, ajudou a transformar a história da Maia num assunto relevante, acessível e, principalmente, interessante para a comunidade em geral.

A fundação e o desenvolvimento desta própria Revista da Maia estão intrinsecamente ligados à paixão que dele brotava. Ele não era apenas um colaborador; era o catalisador que reuniu a erudição e o afeto necessários para criar este veículo de transmissão e compilação de saber.

A sua pena era um grande exemplo. Para mim foi. Revelou-se incansável na investigação, na publicação de obras de referência e na defesa da nossa história, tradições e costumes. É com um enorme “pormaio”: sempre disponível, afável e com boa disposição. O muito que poderemos falar sobre ele será sempre pouco face ao Grande que foi.

Neste triste momento, a melhor homenagem que podemos prestar a José Maia Marques é assumir, com renovada energia, o legado que nos deixa. Um exemplo de respeito pela ciência da linguagem, a precisão histórica e dedicação à nossa terra são o farol que nos continuará a guiar.

Continuaremos, então, esta nobre missão, a publicar, a investigar e a defender o património maiato com o mesmo ímpeto que ele nos ensinou.

O trabalho continua. Há tanto por revelar, tantas histórias por descobrir. Mas a obra e o espírito de José Maia Marques permanecem connosco, em cada página escrita, a cada número editado desta Revista e em cada pedra do nosso património que se encontrará, assim, perpetuado.

Rui Teles de Menezes

SOBRE JOSÉ MAIA MARQUES

Uma das formas mais autênticas de manter viva a memória de José Maia Marques é através dos depoimentos que deixou em diversas publicações. Viajamos até 2002, ano em que o 'Mestre' respondeu a um questionário do Jornal da Maia. Nestas respostas, agora resgatadas, revela-se a essência e as convicções de um dos nossos maiores vultos culturais.

Passados mais de 20 anos, e cientes de que o tempo lhe somou ainda mais conquistas e sabedoria, partilhamos este documento histórico como um exercício de admiração e saudade.

CONHECER OS NOSSOS MAIATOS

Nome:

José Augusto Maia Marques

Data, hora e local de nascimento:

24 de junho de 1952, 6:45, Ordem da Lapa (Porto)

Profissão:

Técnico Superior da Câmara Municipal da Maia, professor e investigador

Religião:

Católica

Livro que mais o marcou:

A Bíblia

Livro que tem na cabeceira:

“O declínio na História” de J. K. J. Thomson e o “Fantasma de Harlot” de Norman Mailer

Filme que mais o marcou:

“Lawrence da Arábia”

Música/Músico:

Blues/Eric Clapton

Passatempos:

Leitura, Música, viagens

Clube:

Futebol Clube do Porto

Prato preferido:

Rojões à Moda do Minho

Melhor restaurante:

Cinda Borges – Correlhã, Ponte de Lima (para os rojões)

Cor:

Azul (e branco)

Mulher ideal:

A minha

Programa de televisão:

Prisma (Canal Odisseia)

Programa de rádio:

As manhãs da Nostalgia (Rádio Nostalgia)

Jornal preferido:

Diário Digital

Um ditado popular:

Deus ajuda a quem cedo madruga

Um pensamento:

Transporta um punhado de terra todos os dias farás uma montanha (Confúcio)

Uma data:

15 de dezembro de 1519 (D. Manuel concedeu Foral ao concelho da Maia)

Maior alegria:

O nascimento do meu Filho

Maior tristeza:

A morte da minha Mãe

Local mais bonito da Maia:

Uma «mãe de água» perdida entre os arvoredos de S. Pedro de Avioso

O que gostava de ver na Maia:

Mais parque como o dos Moutidos

O que não gosta na Maia:

O estado de degradação a que chegou o Rio Leça

O que gostava de ver na sua freguesia:

Um centro de saúde digno e funcional

O que não gosta na sua freguesia:

O pandemónio da EN13, sobretudo o cruzamento do Padrão de Moreira, verdadeira antecâmara do inferno

Jorge Sampaio:

Como diz o povo «bonito por fora, feio por dentro»

Durão Barroso:

Saber esperar é a sua virtude. É a «água mole» do ditado popular

Vieira de Carvalho:

Um Lutador. Um Vencedor. Um Mestre. Um Amigo. O Maiato

Uma personalidade do Mundo:

O Papa João Paulo II

Uma personalidade da Europa:

Gutenberg

Uma personalidade de Portugal:

O Rei D. João II

Uma personalidade da Maia:

Dois lidadores: Gonçalo Mendes da Maia e José Vieira de Carvalho

Uma personalidade da sua freguesia:

O pintor naif Mestre Albino José Moreira

11 de Setembro:

O fanatismo político-religioso feito terror assassino

25 de Abril:

Ótimo, o pior foi o 26 de abril

TEXTO DO EDITOR

Sobre este número, no seguimento dos anteriores, procurou-se diversificar as abordagens, mas sempre com um propósito: a nossa Terra, a nossa Maia.

Esta visão assenta em três pilares fundamentais: o reforço da identidade local, através do estudo de figuras históricas e do património construído e arqueológico; a exigência de uma investigação rigorosa, baseada em documentos de arquivo e contributos científicos; e, por fim, a aproximação à comunidade. Neste sentido, a Revista da Maia assume-se como um elo essencial entre a investigação académica e o grande público, promovendo inclusive projetos educativos junto das escolas.

Começamos com o artigo de Ricardo Ribeiro. Após 'tropeçarmos' em vários trabalhos editados por esta associação de defesa do património, sediada em Alfena, impunha-se o convite a participarem nesta “viagem”. Fundada em 2010, a AL HENNA dedica-se à salvaguarda e recuperação do património histórico, arqueológico, edificado, etnográfico e cultural de Alfena e arredores. Além disso, desenvolve investigações nas áreas ambiental e socioeconómica. Uma vez que Alfena integrou historicamente o antigo território da Maia, este artigo convida-nos a refletir sobre uma parte essencial do nosso passado comum.

Já Miguel Padrão, que anteriormente focou a sua investigação sobre freguesias como Moreira e Vilar do Pinheiro, centra-se na figura de Custodio Gonçalves Arozo, onde percorre períodos que ajudam a biografar a vida do cidadão maiato do século XVIII. Filho da académica e investigadora Maria da Glória Padrão, uma figura de referência da Faculdade de Letras da Universidade do Porto no período pós-25 de Abril e mesmo a viver a mais de 300 km, Miguel Padrão procura contribuir com estudos sobre o património, a toponímia e as figuras concelhias. Este é mais um exemplo.

Recuperamos um texto de David Branco sobre Luís de Magalhães e a Quinta do Mosteiro, em Moreira. Recentemente adquirida pela autarquia, esta propriedade revela uma importância que ultrapassou a dimensão política e a preservação da memória histórica da freguesia. Exploramos aqui a sua faceta como historiador local — uma vertente que, em boa hora, decidiu desenvolver.

Manuel Tonel continua a desbravar caminhos da história local. Entre o estudo de personagens ilustres – José de Sousa Valles, de Vermoim e o levantamento do tecido empresarial de Gueifães, as suas pesquisas vão lançando luz sobre o passado. O autor documenta o aparecimento de empresas como a Robbialac e a Fabrilaca, pilares fundamentais do desenvolvimento económico e social da zona durante o século XX.

Através do olhar poético e do espírito vibrante de Natália Oliveira, somos transportados para a Maia da segunda metade do século XX. A sua escrita, embora simples, carrega a força de quem ama o seu lugar. Ao narrar o seu percurso entre Cidadelha e a periferia de Barreiros, Natália oferece-nos um testemunho valioso sobre a identidade local e as transformações de um território em crescimento.

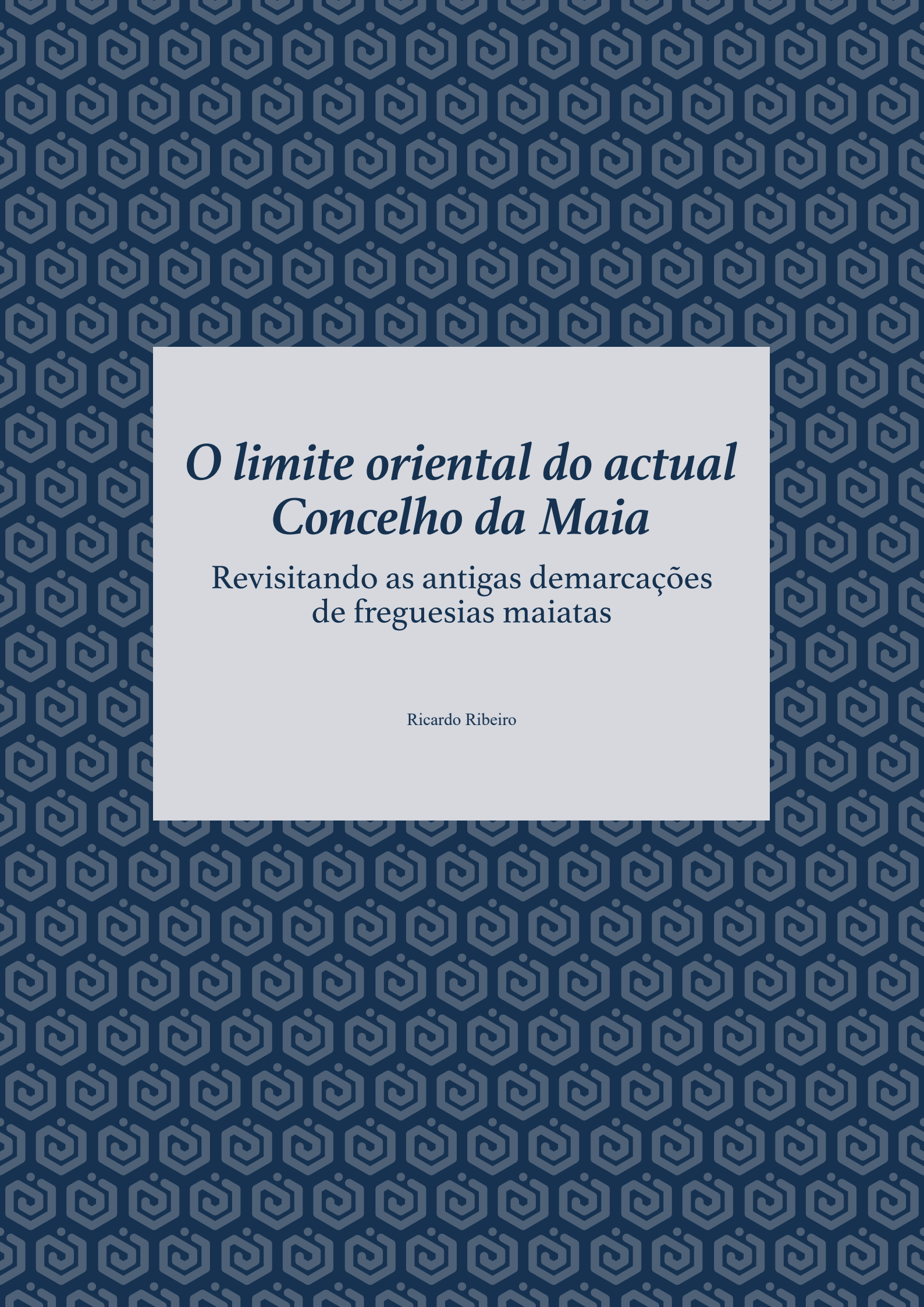
Armando Pinto, natural de Longra, traz-nos a sua paixão pelo futebol e, em particular, pelo Futebol Clube do Porto. Com um conhecimento profundo e detalhado, o autor esmiúça as ligações de protagonistas e factos maiatos à história do clube. Este saber único foi consolidado ao longo de décadas, nomeadamente através da sua colaboração com o antigo jornal O Porto — publicação que, entre 1949 e 1986, serviu como o principal elo entre o clube e os seus sócios e simpatizantes.

O desporto e o associativismo em Pedrouços são o tema central do artigo de Rui Teles de Menezes. O autor recorda a trajetória da antiga Associação Lusitana de Pedrouços (originalmente Sport Lusitano), desde a sua fundação nos anos 50 até à sua extinção em 2025. Das competições de atletismo às jornadas de pesca e futebol, este é um tributo às memórias e aventuras desta colectividade.

Termino com um agradecimento profundo a todos os que, com o seu saber e dedicação, colaboraram na elaboração deste número de 2026 da Revista da Maia. É graças a estes contributos que continuamos a preservar a nossa memória coletiva. Espero que o resultado seja do vosso agrado.

Votos de excelentes leituras para todos!

*O Editor
Rui Teles de Menezes*



O limite oriental do actual Concelho da Maia

Revisitando as antigas demarcações
de freguesias maiatas

Ricardo Ribeiro

“Indivíduos que não sabem os confins da sua paróquia, que não têm ideias nítidas e exactas de coisa nenhuma, nem de nenhuma pessoa, não devem ir à urna, para não se dizer que foi com carneiros que confirmamos a República.”¹

“Sabe V. Exa. qual é o nosso mal? Não é má vontade dessa gente; é muita soma de ignorância. Não sabem. Não sabem nada. Eles não são maus, mas são umas cavalgadas!”²

Considerando que os limites oficiais entre as freguesias dos concelhos de Valongo e da Maia, ainda permanecem como «não confirmados», tendo em conta que estão em curso negociações entre os dois municípios para se proceder à correcção desses limites oficiais, entendemos ser pertinente revisitar as antigas demarcações de algumas freguesias maiatas de outrora, limites históricos, mas também naturais, com a preocupação de ajudar a elucidar e a evitar que se repitam erros do passado recente.

INTRODUÇÃO

Quando recebemos o convite do Rui Teles de Menezes para colaborarmos com um texto para a Revista da Maia que ilustrasse a antiga ligação de Alfena à Terra da Maia, de entre os assuntos que surgiram na mente, rapidamente nos inclinamos para um texto em torno do tema que, em 2010, serviu de gatilho para a fundação da nossa associação, a «AL HENNA – Associação para a Defesa do Património de Alfena»³, a grosseira discrepância entre os limites administrativos constantes da CAOP⁴ e aqueles que conhecemos como históricos ou, como veremos, até certo ponto, naturais.

Trata-se, de certa forma, de uma adaptação do artigo que escrevemos para a edição de 2024 da Revista Vallis Longus⁵, com a adição de alguns pormenores mais ligados ao Concelho da Maia. Como demonstramos no trabalho elaborado em 2010-11, e publicamente apresentado no CCA⁶, em 30 de Novembro de 2011⁷, a origem dessa discrepância divide-se em dois momentos históricos:

- o primeiro relacionado com a Comissão Nacional do Ambiente, criada em 1971 e que, de entre os primeiros trabalhos, decidiu levar a cabo a elaboração da Carta do Ambiente, que incluía a Carta Administrativa de Portugal, mapa onde apareceriam representados os limites das freguesias portuguesas. O *modus operandi* desse levantamento dos limites administrativos foi o do inquérito “juntando em volta de uma mesa os conhecedores da área (párocos, caçadores, lenhadores, simples homens idosos, etc) e os responsáveis locais”⁸ foram definidos, freguesia a freguesia, os limites que viriam a constar dessa primeira Carta Administrativa de Portugal. Ocorre que, por essa altura, na sequência da chamada «Questão da Bouça das Escolas», existiu um certo alheamento dos «homens antigos» da Junta de Freguesia de Alfena e um afastamento da Câmara Municipal de Valongo, que se terá apoiado na figura do Pároco, também ele de recente nomeação

1 Afonso Costa, discurso no Parlamento a 12 de Junho de 1913, no âmbito do debate do Código Eleitoral. Veja-se PALMA, Nuno (2023) – *As causas do atraso português. Repensar o passado para reinventar o presente*, 4.ª edição revista. Lisboa: Publicações D. Quixote, p.195 e COSTA, Afonso (1976) – *Discursos Parlamentares 1911-1914 (compilação por A.H. de Oliveira Marques)*. Lisboa: Livraria Bertrand, p.533

2 QUEIRÓS, Eça (1888) – *Os Maias*. Porto: Livraria Chardron. 5.ª Edição (1992). Lisboa: Livraria Ulisseia de Autores Portugueses. p.156

3 RIBEIRO, Ricardo (2012.06.30) – «AL HENNA – Em defesa do Património de Alfena» in *A Voz de Ermesinde* p.13 [disponível em <https://alhenna.pt/publicacoes/artigos-a-voz-de-ermesinde/alhenna-artigos-i-1/>]. [Consultado em 02/04/2026]

4 Carta Administrativa Oficial de Portugal

5 RIBEIRO, Ricardo (2024) – «O limite ocidental do Concelho de Valongo – revisitando as antigas demarcações de freguesias maiatas» in *Revista Vallis Longus – Série II - N.º 2 – 2024*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo. p.217-241

6 Centro Cultural de Alfena

7 RIBEIRO, Ricardo (2011) - «Alfena, a Cidade e seus Limites» [disponível em <https://alhenna.pt/publicacoes/limites-territoriais/>]. [Consultado em 02/04/2026]

8 CUNHA, José Correia da (1980) – *A Carta Administrativa de Portugal e a sua contribuição para a investigação urbana e regional*. Lisboa: Comissão Nacional do Ambiente.

e sem grande conhecimento do território, daí resultando o «desenho em losango» para a freguesia de Alfena, surgido na carta de 1979, mas cuja primeira aparição data da capa da monografia da freguesia, de 1973;⁹

- o segundo momento ocorre na Primavera de 2000, nos trabalhos preparatórios dos Censos 2001, quando o INE¹⁰ vem ao terreno reunir com os responsáveis das freguesias no sentido de definir, com mais rigor, os limites das freguesias, para fins estatísticos, reunião essa que teve lugar a 4 de Abril de 2000, com representantes da Câmara Municipal de Valongo e das Juntas de Freguesia¹¹. Mais uma vez, a falta de conhecimento e a ausência de consulta das pessoas mais velhas ou com mais conhecimentos da matéria, redundou em erros ainda mais grosseiros, agravados pelo facto de, em Agosto de 2002, um grupo de trabalho criado no Ministério do Planeamento para tentar “alcançar uma solução para o problema da delimitação administrativa”¹² ter adoptado como base, precisamente esse trabalho recolhido pelo INE.

A par disso temos ainda os limites administrativos entre municípios, que surgiram, pela primeira vez, nas Cartas Militares das décadas de 1940-50, e cujos fundamentos, infelizmente, já se perderam, segundo informação obtida junto do Arquivo do IGeoE.¹³

Após esse nosso trabalho de 2010-11, foi possível «serenar os ânimos» das freguesias vizinhas e alcançar um acordo que permitiu aproximar os limites de freguesia, interiores ao município de Valongo, dos limites históricos e vertê-los na Lei N.º 33/2017, de 2 de Junho.¹⁴ Curiosamente, no mesmo dia, era também publicada uma Lei que corrigia os limites da CAOP entre as freguesias de Águas Santas (Maia) e Rio Tinto (Gondomar)¹⁵ e escassos três dias depois destas Leis, era também publicada uma outra que corrigia o limite da CAOP entre as freguesias de Pedrouços (Maia) e Rio Tinto (Gondomar)¹⁶, limite esse que foi alvo de uma disputa secular, como veremos mais à frente.

Permanece, então, ainda em aberto a questão dos limites exteriores do município de Valongo, nomeadamente aqueles com o município da Maia, os quais constam na CAOP como «limites não confirmados». E sabemos, através de várias fontes, que, sobre estes, decorrem negociações entre os Municípios de Valongo e da Maia com vista à sua correcção. É precisamente para tentar evitar que se repitam os mesmos erros do passado que nos leva a redigir o presente artigo. Para alertar, quem tem o processo em mãos, que existem várias pessoas com conhecimentos na matéria e várias fontes documentais, «papéis velhos» como alguém recentemente classificou, que explicam quais são os limites históricos das freguesias, no caso os limites ocidentais e setentrionais das freguesias de Alfena e Ermesinde, com as suas congéneres da Maia e que formam o limite oriental do município da Maia.

Este é um tema estranho pois, em certa medida, estamos a falar de freguesias e comunidades que partilham uma cultura comum e, durante séculos, integraram a «Terra da Maia». Alfena, Ermesinde (a antiga São Lourenço de Asmes) e Valongo apenas deixaram de pertencer ao Concelho da Maia há 190 anos, na sequência da polémica criação do Concelho de Valongo¹⁷, na reforma administrativa implementada por Passos Manuel, no uso de poderes ditatoriais, após o golpe falhado da Belenzada.

9 MOREIRA, Domingos A. (1973) - *ALFENA, a terra e o seu povo*. Cucujães: Esc. Tip. das Missões

10 Instituto Nacional de Estatística

11 Segundo informação prestada pelos serviços do INE, por carta de 2009.10.30.

12 Segundo informação prestada pelos serviços do IGP, por e-mail de 2005.05.27.

13 Instituto Geográfico do Exército

14 Diário da República N.º 107/2017, de 2 de Junho de 2017, p.2743-2745

15 Ibid., p. 2745-2746 – Lei N.º 35/2017

16 Diário da República N.º 108/2017, de 5 de Junho de 2017, p.2761-2762 – Lei N.º 40/2017

17 RIBEIRO, Ricardo (2014.04.15) – «D. Bernarda Clara, um espião na origem do Concelho de Valongo» in *A Voz de Ermesinde* [disponível em <https://alhenna.pt/publicacoes/artigos-a-voz-de-ermesinde/alhenna-artigos-ii-3/>]. [Consultado em 02/04/2026]

Por fim, uma pequena explicação para as citações que prefaciam o presente artigo, a de Eça de Queirós, julgo que dispensa grandes explicações, porquanto terá sido o escritor português que melhor nos descreveu, nas nossas idiossincrasias; mas a aparentemente estranha escolha de uma citação do líder jacobino da I República, Afonso Costa, que ultimamente parece ter alguns seguidores na política nacional, esta última, julgo que merece um pouco mais de explicação. Pretende-se, tão só, recordar esses seguidores que, na visão do «Grande Líder Jacobino», alguns deles, por desconhecerem “os confins da sua paróquia”, não deveriam sequer ter direito de voto, quanto mais o de ser eleito...

ALGUNS CONCEITOS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA RELACIONADOS COM LIMITES *Freguesia vs. Paróquia*

O paralelismo entre as mais pequenas das divisões civis e eclesiásticas do território é tal que, durante muito tempo, ostentaram a mesma designação, «Paróquia», só assumindo a actual designação de «Freguesia» em 1916, e mesmo esta designação está intimamente ligada à Igreja, uma vez que a freguesia é o conjunto dos fregueses, e «freguês» deriva da expressão latina «fillius ecclesiae», ou seja, «filho da igreja»¹⁸.

Deste modo, facilmente chegamos à conclusão que as actuais freguesias herdaram um território que tinha sido definido para as paróquias eclesiásticas. Socorrendo-nos de um trabalho do Prof. Espinha da Silveira em torno da chamada «Reforma Administrativa Liberal»¹⁹, em parte citando o Prof. José Mattoso²⁰, ficamos a perceber a razão que levou à delimitação das paróquias:

*“A origem das paróquias é coetânea das dioceses. Aquelas surgiram como igrejas dependentes das catedrais situadas nas cidades. No início, as paróquias possuíam áreas relativamente extensas que, com o andar dos tempos, se foram fragmentando. Até ao século XIII, à semelhança das dioceses, não teriam um território claramente definido: «A igreja paroquial concebia-se mais como um lugar onde se reuniam pessoas do que com centro de um espaço geográfico; pertenciam à paróquia os fiéis que nela se baptizavam e recebiam os sacramentos.» É a cobrança dos dízimos, que se vai tornando obrigatória naquele século, que leva à necessidade de delimitar a área paroquial e a submeter ao pároco os habitantes de uma determinada zona.”*²¹

Aqui chegados é importante referir o direito de padroado, ou seja, o direito de apresentar (nomear) o pároco, bem como o de cobrar o imposto religioso, o dízimo²². Esse direito podia competir ao Rei, ao Bispo da Diocese, a Mosteiros ou Ordens Religiosas, ou mesmo a Nobres, que se designavam de padroeiros. Os padroeiros tinham, pois, todo o interesse em manter bem delimitada a área da respectiva paróquia, de modo a evitar perdas de cobrança do imposto ou outros direitos.

A partir do século XIII vão começar a surgir demarcações de paróquias, por exemplo a paróquia de São Pedro de Agrela, por ser terra reguenga, teve a demarcação dos seus limites transcrita nas Inquirições de 1258 e sabemos que o limite sul (que é também o limite com a freguesia de Sobrado) corresponde à cumeada da Serra do Penedo («Marmoralia de Ansaroy»)²³. Na Terra da

18 Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1936), Vol. XI. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia. p.819

19 SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (1997) - *Território e Poder. Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimonia Historica.

20 MATTOSO, José (2015) - *Identificação de um País. Oposição. Composição. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Temas e Debates (1.ª Edição, em 2 vol: 1985). p.475

21 SILVEIRA (1997) p.44-45

22 RIBEIRO, Ricardo (2012.10.31) – «A Delimitação da freguesia de Alfena – 1689/90» in *A Voz de Ermesinde* p.9 [disponível em <https://alhenna.pt/publicacoes/artigos-a-voz-de-ermesinde/alhenna-artigos-iii-1/>]. [Consultado em 02/04/2026]

23 *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones* (1897), Vol. I, f. 525 Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa

Maia também temos alguns exemplos de demarcações precoces, como são os casos da aldeia de Parada, da freguesia de Águas Santas (que era coutada), ou da freguesia de Milheirós (em cujas demarcações se incluem referências aos rios Leça e Avioso)²⁴; mas é sobretudo a partir do Século XVII que se vão intensificar esses procedimentos de demarcação, sempre com base em Provisão Régia (para lhes dar «força de Lei») na qual o monarca nomeava um Juiz (normalmente Desembargador) para presidir ao processo de inventariação dos bens ou direitos dos padroeiros, demarcação da área paroquial e julgar as eventuais reclamações.

Para o presente artigo são importantes os Tombos do Colégio do Carmo da Universidade de Coimbra; da Comenda de Santa Maria de Águas Santas; e Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto, padroeiros de Alfena, Águas Santas e São Pedro Fins, respectivamente, que realizaram processos de demarcação dessas paróquias²⁵.

A Geografia e a Economia na determinação dos limites

Numa economia essencialmente agrária, especialmente no Minho após a Revolução do Milho²⁶, a água e a sua gestão assumiam uma importância determinante, pelo que vamos encontrar muitos critérios de natureza orográfica e hidrográfica na fixação dos limites.

Um dos mais antigos critérios de fixação de limites é o da divisão das águas («aquarum divortium»), as linhas de cumeada, ou como muitos dos textos de demarcação que chegaram até nós referem, as «augas vertentes»:

“Os acidentes mais bem marcados, como as linhas de cumeada e os cursos de água, serviram sempre ao homem para traduzir no espaço as suas convenções territoriais, quer ao simples nível de delimitação da propriedade, quer ao da partilha administrativa, quer, ainda, quando se trata de estabelecer as fronteiras entre estados soberanos. Estas resultam sempre de um facto político, da vontade dos homens, mesmo quando assinalados por vigorosos acidentes físicos que apenas contribuíram para neutralizar e equilibrar duas forças antagónicas.

*Nas regiões montanhosas, as populações estabelecem-se nos vales e agricultam os fundos e as encostas mais suaves, a partir das quais sobem nas vertentes com as suas actividades complementares de tipo silvo-pastoril. Assim, as linhas de cumeada são frequentemente assumidas como limite de áreas de influência, posse ou partilha do território. Por isso, elas nos aparecem muitas vezes a coincidir com os contornos das circunscrições administrativas.”*²⁷

Quando o relevo assim o impunha, normalmente os limites das áreas de influência das comunidades eram fixados nas linhas de cumeada; ou no caso dos rios mais caudalosos, de mais difícil atravessamento, pelo leito do rio; quando partilhavam o mesmo vale, uma a montante e outra a jusante, normalmente o limite das comunidades era definido por uma linha, mais ou menos, equidistante das aldeias; nas regiões mais planas, a divisória nem sempre era tão «linear»,

24 Ibid., f. 503 e 504

25 Infelizmente, o Mosteiro de Santo Tirso, que era o padroeiro de São Lourenço de Asmes (actual Ermesinde), de Salvador de Folgosa e de Santa Cristina do Coronado (actual lugar de Santa Cristina – Folgosa), parece não ter sido tão rigoroso como os restantes pois, a ter havido demarcação destas paróquias, essas não constam do espólio monástico que chegou até nós. No caso da Comenda de Águas Santas, por ser o senhorio da totalidade das terras da aldeia de Baguim de Alfena, também são importantes as demarcações que aquela comenda fez dessa aldeia da paróquia de São Vicente de Alfena, especialmente na parte confrontante com Santa Cristina do Coronado.

26 RIBEIRO, Orlando (1945) - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Letra Livre (2.ª edição – 2021) p.156-167

27 MARQUES, Bernardo de Serpa (1986) – «Notas acerca da evolução do mapa administrativo da área da bacia do Douro (séculos XIX e XX)» in *Revista Observatório - N.º 1 – Dezembro de 1990 – Actas do 1.º Congresso Internacional sobre o Rio Douro – 25 de Abril a 2 de Maio de 1986*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. p.141-162

existindo mesmo a figura dos «terrenos promíscuos», terras de uma comunidade encravados nos de outra comunidade, como forma de uma mais justa partilha das melhores terras aráveis, por ambas as comunidades.

Uma outra definição geográfica que será importante para o presente trabalho é a de saliente. Em geografia chamamos saliente a uma parte, longa e estreita, do território que sobressai da restante área. Ficaram famosos os salientes que resultaram da partilha de África, principalmente os das colónias alemãs, destinados a permitir o acesso dos germânicos a recursos fluviais do interior do continente; ou mesmo, o corredor de Wakhan, um estreito corredor nas montanhas do Pamir, entregue ao Afeganistão, durante o «Grande Jogo», para impedir que os impérios Russo e Britânico se tocassem. A freguesia de Ermesinde, no seu extremo Norte, também dispõe de um saliente, o saliente das Cardosas, cuja razão de ser, como veremos mais à frente, é muito mais prosaica.

«O LIMITE DE ALFENA COM FOLGOSA E SÃO PEDRO FINS

Pode parecer estranho que se fale em limite entre as freguesias de Alfena e São Pedro Fins, quando a generalidade dos mapas recentes, incluindo a famigerada CAOP, nos apresentam apenas um limite entre Alfena e Folgosa, mas «de facto» e «de jure» esses mapas estão errados, como demonstraremos mais à frente.

Mas dado que este limite tem alguns cambiantes, fazendo uso da demarcação contante do Tombo da Igreja de São Vicente de Alfena²⁸ mas aproveitando, complementarmente, outros documentos, iremos dividi-lo em três trechos, para melhor percebermos a sua lógica.

O limite entre as aldeias das Ferrarias e Vilar de Luz

Em 25 de Junho de 1689, o Doutor Cristóvão Alão de Moraes, Juiz do Tombo da Igreja de Alfena, Desembargador da Relação do Porto e antigo Corregedor da Comarca de Coimbra, seguindo uma provisão régia do Príncipe Regente (o futuro D. Pedro II) de 2 de Agosto de 1681, dava início à Demarcação no sítio de Sainhas, no exacto ponto onde se separam três freguesias, Alfena (para Sul), Folgosa (para Poente) e Água Longa (para Nascente), mandando que se colocasse um marco de granito com as letras «CARMO» voltadas para o lado de Alfena²⁹. Para que a Demarcação fosse segura e justa, o Juiz fez-se acompanhar no acto pelo Procurador do Colégio do Carmo (do lado de Alfena), pelo Abade de Folgosa (Rev. Pedro da Fonseca Coutinho), por dois louvados (um de cada freguesia), pelo escrivão do Tombo e pelo porteiro ou pregoeiro, o qual, após colocar cada um dos marcos lançava pregão “para que, com pena de quatro anos de degredo para as partes d’África e cem mil cruzados para as despesas da repartição ninguém mexesse ou arrancasse o dito marco”³⁰.

Neste primeiro trecho de limite, pretende-se separar as áreas de influência de duas aldeias históricas que repartem entre si o vale do Rio da Canza³¹: a montante, Vilar de Luz (Folgosa) e, a jusante, Ferrarias (Alfena), pelo que, como vimos atrás, o limite evoluirá por uma linha

28 Tombo da Igreja de São Vicente de Alfena (1689-90) – Colégio do Carmo da Universidade de Coimbra, ColCarmo10, Arquivo da Universidade de Coimbra (Cópia digitalizada em 2012.05.11)

29 Marco apresentado na Fig. 1, com letras do monograma «CARMO» realçadas, para melhor percepção. Neste mesmo lugar, hoje apenas se encontra um prisma mais recente e regular (que na foto se avista por detrás, assinalando esta divisória, uma vez que o marco original, por se encontrar solto e se temer o seu desaparecimento, por sugestão da nossa Associação foi, em 2019, retirado do local, estando à guarda da Junta de Freguesia de Alfena.

30 Tombo da Igreja de Alfena, fls. 34v-36 e 38-38v

31 Afluente do Leça, conhecido durante o séc. XX como «Ribeiro da Junqueira» e que, recentemente, numa atitude que pode ser considerada de «neo-colonialismo» viu a sua designação «homologada» para «Ribeiro da Ferraria» (cfr. Resposta da CMV à participação da AL HENNA no processo de consulta pública referente à Revisão o Plano Director Municipal, em 2015). Como diz o nosso Povo «Santa Ignorância»...



Figura 1 - Marco de Sainhas (CARMO)
Fonte: Foto do autor (2010)

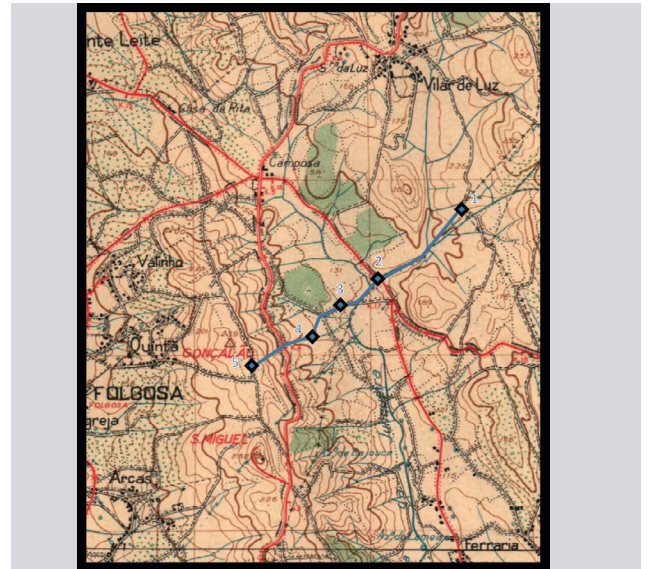


Figura 2 - Limite entre as aldeias de Vilar de Luz (Folgosa) e das Ferrarias (Alfena)
Fonte: desenho do autor sobre a Carta Militar de Portugal – Folha 110 (1951) – Ermezinde (Valongo) - IGeoE

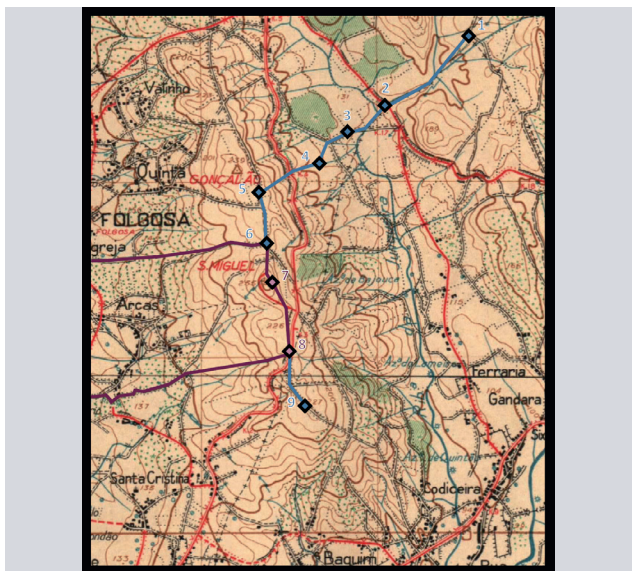


Figura 3 - Limite pela cumeeada de São Miguel-O-Anjo
Fonte: desenho do autor sobre a Carta Militar de Portugal – Folha 110 (1951) – Ermezinde (Valongo) - IGeoE

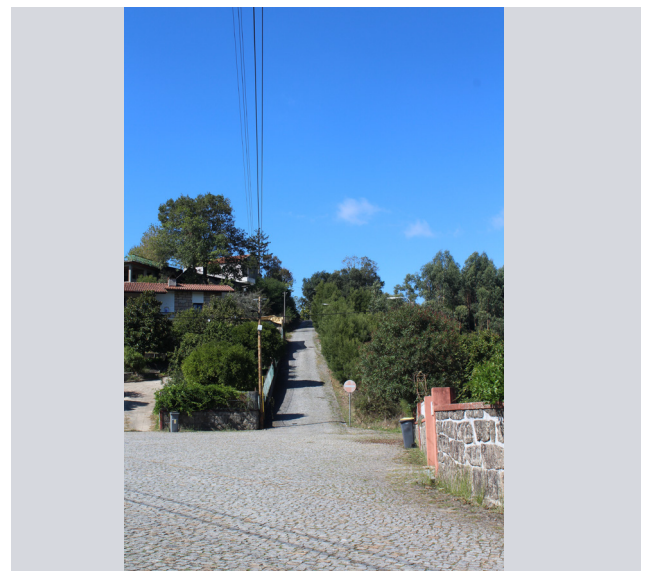


Figura 4 - Aspecto do caminho construído sobre o limite das freguesias de Alfena e São Pedro Fins, nas traseiras da Capela de São Miguel-O-Anjo (vista de Sul)
Foto do autor (2024)

sensivelmente equidistante entre as duas aldeias, entre o lugar de «Sainhas» e a cumeada da «Serra dos Vales»³². Em 1689, neste trecho, o Doutor Cristóvão Alão de Moraes ordenou a colocação de cinco marcos: em Sainhas; na estrada de Vila do Conde; no monte aberto após a Bouça de Francisco Carneiro de Alfena; na Bouça dos Vales, no principio da divisão das Serras; e pelo Regueirão das Serras até ao cimo das ditas serras.

O limite entre as aldeias das Ferrarias e Arcos

O segundo trecho deste limite demarcado a 25 de Junho de 1689 vai desenvolver-se próximo da cumeada do monte de São Miguel-O-Anjo. Do último marco seguiram pelo cimo da serra até encontrar um marco da Demarcação da freguesia de São Pedro Fins³³. Aqui chegados e verificada a ausência da Madre Superiora de S. Bento de Avé Maria que, apesar de citada, não compareceu, o Juiz decidiu continuar a demarcação à sua revelia, uma vez que a demarcação de São Pedro Fins era recente e os marcos se encontravam no seu local. A demarcação é feita pelo cimo do monte de São Miguel-O-Anjo, e por detrás da Capela de São Miguel-O-Anjo, ficando águas vertentes para Alfena, até chegar a um outro marco tripartido de Alfena/São Pedro Fins/Folgosa, terminando a demarcação com S. Pedro Fins e reiniciando a demarcação com Folgosa, agora com a aldeia de Santa Cristina, continuando pelo cimo do monte até chegar a um marco da Comenda de Águas Santas³⁴.

Na demarcação de São Pedro Fins, os marcos surgem com a designação toponímica dos respectivos lugares: o alto das cavadas por cima da Fonte de São Miguel e o monte por cima da Fonte Doce³⁵.

Este segundo trecho do limite segue próximo da linha de cumeada, ficando as terras de Alfena a Nascente e as terras de Folgosa e São Pedro Fins a Poente, e tal é comprovado por um documento de 1312, pelo qual D. Dinis, determina que o limite de um Casal Reguengo da Ferraria, em Alfena, percorre a “espiga do monte de São Miguel”³⁶.

Uma outra referência bem mais recente, data de 1898, nas primeiras matrizes prediais de Alfena³⁷, surge-nos o artigo 2185, em nome de José Moutinho de Ascensão, de Folgosa, com a designação de «Bouça da Costa da Boavista» e com as seguintes confrontações: Nascente, EN N.º 32³⁸; Poente, extrema de freguesia. Ou seja, trata-se de um terreno de Alfena localizado a poente da actual N105-2, o que, a acreditar no limite estipulado pela já citada CAOP, seria de todo impossível.

O limite entre as aldeias de Baguim de Alfena e Santa Cristina

O terceiro trecho do limite demarcado a 25 de Junho de 1689 vai aproveitar as anteriores demarcações da aldeia de Baguim de Alfena, desenvolvendo-se mais afastado da cumeada do

32 Monte de São Miguel-O-Anjo.

33 *Auto de Demarcação da freguesia de São Pedro Fins do Concelho da Maia*, realizado em 23 de Janeiro de 1671 e também presidido pelo Dr. Cristóvão Alão de Moraes, Juiz do Tombo do Convento de São Bento de Avé Maria da cidade do Porto, igualmente por Provisão Régia. *Tombo do Convento de São Bento de Avé Maria do Porto*, PT/ADPRT/MON/CVSBAMPRT/0177, fl. 559v-585

34 A Comenda de Santa Maria de Águas Santas, enquanto senhorio da totalidade das terras da aldeia de Baguim de Alfena, também fez demarcar esta aldeia, para reforçar os seus direitos. Conhecemos cinco demarcações (1631, 1668, 1695, 1725 e 1771), sendo a segunda demarcação realizada poucos anos antes, também presidida pelo Dr. Cristóvão Alão de Moraes, enquanto Juiz do Tombo da Comenda de Santa Maria de Águas Santas, igualmente por Provisão Régia. PT/ADPRT/MON/CSMASMAI/005

35 *Tombo do Convento de São Bento de Avé Maria do Porto*, PT/ADPRT/MON/CVSBAMPRT/0177, fl. 559v-585

36 Carta de Foro do Casal Reguengo da Ferraria - *Chancelaria de D. Dinis – Livro IV*, fl. 62, PT/TT/CHR/C/001/0004/06201

37 Matriz Predial da freguesia de Alfena (1898-1942) – Arquivo Histórico e Intermédio da Direcção Distrital de Finanças do Porto.

38 A Estrada Nacional N.º 32, sucessora da Estrada Real N.º 8, era a estrada que foi projectada para ligar o Porto a Vila Pouca de Aguiar, via Santo Tirso e Guimarães. No plano rodoviário nacional de 1945, esta estrada passou a ser a N105, até ao limite entre Ermesinde e Folgosa, e, depois desse limite, a N105-2 (conhecida por «Santo Tirso pela serra»).

monte, uma vez que a localização da aldeia de Santa Cristina a uma cota elevada, já próximo da cumeada, fez empurrar a sua área de influência um pouco para nascente da linha de cumeada, e terminando a demarcação na Agra de Monforte, junto à estrada real do Porto para Guimarães (esta, a estrada do Séc. XVII, não confundir com a via medieval que entrava em Alfena pelo Reguengo de Cabeda, mais a Sul).

Neste troço, são referidos oito marcos, com as respectivas referências toponímicas³⁹: alto da Serra Branca, Monte Grande ou Porta do Lobo; Chã de Sobre-Barbeitos; Vale de Penas; tapagens da Agra de Barbeitos; Pedreira da Bouça de Vale de Marinha; Bouça de Riba de Vale de Marinhas; Bouça das Corgas; e Agra de Monforte.

Aqui chegados, recordamos que esta Demarcação foi presidida por um Juiz Desembargador com larga experiência (pelo menos 21 anos) de trabalhos de reconhecimento de propriedades nestas freguesias, foi acompanhada pelo Pároco de Folgosa e não mereceu qualquer reparo, bem pelo contrário, considerou “a dita demarcação e divisão da sua freguesia de Folgosa por bem feita e acabada e que não duvidava que nesta forma se sentenciasse e se lançasse em Tombo”.⁴⁰

O LIMITE ENTRE ERMESINDE E SANTA CRISTINA (Folgosa)

O padroado de ambas as freguesias era do Mosteiro de Santo Tirso, mosteiro que não terá efectuado demarcações das suas freguesias, pelo menos a julgar pelos documentos que chegaram até nós dos Tombos do Mosteiro de São Bento de Santo Tirso de Riba de Ave.

No entanto esta pequena extensão de limite não trará grandes dúvidas, desenvolvendo-se desde o marco da Agra de Monforte, pela cumeada da Serra de Vilar, atravessando o vale da ribeira de Liceiras e prosseguindo entre os antigos lugares de Liceiras (Ermesinde) e Monforte (Folgosa) até ao antigo caminho de São Paio para Alfena (a norte da passagem superior da variante da N105 sobre a Linha do Minho).

Neste troço de limite conhecemos alguns marcos de freguesia modernos (na Rua Elias Garcia e na Rua de Liceiras) que assinalamos na imagem.

O LIMITE ENTRE ERMESINDE E SÃO PEDRO FINS

Como vimos atrás, a demarcação da freguesia de São Pedro Fins foi efectuada a 23 de Janeiro de 1671, também presidida pelo Doutor Cristóvão Alão de Morais, sendo efectuada em sentido contrário ao que levamos nesta análise, pelo que daremos um salto até ao “outeiro da pedra das donas por cima da Bouça da Cardosa”⁴¹, o local onde se iniciou a dita demarcação.

Este trecho da delimitação volta a corresponder ao atravessamento de um vale, desta feita, o do Rio Coronado (hoje conhecido como Ribeiro de Leandro), separando a aldeia das Paredes (São Pedro Fins), a Norte, das aldeias de Vilar de Matos e São Paio (Ermesinde – então, São Lourenço de Asmes), a Sul.

Para além, do marco colocado no local atrás referido, o Juiz ordena a colocação de mais onze marcos, sucessivamente nos seguintes locais: na Bouça da Cardosa; no Ribeiro Ancho da Agra das Paredes; no canto da Bouça de Pedro António, de Sampaio; no canto da Bouça de Taím, junto

39 Na demarcação do Tombo da Igreja de Alfena, vários dos marcos aparecem indicados como «marco da Comenda», pelo que também recorremos às Demarcações da Aldeia de Baguim, pela Comenda de Águas Santas.

40 *Tombo da Igreja de Alfena*, fl.36

41 Demarcação da freguesia de São Pedro Fins - *Tombo do Convento de São Bento de Avé Maria do Porto*, PT/ADPRT/MON/CVSBAMPRT/0177, fl. 559v-585

à devesa de António Afonso de S. Pedro Fins; no canto sul da Bouça de Taím, na parte de fora, na Bouça de Francisco António, de Sampaio; no canto nascente da Bouça de Francisco António, de Sampaio; no canto dos campos da Agra Selada, no Ribeiro que vem de Ribeiros Anchos; no canto do campo de Baltasar André, de Ardegães, onde o ribeiro anterior se mete no Ribeiro da Ponte de Asneiros⁴²; no canto do campo de André António, de Vilar, na parte de fora, na devesa das Paredes; no mato que está junto da Estrada da Cancela das Paredes; e no caminho que vai para Alfena, junto às tapagens de Monforte, onde se separam as três freguesias, São Pedro Fins, Ermesinde e Folgosa.

O SALIENTE DAS CARDOSAS

Como vimos atrás, no extremo Norte do território, no lugar das Cardosas, a freguesia de Ermesinde apresenta um saliente, uma estreita faixa de território que se estende, entre as freguesias de São Pedro Fins e Águas Santas, desde São Paio até ao limite com Silva Escura.

Como referimos atrás a razão de ser deste saliente é muito prosaica. Ao consultarmos as primeiras duas demarcações da freguesia de Águas Santas (1631 e 1668), o limite entre o Ribeiro dos Ganchas e o Monte dos Pedrogos aparece registado como sendo entre as freguesias de Águas Santas e São Pedro Fins.

Na terceira demarcação (1694), o escrivão dá-nos esta pequena explicação⁴³:

(...) athe outro montinho mais alto tãobem chamado dos pedrogos aonde está hum grande e mayorualidade se penedo se achou hua antigua crus da Insignia da Com.da ou de Malta q serve de marco por ser penedo de q se não prezume se aja de quebrar e junto della mandou elle Juis se abrise outra e aqui acaba a demarcação de todas as terras e lemites entre a Com.da de Aguas Santtas, ficando as desta p.^a a banda do Poente, e entre a freg.^a de São Lorenzo de Asmes, q ficção p.^a a banda do Nascente, assim as Lavradas como as de monte maninho e solto por q suposto dos marcos au tras vinte e cinco em trasnaro? Athe o penedo desta ultima demarcação a dos Tombos antecedentes se confrontasse com a freg.^a de S. P.dro Fins e fica se acabando os lemites da d.^a freg.^a de S. Lorenzo no ditto marco do Rib.^o dos Ganchos, contudo disserão elles enformadores e os moradores da d.^a aldea de S. Payo q se acharão presentes q abayxo vão assignados q estão em posse antigua, de uzarem e aproveitaremse do d.^o m.te aberto athe este ultimo penedo q the tocava e pertensia porq.to a demarcação dos moradores da freg.^a de S. P.dro Fins q não aparecerão corria hum pouco mais por baixo, pela banda do Nascente, como se vê por huns marcos altos q disserão serem postos pela parte da freiras de S. Bento q.do fizerão a d.^a demarcação de S. P.dro Fins, por lhes tocarem os dízimos desta e disse tãobem o R. Joseph de Mag.es, abade de S. Lorenzo de Asmes, q aestio a esta demarcação dos Lemites entre huma e outra freg.^a, q ao redor da Agra do Espinheiro estava hum campo q chamão do pe de Pedroços do qual hoje hé possuidor M.el An.to o chossa, de Ardegais, e que delle está de posse de aroçadas?, e the pertensião os dízimos como tãobem de outras das sobred.as agras do Espinheiro e Varsea, e q p.lo testava não prejudicar ao dir.to e pose da sua d.^a Igreja q.to à cobrança dos d.os dízimos esta demarcação, (...)

⁴² Julgamos tratar-se do Ribeiro de Leandro, ou como é conhecido em Ermesinde, o Rio da Balsinha.

⁴³ Tombo da Comenda de Águas Santas (1693-1695), PT/ADPRT/MON/CSMASMAI/005/0016, fl. 346v-347

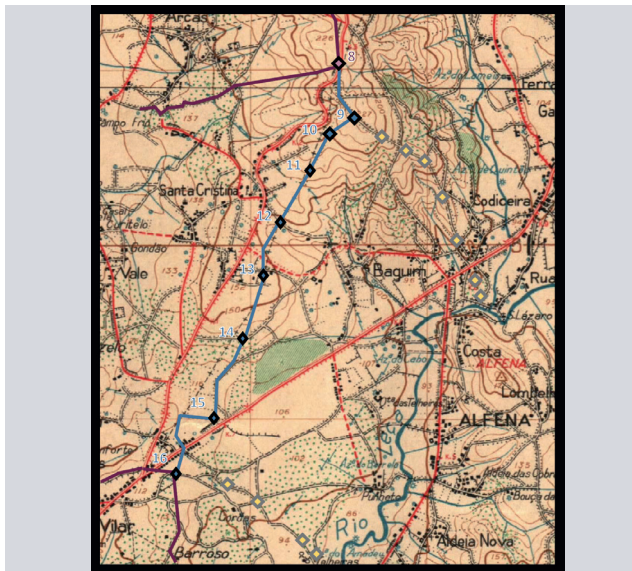


Figura 5 - Limite entre as aldeias de Baguim (Alfena) e Santa Cristina (Folgosa)

Fonte: desenho do autor sobre a Carta Militar de Portugal – Folha 110 (1951) – Ermezinde (Valongo) - IGeoE

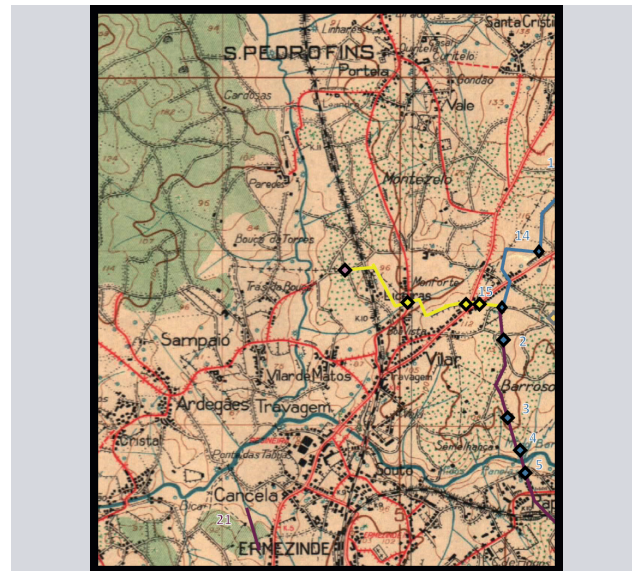


Figura 6 - Limite de Ermezinde com Santa Cristina (Folgosa)

Fonte: desenho do autor sobre a Carta Militar de Portugal – Folha 110 (1951) – Ermezinde (Valongo) - IGeoE

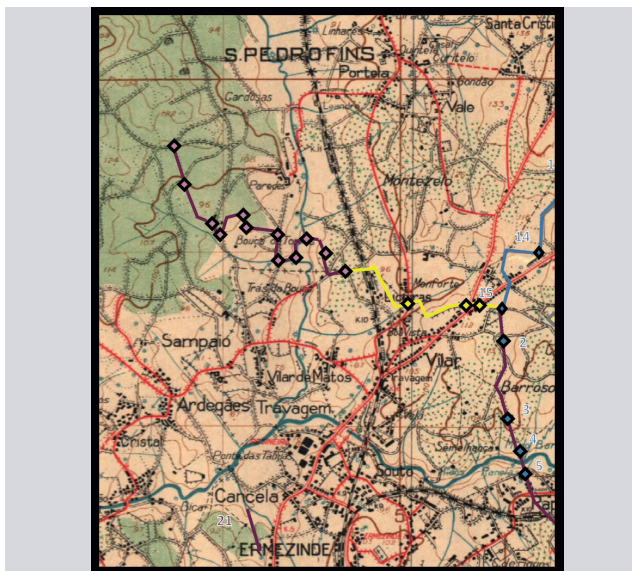


Figura 7 - Limite entre S. Paio e Vilar de Matos (Ermezinde) com Paredes (São Pedro Fins)

Fonte: desenho do autor sobre a Carta Militar de Portugal – Folha 110 (1951) – Ermezinde (Valongo) - IGeoE

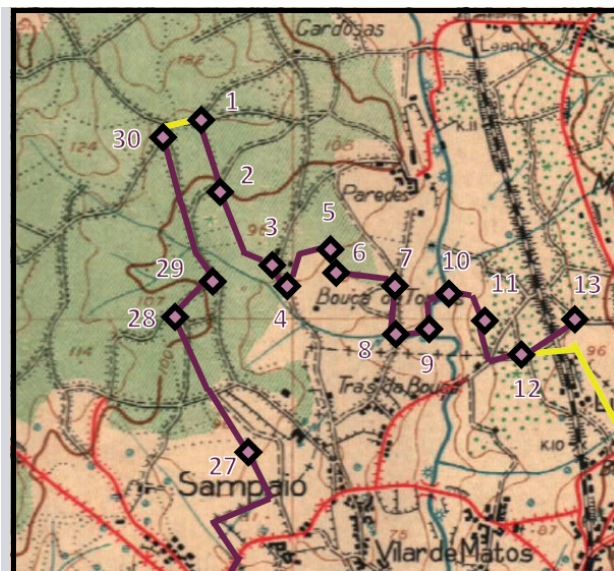


Figura 8 - Saliente das Cardosas - S. Paio (Ermezinde)

Fonte: desenho do autor sobre a Carta Militar de Portugal – Folha 110 (1951) – Ermezinde (Valongo) - IGeoE

Na demarcação de São Pedro Fins, realizada catorze anos antes e que abordamos no capítulo anterior, talvez porque, como afirmam os louvados de S. Lourenço de Asmes, em 1695, os montes maninhos também eram usados por eles há séculos, os demarcadores de São Pedro Fins traçaram o limite uns metros mais abaixo no monte, deixando uma estreita faixa de monte, com aproximadamente 100m de largura, para a freguesia de São Lourenço de Asmes (hoje, Ermesinde). Ter-se-á tratado, por ventura, de uma espécie de partilha do monte maninho das Cardosas entre os moradores das Paredes (S. Pedro Fins) e S. Paio (S. Lourenço de Asmes).

Nas Demarcações seguintes da Comenda de Águas Santas (1725 e 1771), o limite entre o Ribeiro das Ganchas, ou Anchos, e o penedo do monte do Pedrogo já será declarado como confrontando com a freguesia de São Lourenço de Asmes.

Desde 1989 que esta estreita faixa ficou separada do restante território da freguesia de Ermesinde, pela construção da Auto-Estrada do Minho (A3), razão pela qual, recentemente, algumas vozes ligadas à autarquia valonguense têm posto a hipótese de existir um acordo de troca de territórios entre a freguesia de Ermesinde e as suas congéneres de São Pedro Fins e Folgosa.

Na extremidade norte do saliente das Cardosas, existe ainda um pequeno troço de limite entre as freguesias de Ermesinde e Silva Escura, relativamente ao qual não conseguimos localizar qualquer documentação.

O LIMITE ENTRE ERMESINDE E ÁGUAS SANTAS

O Fundo da Comenda de Santa Maria de Águas Santas, que a AL HENNA tem estudado, por esta entidade ter sido Senhoria de uma boa parte da freguesia de Alfena, incluindo a totalidade da aldeia de Baguim de Alfena, apresenta-nos cinco demarcações da freguesia de Santa Maria de Águas Santas, cujos dízimos eram pertença desta Comenda.

Todas as demarcações têm o seu início no extremo sul da freguesia de São Lourenço de Asmes, no Ribeiro dos Baiões, e evoluem para norte até ao penedo do monte do Pedrogo, portanto, em sentido contrário ao que levamos na análise que efectuamos.

Por este limite ser intersectado pelo rio Leça⁴⁴, vamos dividi-lo em duas secções, uma a norte do rio e outra a sul.

A Sul do Rio Leça, com as aldeias de Rebordãos, Maia e Granja

A sul do rio Leça, o limite separa as aldeias históricas de Rebordãos, Maia e Granja (Águas Santas), das suas congéneres de São Lourenço e Ermesinde (Ermesinde).

Partindo do sítio dos Baiões, junto ao Ribeiro (rio Tinto), o limite segue, genericamente, para norte, tendo os juízes dos Tombos feito referência a vinte e três marcos, colocados: os três primeiros ao longo do Ribeiro dos Baiões; depois nas Sapeiras, após a estrada da Granja para Ermesinde; nas testadas do Pinheiro do Patacão; na quelha do Porto para Ermesinde; na Rochea/Campo das Maías/Agra da Sobreira; na estrada para Alfena; no Seixo; no Seixo das Cavadas; no Penedo do Seixo; na Agra Nova; no Seixo Lameiro; na Fonte Amanha; na Agra Nova quase na Gândara; na Devesa da Gândara; na cancela da Devesa da Gândara; na Bouça do Pisão; na Devesa de Além; no Ribeiro do Pomarinho; nos Codeçais e Gândara de Baixo; na Quelha do Aresto; e à entrada da Ponte das Tábuas (na margem esquerda do Leça).

⁴⁴ O rio Leça divide o limite em duas partes, sensivelmente, um terço a norte e dois terços a sul.



Figura 9 - Limite entre Ermesinde e Águas Santas (a sul do rio Leça).
 Fonte: desenho do autor sobre a Carta Militar de Portugal – Folha 110 (1951) – Ermesinde (Valongo) - IGeoE

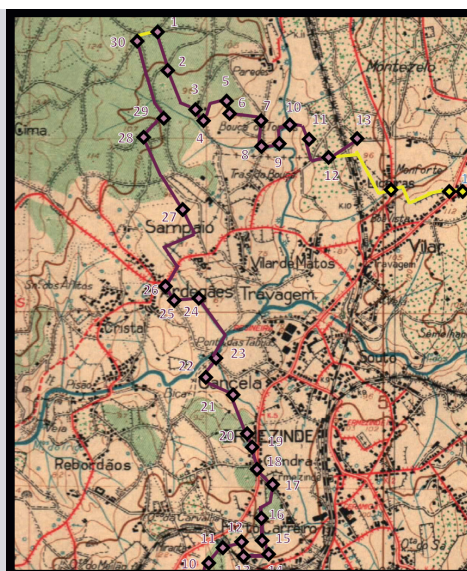


Figura 10 - Limite entre Ermesinde e Águas Santas (a norte do rio Leça).
 Fonte: desenho do autor sobre a Carta Militar de Portugal – Folha 110 (1951) – Ermesinde (Valongo) - IGeoE

A Norte do Rio Leça, com a aldeia de Ardegães

A norte do Rio Leça, o limite separa duas aldeias históricas: Ardegães (Águas Santas) e São Paio (Ermesinde). Considerando o texto das Inquirições de 1258 que nomeia aldeias de Ardegães em ambas as freguesias (Águas Santas e São Lourenço de Asmes)⁴⁵ e o facto de alguns documentos antigos se referirem à aldeia ermesindense como «S. Paio de Ardegães», aliado ao facto que, em certas partes do limite, existirem referências a «terrenos prosmícuos»⁴⁶, somos de opinião que, originalmente se tratava de uma aldeia apenas (Ardegães), que posteriormente terá sido dividida em áreas de influência das duas igrejas paroquiais.

Começando então na Ponte das Tábuas, no rio Leça, o limite atravessa a zona agrícola de Ardegães / São Paio, para norte, até chegar ao penedo do Monte dos Pedrogos, troço onde os Juizes dos Tombos de Águas Santas fazem referência a sete marcos contendo a insígnia da Comenda⁴⁷ colocados, respectivamente: na Agra da Várzea; no canto do campo de André António, de Sampaio; na Quelha de Ardegães para S. Paio; na Agra do Espinheiro; no lugar de Trás da Agra; no sítio das Ganchas; e no monte dos Pedrogos (cruz esculpida no penedo). Uma das particularidades deste troço do limite é a existência de terrenos promíscuos nas zonas das agras da Várzea e do Espinheiro, situação que eventualmente, pode ter sido ultrapassada por operações de emparcelamento efectuadas após 1771 e que ainda não nos foi possível comprovar.

O LIMITE ENTRE ÁGUAS SANTAS E RIO TINTO

Alvo de uma longa contenda entre o Comendador da Comenda de Santa Maria de Águas Santas e a Abadessa do Mosteiro de Rio Tinto (e após 1535, do Mosteiro de São Bento de Avé Maria da Cidade do Porto), existem registos de uma demarcação dos limites do Couto de Rio Tinto em 1141, na doação feita por D. Afonso Henriques à abadessa D. Ermezenda Guterres⁴⁸, e de uma sentença subsequente sobre a demarcação do Couto e Mosteiro de Rio Tinto com o Mosteiro de Águas Santas, no ano de 1359⁴⁹. Há notícia de nova demarcação feita em 1592⁵⁰ que geraria novo litígio com o comendador Gaspar da Fonseca a embargar a demarcação feita nos campos das Arroteias, agrinha de S. Gemil ou agra da Gândara. Nessa petição de embargo, datada de 6 de Julho de 1593 surge uma descrição da localização dos marcos antigos do Couto de Rio Tinto:

*(...) os quoaís marquos antiguos comesavão no poso de São Romão e dahy corta direyto a outro marco antiguo que chamam Devesinha e dahy direyto a ermida de São Romão, a quoaal ermida era do mostr.º de Augas Sanctas e as ofertas que ahy se ofertavão todas eram p.a o mesmo mostr.º de Augas Sanctas, e a dita ermida se hiam com prosisois cumprir votos, e por vir a cair todos os votos se vão cumprir a Nossa Sra. da Gadalupe que esta em a ermida dela, freguesia de Augas Sanctas, e que outrosi da ermida de São Romão, vão os marquos antiguos cortamdo ate o marco de Pedearça, e dahy a Porinhos Maos, que he hum outeyro alto que está por marco, e dahy vay cortamdo a mamoa de Regateyra sobre Centegãos omde estava outro marco antiguo, e dahy hya a presa da Lagea, e pelos ditos marquos divisou sempre a dita Comenda (...)*⁵¹

45 *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones* (1897), Vol. I, f.505 Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa

46 Terrenos promíscuos correspondem a terrenos que pagavam dízimo a uma freguesia encravados em terrenos que pagavam dízimo à outra freguesia.

47 Cruz de Malta gravada em baixo relevo.

48 AZEVEDO, Pe. Agostinho de (1939) - *A Terra da Maia (Subsídios para a sua monografia)*. Maia: Câmara Municipal da Maia, p.197

49 *Índice do Cartório do Mosteiro de São Bento de Avé Maria do Porto* (1725), PT/ADPRT/MON/CVSBAMPRT/0262

50 AZEVEDO (1939), p.177

51 Tombo da Comenda de Santa Maria de Águas Santas (1596) – PT/ADPRT/MON/CSMASMAI/0013, fl. 12 e 12v

Como referimos atrás, tratou-se de uma longa contenda que só foi resolvida, mais de século e meio depois, por uma composição datada de 1755⁵².

No entanto, fez-se uma nova Demarcação do Couto de Rio Tinto, datada de 1670, presidida também pelo Doutor Cristóvão Alão de Morais

Apesar de esta demarcação não fazer referência às freguesias confinantes com o Couto, deixamos aqui um extracto da demarcação que, julgamos, inclui o troço do antigo limite entre Santa Maria de Águas Santas e São Cristóvão de Rio Tinto, sendo certo que investigações mais aprofundadas acerca dos topónimos e da evolução da titularidade das propriedades pode ajudar a dirimir as incógnitas ainda existentes.

Assim reza o Tombo⁵³:

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil seiscentos e setenta anos, aos dezoito dias do mês de Maio do dito ano, neste couto de Rio Tinto aonde estava presente o Doutor Cristóvão Alão de Morais, Juiz do Tombo do Mosteiro da Avé Maria de São Bento das freiras de São Bento do Porto, por especial provisão de Sua Alteza (...)

Primeiramente mostraram os ditos louvados um marco que fica defronte da Venda da Giesta, da parte do poente, junto à estrada que vem d'Alfena para a cidade do Porto que entre Perinhos Maus é a Venda da Giesta, onde hoje vive Frutuoso João. E daí vai para a parte do sul, pela mesma estrada, está outro marco com o bago como o atrás o qual está encostado a uma parede da parte do poente da estrada. E daí para a parte do sul aonde chamam as Areosas está outro marco com o bago pela banda da estrada da parte do poente, encostado a um campo.

E daí pela mesma estrada, da parte do poente, outro marco que está metido na parede de Maria Correia, de Pedrouços, com o bago.

E daí pela mesma estrada, da parte do poente, está outro marco, com o bago, pegado ao campo de São Romão, na agra de Lamas, junto ao campo que foi do frade.

E daí pela parte do nascente, pela estrada que vai do Porto para Valongo, outro marco com um bago para a mesma parte, no qual marco se pôs novamente uma Cruz de Cristo que demarca para a Comenda de Campanhã que está para a parte do sul. (...)

E daí para a parte do norte junto ao monte no alto junto a umas bouças de Baguim está outro marco para a parte do poente com um bago, por cima do Rio de Bajoujes.

E daí para a parte do poente outro marco junto ao mesmo Rio, com um bago.

E daí para a parte do poente junto à Presa da Lage, outro marco com um bago.

E daí vai divisando pelo Ribeiro da Presa da Lage a outro marco junto ao valo de Domingos Gonçalves pegado ao caminho que vai da Granja para o Porto, com seu bago e com duas letras grande para o norte, as seguintes «R» «M» e uma cruz no alto.

E daí indo para o norte outro marco com bago aonde chamam o Ribeiro.

E daí indo para o norte à estrada que vai do Porto para Alfena, junto da estrada estava um marco com seu bago, o qual eles louvados mandaram levantar, e se levantou, e depois de levantado, ele dito juiz mandou ao porteiro do Tombo, Tomé da

52 AZEVEDO (1939), p. 177

53 Demarcação do Couto de Rio Tinto - Tombo do Convento de São Bento de Avé Maria do Porto, PT/ADPRT/MON/CVSBAMPRT/0177, fl. 391-393v

Costa, botasse pregão que nenhuma pessoa de qualquer qualidade que fosse derribasse o dito marco com pena de incorrer na pena da Lei, ao que foi satisfeito pelo dito porteiro, de que eu escrevão dou fê.
E daí, pela mesma estrada, junto à Venda do Brasoleiro, para a parte do sul, está outro marco com o mesmo bago.
E logo mais adiante da dita venda, pegado à estrada, para a parte do sul, está outro marco com o bago.
E feita assim a dita demarcação e confrontação como dito é, disseram eles louvados que eles não sabiam de mais marcos que os sobreditos; (...)

Esta demarcação acima foi acompanhada por testemunhas: Jerónimo André, de Rio Tinto, e Domingos Gonçalves, de Águas Santas. Como não estudamos convenientemente este troço de limite, não arriscaremos a traçar o percurso do limite, como fizemos com os anteriores, no entanto, uma vez que uma boa parte do limite acompanhava a antiga estrada do Porto a Alfena (a estrada de Guimarães), o mesmo andaré próximo da sucessora daquela, a moderna N105 (Rua D. Afonso Henriques).

De notar que as freguesias de Águas Santas e Rio Tinto referidas nos Tombos citados, não correspondem aos territórios que hoje conhecemos, primeiro porque, por Decreto Real de 21 de Novembro de 1895, os territórios das freguesias de Águas Santas e Rio Tinto, interiores à nova Estrada da Circunvalação (construída entre 1890 e 1898), transitaram para o Concelho do Porto, a saber: parte dos lugares de Pedrouços (Águas Santas) e Areosa (Rio Tinto) transitaram para a freguesia de Paranhos; e parte dos lugares da Ranha e Vila Cova (Rio Tinto) transitaram para a freguesia de Campanhã⁵⁴. O mesmo decreto previa que os territórios das freguesias do Porto que ficavam fora da Circunvalação também transitariam para os concelhos limítrofes mas, por Lei de 13 de Janeiro de 1898, ficou definido que os territórios de Paranhos e Campanhã, exteriores à Circunvalação (Ameal, Asprela, Casal, Ribeirinho, Tirares, Pego Negro, Campanhã de Baixo, São Pedro, Fatime, Meiral, Granja, Outeiro do Tine, Campos, Fura Montes, Águas Férreas, Azevedo, Areias e Lagoa), manter-se-iam no Concelho do Porto⁵⁵. O limite da freguesia de Águas Santas, antes de 1895, estendia-se até próximo da «Cruz das Regateiras» (largo fronteiro ao actual Hospital Conde Ferreira). Depois, porque em 4 de Outubro de 1985, ambas as freguesias foram divididas, sendo criadas as novas freguesias de Pedrouços (a partir de Águas Santas) e Baguim do Monte (a partir de Rio Tinto)⁵⁶.

CONCLUSÃO

Aqui chegados, podemos dizer que, relativamente aos limites traçados referentes à freguesia de Alfena, dispomos de um nível de certeza da ordem dos 99,9% (isto porque, como cautela, admitimos que possam existir ligeiríssimos desvios). Já no que toca aos limites traçados relativos à freguesia de Ermesinde, o nosso nível de certeza será da ordem dos 90-95%, ou seja, perfeitamente aceitável para apresentarmos a figura com que fechamos o presente artigo, como a representação do limite histórico do Município da Maia com o seu congénere de Valongo.

Resta pois, que os responsáveis autárquicos (eleitos e não eleitos) assumam as suas responsabilidades e apresentem comportamentos informados que contribuam para a resolução pacífica das divergências que por ventura possam surgir entre comunidades vizinhas, ao invés de ser remeterem a «negociações de gabinete», sem ter perfeito conhecimento da matéria em questão e que, normalmente, geram mais conflitos que soluções. A forma como os antigos conduziam

54 Diário do Governo N.º 267/1895, de 25 de Novembro.

55 Diário do Governo N.º 11/1898, de 15 de Janeiro.

56 Diário da República N.º 229/1985, de 4 de Outubro – Leis N.º 91/85 e 127/85.

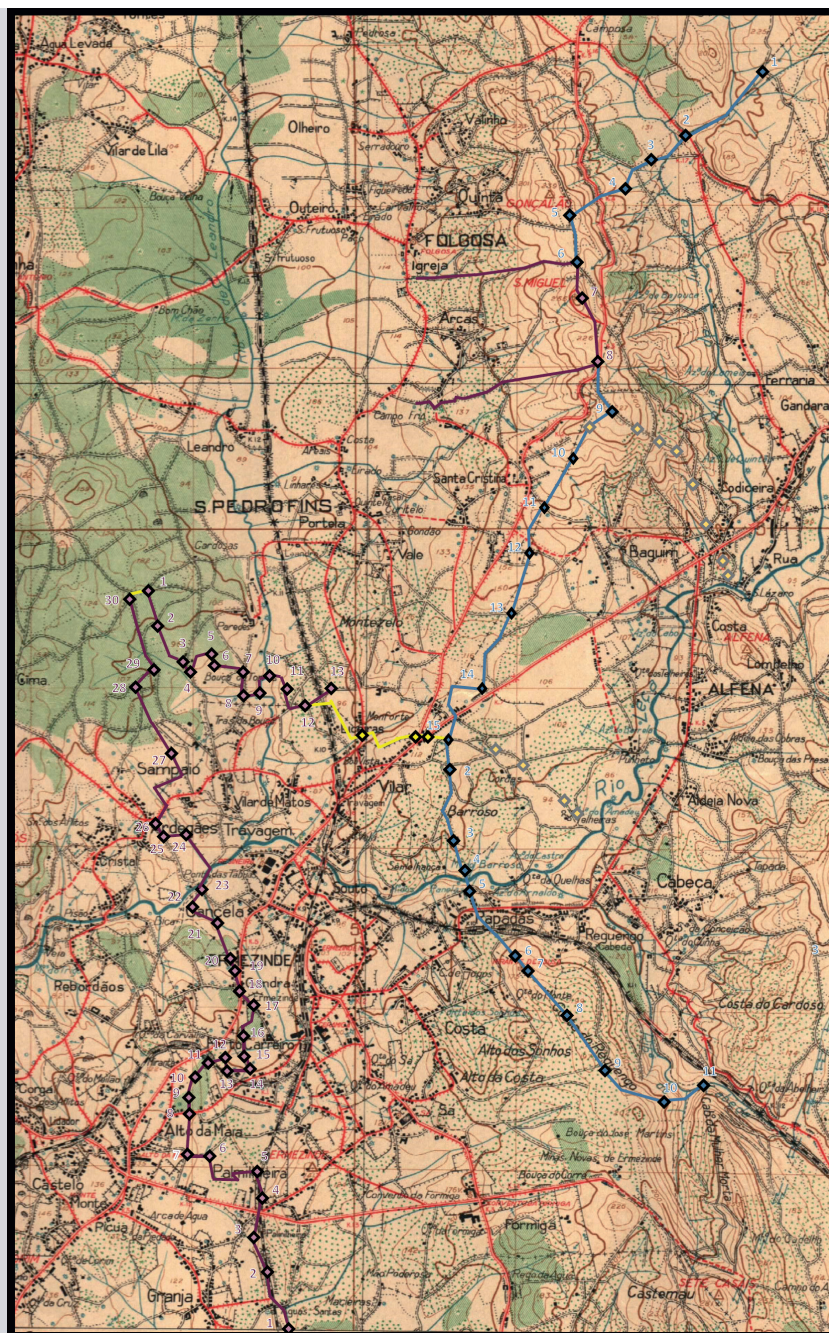


Figura 11 - Limite histórico do Concelho de Valongo com o da Maia
 Fonte: desenho do autor sobre a Carta Militar de Portugal – Folha 110 (1951) – Ermezinde (Valongo) - IGeoE

estes processos de demarcação, sempre na presença de «pessoas antigas» conhecedoras dos locais, e o reduzido número de reclamações que surgiam (sendo que essas eram, pronta e rapidamente, julgadas pelo Juiz presente) é bem revelador da forma séria como estes assuntos então eram resolvidos e contrasta radicalmente com a leviandade com que, por vezes, eles hoje são tratados.

Por fim, lembrando que a nossa Associação nunca contou com apoios públicos autárquicos ao seu trabalho, gostaria de agradecer a todos os que têm colaborado com a AL HENNA, desde que iniciamos o nosso caminho há quinze anos, a todos os membros da Associação, em especial, aos elementos do núcleo de investigação, José Manuel Pereira, Fernando Branca e, em particular, ao Arnaldo Mamede, que me acompanhou nas numerosas caminhadas, por montes e vales, em busca dos «calhaus antigos», como alguns designam, ou no estudo dos «papéis velhos», cruzando informações de diversas fontes. Ainda um agradecimento especial ao Sr. José Carvalho, de Vilar de Matos, que nos deu uma preciosa ajuda no limite norte de Ermesinde.

Como sempre, continuaremos disponíveis para contribuir com os nossos modestos conhecimentos para o bem comum, assim haja humildade em que tem a responsabilidade de gerir o que é de TODOS.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Pe. Agostinho de (1939) - *A Terra da Maia (Subsídios para a sua monografia)*. Maia: Câmara Municipal da Maia.
- COSTA, Afonso (1976) – *Discursos Parlamentares 1911-1914 (compilação por A.H. de Oliveira Marques)*. Lisboa: Livraria Bertrand
- CUNHA, José Correia da (1980) – *A Carta Administrativa de Portugal e a sua contribuição para a investigação urbana e regional*. Lisboa: Comissão Nacional do Ambiente
- MARQUES, Bernardo de Serpa (1986) – «Notas acerca da evolução do mapa administrativo da área da bacia do Douro (séculos XIX e XX)» in *Revista Observatório - N.º 1 – Dezembro de 1990 – Actas do 1.º Congresso Internacional sobre o Rio Douro – 25 de Abril a 2 de Maio de 1986*. Vila Nova de Gaia: Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.
- MATTOSO, José (2015) - *Identificação de um País. Oposição. Composição. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Temas e Debates (1.ª Edição, em 2 vol: 1985)
- MOREIRA, Domingos A. (1973) - *ALFENA, a terra e o seu povo*. Cucujães: Esc. Tip. das Missões
- PALMA, Nuno (2023) – *As causas do atraso português. Repensar o passado para reinventar o presente*, 4.ª edição revista. Lisboa: Publicações D. Quixote
- QUEIRÓS, Eça (1888) – *Os Maias*. Porto: Livraria Chardron. 5.ª Edição (1992). Lisboa: Livraria Ulisseia de Autores Portugueses
- RIBEIRO, Orlando (1945) - *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Letra Livre (2.ª edição – 2021)
- RIBEIRO, Ricardo (2011) - *Alfena, a Cidade e seus Limites*. Alfena: AL HENNA.
- RIBEIRO, Ricardo (2012.06.30) – «AL HENNA – Em defesa do Património de Alfena» in *A Voz de Ermesinde*
- RIBEIRO, Ricardo (2012.10.31) – «A Delimitação da freguesia de Alfena – 1689/90» in *A Voz de Ermesinde*
- RIBEIRO, Ricardo (2014.04.15) – «D. Bernarda Clara, um espião na origem do Concelho de Valongo» in *A Voz de Ermesinde*
- RIBEIRO, Ricardo (2024) – «O limite ocidental do Concelho de Valongo – revisitando as antigas demarcações de freguesias maiatas» in *Revista Vallis Longus – Série II - N.º 2 – 2024*. Valongo: Câmara Municipal de Valongo.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (1997) - *Território e Poder. Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimonia Historica
- OUTRAS FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS**
- Chancelaria de D. Dinis – Livro IV, PT/TT/CHR/C/001/0004/06201*, Arquivo Nacional – Torre do Tombo
- Diário da República N.º 107/2017, de 2 de Junho de 2017
- Diário da República N.º 108/2017, de 5 de Junho de 2017
- Diário do Governo N.º 267/1895, de 25 de Novembro de 1895
- Diário do Governo N.º 11/1898, de 15 de Janeiro de 1898
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1936), Vol. XI. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia
- Índice do Cartório do Convento de São Bento de Avé Maria do Porto*, PT/ADPRT/MON/CVSAMPRT/0262, Arquivo Distrital do Porto
- Matriz Predial da freguesia de Alfena* (1898-1942) – Arquivo Histórico e Intermédio da Direcção Distrital de Finanças do Porto.
- Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones* (1897), Vol. I. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa
- Tombos da Comenda de Santa Maria de Águas Santas – Maia*, PT/ADPRT/MON/CSMASMAI/005, Arquivo Distrital do Porto
- Tombo da Igreja de São Vicente de Alfena* (1689-90) – Colégio do Carmo da Universidade de Coimbra, ColCarmo10, Arquivo da Universidade de Coimbra
- Tombo do Convento de São Bento de Avé Maria do Porto*, PT/ADPRT/MON/CVSAMPRT/0177, Arquivo Distrital do Porto

Custodio Gonçalves Arozo

Contributo para a biografia
de um cidadão maiato do século XVIII

Miguel Padrão

INTRODUÇÃO

A persistência incessante e quase obsessiva é parte da natureza do genealogista mais apaixonado. Só essa característica o permite encarar, uma e outra vez, com tristeza, mas sem nunca se conformar, o desvanecer da existência de tantos, primeiro das memórias e depois dos documentos. Se calhar, é assim mesmo que tenha de ser. Talvez seja melhor que o passado se mantenha vago ou mesmo, para sempre, escondido.

Há mais de quatro décadas que desenvolvo estudos genealógicos. Iniciei os mesmos na minha própria família, numa busca de conhecimento das minhas raízes familiares, percurso habitual de grande parte dos genealogistas. Neste estudo, cedo constatei que grande parte dos meus antepassados dos últimos cinco séculos eram naturais dos limites que a Terra da Maia teve até meados do século XVIII, território bastante mais abrangente que os atuais limites concelhios. Esta é uma consequência natural, mas apesar de tudo para mim inesperada, de os meus quatro avós, também terem sido naturais deste território. É igualmente uma manifestação que revela a grande estabilidade sociológica que esta região teve no período em causa.

Já ultrapassa a dezena de milhar, o conjunto de pessoas em que me detive e, na maior parte, a única evidência da sua existência é a constante dos Assentos Paroquiais de Batismo, Casamento e Óbito, o que confirma o desabafo inicial. Como se sabe, a informação constante nestes Assentos apresenta variações com alguma relevância ao longo dos séculos. Quanto mais recuada no tempo, mais omissões apresenta e, maior é a dificuldade na sua interpretação. A partir de meados do século XVII começam aí a constar, as profissões, atividades ou circunstâncias de alguns dos indivíduos elencados. Esta informação é relevantíssima no estudo genealógico, pois permite presumir o estatuto socioeconómico de alguém e da sua família, e também a compreender o tecido social e económico do lugar e região onde se inseria.

Constata-se que na região maiata, entre os séculos XVII e XIX, predominavam, sem surpresa as atividades e estatutos relacionados com a vida agrária. Aí se incluíam os lavradores ou “lavradeiras”, (por regra pequenos ou médios proprietários agrícolas), os arrendatários (rurais), os carpinteiros de lavoura, e os jornaleiros ou empregados de lavoura. Em termos de escala, seguiam-se àqueles, os trabalhadores do setor transformador, aqui se destacando os carpinteiros e os pedreiros no caso dos homens e as “fiadeiras” de linho, as “criadas”, as “ocupadas nos cuidados domésticos” e as “governadeiras” no caso das mulheres.

De pessoas que tenham exercido ocupações profissionais como as referidas, pouco se consegue conhecer, pois o seu estatuto e ocupação não justificava a produção de documentação oficial que tivesse resistido ao século. É, aliás, bem sabido, que a possibilidade de traçar um percurso biográfico é fortemente condicionado pelo estatuto social, económico ou percurso profissional que alguém possa ter tido.

Com muito menor frequência, também me deparei, nestes estudos, com antepassados e seus parentes que tinham outras profissões ou estados tais como estudantes, licenciados, doutores, cirurgiões, padres, religiosos, negociantes, emigrantes, militares (sobretudo alferes e capitães).

Para algumas destas ocupações ou profissões pode afirmar-se existir uma clara correlação positiva com o estatuto sócio económico. Nos casos em que alguém frequentasse o ensino escolar, desde o mais básico até aos estudos avançados, caso tivesse um cargo militar de elevada patente ou alcançasse certo estado clerical mais elevado ou de maior responsabilidade, tal constitui um forte indício que pertenceria a uma família com mais posses e prestígio local.

Já em situações conjunturais, nas quais se enquadram os emigrantes e negociantes (por regra,

comerciantes portugueses emigrados no Brasil), estes, por regra eram originários de famílias com menos recursos ou que usavam a emigração, como mecanismo de fuga à incorporação militar sobretudo em períodos de guerra e, neste caso, tal era transversal às classes sociais.

Pessoas enquadradas nestes dois últimos grupos de profissões ou estados conjunturais acabam por se destacar nos estudos genealógicos atuais, face aos seus contemporâneos, pois a situação em que se inseriam implicava a produção de documentação adicional, muita da qual ficou preservada até aos dias de hoje.

A informação constante destas fontes, que muitas vezes se presume repetitiva, pode ser discreta e, por isso passar despercebida, mas também pode ser rica. Abre, por vezes, valiosas vias de investigação quer para o conhecimento do trajeto de vida dos retratados, como da própria organização social e costumes coevos em épocas remotas. Como tal, às mesmas, tem de ser dada uma especial atenção.

É num contexto desta natureza, de alguma diversidade fora do habitual e abundância de fontes para além dos Assentos Paroquiais, que se enquadra Custódio Gonçalves Arozo, um cidadão maiato setecentista, meu sétimo avô pelo lado paterno e, sobre o qual me irei deter. Acredito que a revelação deste estudo, revele aspetos interessantes para o melhor conhecimento dos costumes e história local, regional e sua interligação com a história nacional da época.

O NASCIMENTO DE CUSTÓDIO E SUA FAMÍLIA

Custódio nasceu no dia 3 de agosto de 1716 naquela que era, então, a Aldeia de Quires, um lugar de Vila Nova da Telha e terá sido o primeiro dos 7 filhos do jovem casal composto por António Gonçalves Arozo e Maria Francisca. O pai era natural do mesmo local de Quires, sendo quase certo que terá nascido nesta mesma casa e a mãe era natural da Aldeia do Couço, um lugar da vizinha freguesia de Moreira. Ambos os pais e todos os avós eram lavradores, o que nos permite deduzir que a vida familiar estaria associada aos ritmos da natureza e das tarefas agrícolas.

Seria batizado no dia 7 do mesmo mês na Igreja da Paróquia de Vila Nova da Telha. Apesar de no Assento do seu batismo não ser indicado o local do seu nascimento, presumimos que Custódio, tal como os seus irmãos, tenham nascido em casa de seus pais, no referido lugar de Quires. O nascimento em casa era, aliás uma regra, quase sem exceção na época.

Dizemos que Custódio teria sido o primeiro filho deste casal, porque entre o casamento dos pais e o nascimento deste filho distam 7 anos. É razoável considerar que nesse período tão alargado tivesse nascido um ou mais filhos deste casal. Se tal sucedeu não foi, até agora, encontrado qualquer Assento do(s) seu(s) batismo(s) nem na Paróquia de Vila Nova da Telha, nem na vizinha de Moreira.

No passado, quando nasciam filhos fora do casamento ou em idades muito precoces dos pais, os batismos dos mesmos eram frequentemente efetuados em paróquias diferentes das do nascimento ou residência dos pais. Há muitas evidências documentais de tal prática. Desta forma eram celebrados os Sacramentos e cumpridas as tradições católicas, mas poupando, ou pelo menos minimizando o casal e respetivas famílias ao escândalo social.

As invulgares circunstâncias do casamento dos pais de Custódio talvez ajudem a perceber um possível contexto. António Gonçalves e Maria Francisca tinham casado no dia 20 de janeiro de 1709, apenas três dias depois de o noivo perfazer 14 anos e apenas 4 dias depois de a noiva perfazer 15! Esta precocidade era muito pouco habitual e mesmo rara, tanto na época, como na região e, poderá ter sido um forte motivo a levar o casal a adiar a parentalidade.

Cerca de um ano depois, no dia 7 de setembro de 1710, os jovens António, então com 15 anos e Maria com 16, já casados e residentes em Quires, receberiam o Crisma na Igreja do Salvador de Moreira, uma evidência da precocidade do seu casamento, pois que o Sacramento da Confirmação era invariavelmente efetuado por jovens solteiros.

O que teria levado à celebração deste casamento em idade tão jovem dos noivos?

Acreditamos que parte da explicação é encontrada na situação de orfandade em que o noivo se encontrava desde os 8 anos. A sua mãe, Maria Francisca Sol Posta tinha falecido em 9 de abril de 1700, quando este tinha apenas 5 anos. Em 14 de Agosto de 1701, o seu pai, também chamado António Gonçalves Arozo casaria uma segunda vez, com outra Maria Francisca, também natural de Vila Nova da Telha e com quem teve uma segunda filha. Este segundo casamento apenas duraria cerca de um ano e meio. Em 6 de maio de 1703, seria dissolvido por morte precoce do marido.

António ficou assim sem pais biológicos desde os 8 anos, não sendo claro quem assumiu a qualidade de educador. Terá sido Maria Francisca, a segunda esposa de seu pai? Esta viveria até 1728, e poderá ter-se assumido como natural educadora não apenas da sua filha, como também dos enteados, filhos ainda menores do primeiro casamento do marido. Ainda que possível, sabemos que à data do seu óbito, Maria já não vivia em Quires mas na Aldeia de Cambados da mesma freguesia, o que leva a concluir que não viveria então na casa que tinha sido do falecido marido. É igualmente de admitir que nessa difícil tarefa educativa tenha havido um importante suporte dos avós sobreviventes ou de outros parentes.

Seja o que tiver sucedido, o que é certo é que estas crianças, ainda que amparadas, se viram privadas desde muito cedo dos pais biológicos, situação familiar que poderá ter acelerado o seu amadurecimento e, no caso de António, contribuído para o seu casamento precoce.

A CASA DE QUIRES E O APELIDO AROZO (Aroso)

À data de nascimento de Custódio, António, o seu pai, era então o proprietário de uma das poucas casas existentes na Aldeia de Quires, a qual se encontraria na família, pelo lado da avó paterna, há pelo menos 5 gerações. Tudo sugere que esta parte da família, com origem em Quires e antigas raízes na freguesia, sendo proprietária de uma exploração agrícolas com dimensão relevante para a região, tivesse prestígio local.

Sobre a casa em que Custódio nasceu e onde viveram várias gerações anteriores da mesma família, há uma fonte que se destaca. Trata-se da magistral obra de Memórias¹, do Pe. Joaquim Antunes de Azevedo, escrita quando era Pároco de Vila Nova da Telha², fonte incontornável sempre que estão em causa estudos sobre os costumes e usos, sobre as pessoas e as famílias maiatas, sobretudo durante os séculos XVIII e XIX.

Sobre a casa em que Custódio nasceu, há algumas menções neste manuscrito, e abrangem várias gerações e séculos, anteriores e posteriores a Custódio.

1 “Memórias de Tempos Idos Padre Joaquim Antunes de Azevedo” edição do Clube UNESCO da Maia, volumes I a III, publicados entre 2014 e 2015

2 “Foram estas “memórias...” redigidas, (...) na freguesia de Vila Nova da Telha entre um pouco antes de 1881, que corresponde à primeira referência expressa a uma data, e Março de 1888, última referência datada do último artigo do último volume”, José Augusto Maia Marques “Moreira da Maia no século XIX Segundo o Manuscrito do Padre Joaquim Antunes de Azevedo”, Estudos sobre a Terra da Maia, Câmara Municipal da Maia, 1998

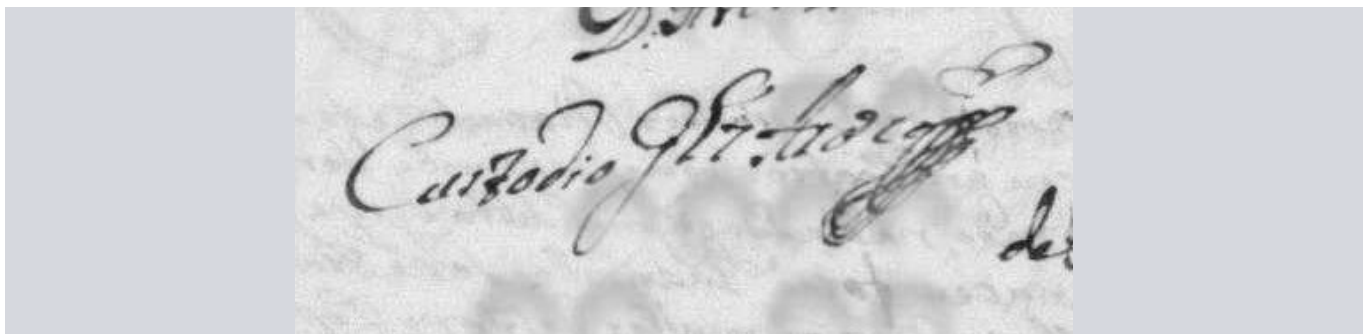


Figura 1 - Assinatura de Custodio Gonçalves Arozo

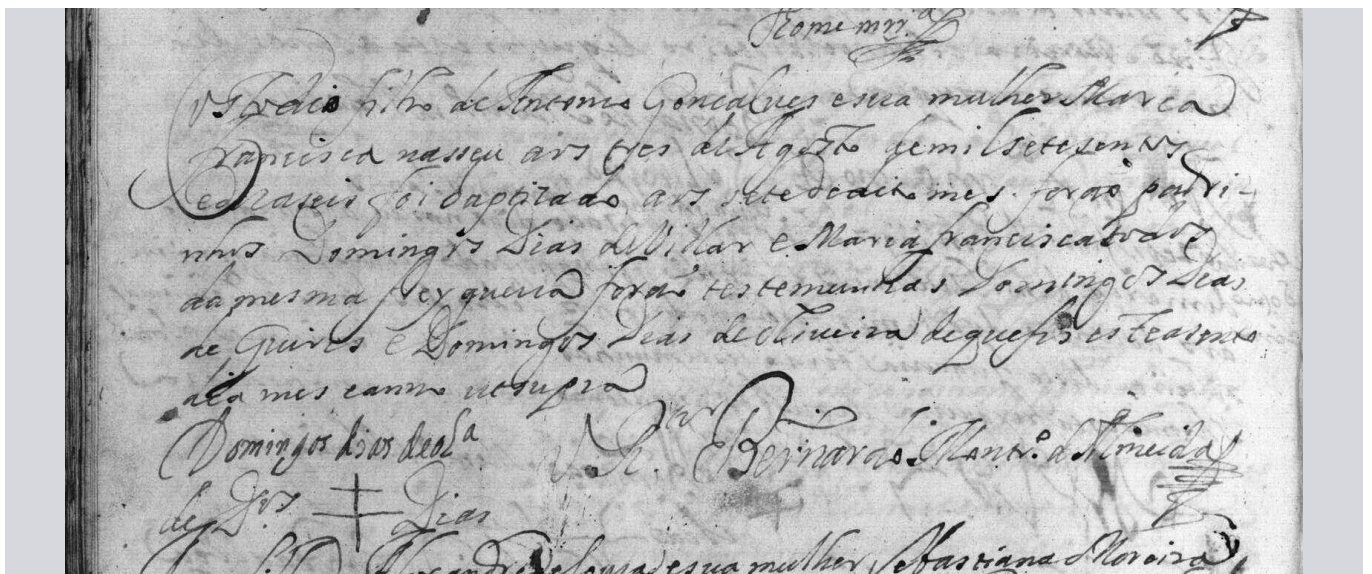


Figura 2 - Assento de Batismo de Custodio: "Custodio filho de Antonio Gonçalves e sua mulher Maria Francisca nasceu aos tres de Agosto de mil setecentos e dezaseis foi baptizado aos sete do dito mes, forão padrinhos Domingos Dias de Villar e Maria Francisca todos da mesma freguezia forão testemunhas Domingos Dias de Quires e Domingos Dias de Oliveira de que fis este assento dia mes e anno ut supra. R. Bernardo Montr.º d Almeida"

Sobre os períodos mais recuados é informado que *“Foram naturais e viveram na Casa de Quires, ascendentes dos referidos, os seguintes: João Dias e mulher Isabel Afonso, Baltazar Dias, Gonçalo Dias e mulher Maria Antónia e foram daqui para fora, Pedro Dias Ramalho, filho de Domingos Dias e de Ana Francisca, casar para Couço com Ana Francisca, filha de Manuel Domingues e de Domingas Francisca, e levou de dote 544\$000 réis e foi celebrada a escritura em 20 de janeiro de 1722.”*³

Estes são alguns dos antepassados de Custódio pelo lado materno e a sua identificação é feita dos mais antigos para os mais recentes. Assim, João Dias e mulher Isabel Afonso são seus quartos avós. Gonçalo Dias e mulher Maria Antónia são seus trisavós. Até ao presente momento, ainda não foi possível ter certeza na identificação do parentesco dos restantes indicados na citação supra.

Quanto ao lado paterno, sabemos que a família de apelido Aroso não era original desta freguesia. Francisco Gonçalves Aroso, avô de Custódio, natural de Guifões, foi o primeiro com este apelido a ir viver para esta casa de Quires, em resultado do seu casamento com Luzia Dias da mesma casa. Esta união, ocorrida em 20 de março de 1664, na Igreja de Vila Nova da Telha, iria originar uma relevante família maiata. A partir desse momento e durante os dois séculos seguintes o apelido Aroso e a Casa de Quires iriam fundir-se, quase a confundir-se, e teriam também ramificações significativas em Avelada, Vila do Conde, nas gerações seguintes.

O Pe. Joaquim Antunes de Azevedo, referindo-se ao pai de Custódio, indica: *“António Gonçalves Aroso, da Quinta de Quires e o primeiro Aroso que acho com esse apelido”*⁴ e insiste nesta afirmação ao dizer *“Foi este António Gonçalves Aroso o primeiro que adotou este apelido que, nem seus pais, nem avós tinham”*⁵.

Sabemos agora, que este apelido era usado há três, ou mesmo quatro gerações, pelos antepassados da linha de varonia do pai de Custódio. O próprio pai de António tinha exatamente o mesmo nome, António Gonçalves Aroso, que daria ao filho.

A pessoa mais remota, até agora encontrada, com este apelido é Francisco Gonçalves Aroso, trisavô de Custódio, nascido em Guifões, nos finais do século XVI. Domingos Gonçalves, pai de Francisco, também consta como tendo sido chamado de Aroso, mas ainda não encontrei as evidências indesmentíveis que o confirmem.

Ainda que nem sempre assinassem o seu nome completo, estes antepassados de Custódio eram inúmeras vezes citados por terceiros como tendo este apelido.

PERCURSO ESCOLAR E ACADÉMICO (1732-1741)

Feito que está o enquadramento familiar possível sobre o nascimento de Custódio, iremos agora debruçar-nos sobre os seus estudos e percurso académico.

Nada conseguimos apurar sobre aspetos específicos da infância de Custódio e de seus irmãos, em especial ao nível escolar. A inexistência de informação sobre este período era, aliás, o habitual, pois raramente esta fase de vida era documentada ou considerada merecedor de escritos no passado. Onde e com quem teria Custódio e os irmãos teriam aprendido a ler e escrever é uma incógnita.

3 Página 105, volume III, “Memórias de Tempos Idos Padre Joaquim Antunes de Azevedo”

4 Página 220, volume II, obra citada

5 Página 53, volume III, obra citada

É possível que tenha aprendido no convento de Moreira, pois os conventos, para além de espaços de vida consagrada, também eram, então, polos de cultura e ensino. E, sabemos que Custódio e pelo menos mais um irmão, Domingos Gonçalves Aroso, tiveram formação muito superior à aprendizagem do ensino básico.

CONGREGAÇÃO DO ORATÓRIO DA CORTE (1732-1733)

As primeiras informações conhecidas sobre os estudos de Custódio reportam ao período de 1731 a 1733, quando tinha entre os 15 e os 17 anos e são-nos prestadas por duas fontes, uma desse mesmo período e outra por documento ulterior.

A primeira fonte é o seu processo de Inquirição de Genere, processo que irá decorrer durante o ano de 1733 e, ao qual Custódio se irá submeter. E, no introito de tal processo é indicado que em 25 de junho de 1733 *“elle Suppte se acha admittido, e examinado, e aprovado p^a ordens menores”*, ou seja, que Custódio, já estava habilitado como membro do clero para o exercício das ordens menores (*Clerigo in minoribus*).

Estar aprovado para ordens menores é um termo usado na Igreja Católica para se referir a quem estava no início da carreira eclesiástica, já dotado de estatuto clerical, mas ainda sem as funções sacerdotais completas. O processo de inquirição de genere seria um passo determinante para poder prosseguir e ser ordenado com as ordens maiores (subdiaconado, diaconado e finalmente sacerdócio), caso fosse esse o seu objetivo.

Ao longo desse processo de inquirição, são várias as testemunhas que atestam conhecer Custódio, e que o indicam como sendo *“Estudante”* (23 de maio e 3, 14, 15 e 17 de agosto de 1733) ou *“Estudante de gramatica”* (3 de agosto de 1733). Apesar disso, nenhuma testemunha informa onde, em que instituição e localidade estudava e onde provavelmente teria Custódio obtido as ordens menores.

A resposta para tal dúvida será encontrada em documento de 1741, ano em que é emitido o certificado de habilitações de Custódio, pela Universidade de Coimbra. Através deste documento ficamos a saber que entre 1735 e 1741, Custódio tinha estudado na Faculdade de Cânones desta Universidade e aí concluído a sua formatura.

Ao longo do certificado são descritas as disciplinas e datas em que as frequentou, bem como a confirmação da aprovação a cada uma e o grau obtido ao longo do percurso académico. Entre estas, consta uma informação relevante que nos ajuda a perceber o período anterior à Universidade e exatamente anterior à sua inquirição de genere. É aí revelado que Custódio tinha frequentado a disciplina de Lógica na Congregação do Oratório da Corte *“no anno de mil e Sete centos e trinta e dous p.^a trinta e três”*.

Por ter frequentado com aproveitamento a disciplina de Lógica na Congregação do Oratório da Corte, ficou dispensado da frequência da mesma disciplina na Universidade de Coimbra. O significado desta permissão de Sua Magestade (S. Mag.de) corresponde ao que atualmente chamamos ao de uma equivalência, ou seja, o reconhecimento de uma instrução de ensino pelo grau obtido noutra.

Em que consistia e onde se encontrava localizada a Congregação do Oratório da Corte?

A Congregação do Oratório foi introduzida em Portugal, em 1654, pelo Padre Bartolomeu do Quental, estabeleceu as bases oratorianas à imitação de São Filipe Néri em Roma. As Casas do Oratório em Portugal funcionavam como colégios de ensino médio. O ensino que ministravam

centrava-se na formação moral e espiritual de jovens para se candidatarem a ordens sacras, ingressar nos estudos Maiores (universitários) sobretudo em Coimbra (nessa época não havia Universidade em Lisboa) ou seguir carreiras administrativas, jurídicas ou eclesiásticas. Em Portugal, esta Congregação é considerada como tendo sido uma das mais importantes instituições na expansão do iluminismo, servindo de contraponto aos jesuítas⁶.

Em 1733 encontrava-se representada em Portugal por quatro casas, a de Lisboa, Porto, Freixo de Espada à Cinta e Braga.

Em qual destas casas estudaria Custódio?

Pela proximidade geográfica seria de considerar mais provável que Custódio tivesse estudado na casa do Porto ou de Braga, mas no certificado da Universidade de Coimbra é indicado que Custódio tinha estudado na Congregação do Oratório da Corte e, só a da Lisboa era referida como tal. A Congregação do Porto era chamada de Congregação do Oratório do Porto ou Oratorianos de Santo António da Porta de Carros (onde atualmente se situa a Igreja de Santo António dos Congregados).

Algumas décadas depois, também José Gonçalves Arozo, filho de Custódio, seguindo o exemplo de seu pai estudaria na mesma faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra. No certificado de habilitações, que também solicitou, são muitas as semelhanças com o percurso do pai, inclusive a passagem prévia por uma Casa do Oratório entre 1765 e 1766. No seu caso, contudo, é indicado que tinha estudado a disciplina da lógica na “*Congregação do Oratório da Cid.e do Porto*”, pelo que nos certificados havia uma clara identificação das Casas da Congregação em que os alunos tinham estudado. No caso deste seu filho, é provável que esta opção tenha sido de alguma forma forçada pelos grandes danos que o edifício da Congregação em Lisboa tinha sofrido quando do Terramoto de 1755.

A casa em Lisboa foi a primeira fundada em Portugal, e era a principal e mais prestigiada da Congregação em Portugal, por estar ligada diretamente à Corte.

Encontrava-se localizada no Convento do Espírito Santo da Pedreira no espaço correspondente ao atualmente ocupado na Rua do Carmo pelos Armazéns do Chiado. Esta era então uma das zonas centrais de Lisboa, próxima de espaços frequentados pela elite e pela administração régia integrado no circuito cultural e educativo da cidade.

Alguns anos depois este edifício iria ficar bastante afetado pelo Terramoto de 1755.

Custódio só aí estudou cerca de um ano, mas acreditamos que este tenha sido um importante passo académico e pessoal no seu futuro. Aí terá adquirido, não apenas as bases religiosas necessárias para o seu futuro percurso universitário e profissional, como terá tido a possibilidade de conhecer as atuais e futuras elites políticas, culturais e religiosas do País.

O que estaria então na mente de Custódio (ou de alguém que tenha decidido por ele) ao optar por frequentar os estudos nesta Congregação? Seriam estes os primeiros passos de um chamamento religioso e aí procuraria obter as “ordens menores” para depois prosseguir para as “ordens maiores”? Ou pretendia adquirir as bases e prosseguir uma carreira como familiar do Santo Ofício ou continuar para uma licenciatura?

⁶ “Os jesuítas eram acusados de defender a escolástica, já ultrapassada, e de se oporem ao desenvolvimento científico, atrelados a uma filosofia e um ensino com base no aristotelismo. Os oratorianos representavam a luta pela abertura ao progresso, bem como às novas correntes de pensamento (o iluminismo).” (pt.wikipedia.org/wiki/Congrega%C3%A7%C3%A3o_do_Orat%C3%B3rio#cite_note-1)



Figura 3 - Genealogia paterna de Custódio Gonçalves Arozo. (Algumas datas indicadas são aproximadas, por ainda não ter sido encontrado o Assento que as confirme).

Certo prax do d. anno de 1732.º

Tem p.am de S. Mag.de passada a nove de Abril de mil e Sete centos e trinta e nove porque lhe faz m.de (mercê?) de lhe mandar levar em conta hum anno que teve de Logica na congregação do Oratorio da Corte que fes no anno de mil e Sete centos e trinta e dous p. trinta e três.

Admittido em mil e 23 de Abril de 1732

João de S. Mag. de

João de S. Mag. de

Figura 4 - “Tem p.am de S. Mag.de passada a nove de Abril de mil e Sete centos e trinta e nove porque lhe faz m.de (mercê?) de lhe mandar levar em conta hum anno que teve de Logica na congregação do Oratorio da Corte que fes no anno de mil e Sete centos e trinta e dous p. trinta e três”.



Figura 5 - Convento do Espírito Santo da Pedreira

INQUIRIÇÃO DE GÊNERE (1731-33)

A inquirição de gênero era um inquérito formal, conduzido pelas autoridades eclesiásticas, destinado a verificar a pureza de sangue, a legitimidade e idoneidade familiar de um candidato que pretendesse prosseguir para ordens maiores eclesiásticas ou para um cargo ou carreira de relevância religioso ou na administração.

Esse processo decorria com recurso à recolha de depoimentos de testemunhas escolhidas pelos sacerdotes dentre pessoas da freguesia (e paróquia) de onde o habilitando, pais e avós eram naturais ou residentes.

Custódio submeteu-se a um destes processos. Este teve o seu início em outubro de 1731, e logo interrompido, e depois retomado em maio de 1733⁷ até ficar concluído em agosto do mesmo ano.

Tudo sugere, pela conjugação de fontes, que este interregno entre o início e a continuação da inquirição, se tenha devido ao facto de, nesse mesmo período, ter estado a estudar na Congregação do Oratório da Corte, entre 1732 e 1733.

Em maio de 1733 Custódio entrega a sua petição junto das autoridades eclesiásticas para que seja dado início (retomada) a inquirição de gênero. Aqui, o suplicante, informa já se encontrar *“admittido, e examinado, e aprovado p^a ordens menores”*⁸.

A inquirição de gênero era feita depois das ordens menores porque estas não exigiam ainda prova de pureza de sangue, mas apenas idoneidade pessoal. Quando se pretendia seguir para as Ordens Maiores ou prosseguir os estudos universitários, para um importante cargo da administração ou para o Santo Ofício, era fundamental garantir que o candidato não tinha impedimentos, pois o Santo Ofício combatia precisamente a heresia e a “infecção” de sangue.

Esta petição clarifica, contudo, qual o objetivo então pretendido com a sua inquirição de gênero. Tal como está descrito na petição, Custódio pretendia habilitar-se ao Santo Ofício.

A 25 de Junho de 1733 é dada uma instrução aos sacerdotes das paróquias onde o habilitando, seus pais e avós, eram naturais ou residissem. Nesta, é ordenado que fossem inquiridas testemunhas, as quais tinham de ser *“pessoas antigas fidedignas e christans velhas”* e que tivessem conhecidos os mencionados. E, do inquérito apresentado às testemunhas, teriam de constar as seguintes perguntas⁹:

1. *“Se elle testemunha sabe, ou sospeita o para o que he chamado; ou se alguma pessoa lhe disse, que sendo perguntado por sua geração, dissesse mais, ou menos do que souberam, ou instruiu no que havia de testemunhar.*
2. *Se conhece ao justificante. Custodio Gonçalves Arozo. Donde he natural, & morador, de que tempo a esta parte o conhece, & que rezão tem de seu conhecimento, ou noticia.*
3. *Se conhece a Ant.^o Gonçalves Arozo e Maria Francisca Pay, & Mãe do justificante, que officio tem, donde são naturaes, & moradores, que tempo há que os conhece, & que rezão tem de seu conhecimento.*

7 Este Processo encontra-se depositada no Arquivo Episcopal do Porto, contendo 53 páginas, com os *“Autos de genere a favor de Custodio Gonçalves Arozo da Fre^a de Villanova da Telha da Comarca da Maya”, datado do “Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil Setecentos trinta e três aos vinte tres dias do mês de Mayo”*

8 Pg 3 Processo Inquirição de Gêner

9 Pg 10 Processo Inquirição de Gêner

4. *Se conhece a Ant.º Gonçalves Arozo e Maria Francisca Avòs paternos do justificante, que officio tem, donde são naturaes, & moradores, que tempo há que os conhece, & que rezão tem de seu conhecimento.*
5. *Se conhece a Manoel Domingos do Passo e Domingas Fran.ca Avòs maternos do justificante, que officio tem, donde são naturaes, & moradores, que tempo há que os conhece, & que rezão tem de seu conhecimento.*
6. *Se o justificante he filho, & neto dos sobreditos seus pays, & Avós paternos, & maternos, & por està tido, & reputado sem contradição alguma. Se elle testemunha he parente de alguma das sobreditas pessoas, he, ou foy seu inimigo, ou amigo particular, ou tem outra cousa, que declare os costumes; & tendo alguma cousa das sobreditas, não será perguntado ao mais interrogatórios, & aqui se findará seu testemunho por elle assinado.*
7. *Se o dito justificante, seus pays & Avós paternos, & maternos acima nomeados, todos, & cada hum de per si forão, & são inteyros, & legítimos Christãos velhos, & de limpo sangue, sem raça de Judeo, Mouro, Mourisco, Mulato, nem de outra alguma infecta nação, ou nascidos de pessoas novamente convertidas à nossa Santa Fé Catholica, sem haver fama, rumor, ou sospeyta em contrario, ou se a houve, donde nasceo, & de que pessoas, & a rezão, porque o sabe.*
8. *Se alguma das sobreditas pessoas incorreo em infamia, ou defeyto de direyto, ou commetteo crime de heresia, ou foy penitenciado pelo Santo Officio.*
9. *Se tudo, o que tem testemunhado, he publico, & notório, & a rezão, porque o sabe.”*

A recolha de depoimentos começou no dia 3 e terminou a 20 de agosto de 1733. O processo teve a duração de sete dias e meio tendo sido ouvidas 33 testemunhas em 4 Igrejas de paróquias distintas, com a seguinte distribuição:

- Igreja Paroquial de Santa Maria de Vila Nova da Telha (Paróquia de Custódio, seu pai e avô paterno): 8 testemunhas
- Igreja Matriz do Salvador de Moreira (Paróquia da mãe e do avô materno de Custódio): 8 testemunhas
- Igreja Matriz do Salvador de Lavra (Paróquia da avó paterna): 9 testemunhas
- Igreja Matriz de Sam Mamede de Perafita (Paróquia da avó materna): 8 testemunhas

A 28 de Agosto seria dado parecer positivo dos membros da Comissão:

“Costodio Gonçalves Arozo, e os Sobreditos seus Pays e Avos Paternos e Maternos, sempre forão tidos e havidos por inteyros, e legítimos Christaons Velhos e de Limpo Sangue, e boa Geração, sem raça algua, de judeo, Mouro, Mourisco, Mulato nem de oytra algua infecta nação das Reprobadas em dir.to nem nascidos e de pessoas nova m.te convertidas a nossa Santa Fé Catholica, ou penitenciados pello S.to Officio, nem Comprehendidas em outra qualquer infâmia, ou crime algú; o q tudo sabião pello Ver, e Conhecer; e aSim me parece jurarão tudo na verdade por serem os seus ditos Conformes e Uniformes com a informação q extrajudiciais ne.le tirei, Com pessoas que me parecerão fidedignas; he o q posso informar e por ser verdade passei esta q sendo necess.º juro in Verbo Sacerdotis. Villar de Pinh.ro 28 de Agosto de 1733. Alexandre da Sylva¹⁰”

10 Doutor Alexandre da Sylva Abade de Santa Marinha de Vilar de Pinheiro; Pg 49 Processo Inquirição de Genere

O processo de habilitação seria concluído a 2 de setembro do mesmo ano com decisão favorável à habilitação de Custódio. Esta foi dada pelo Provisor¹¹ no Bispado do Porto, o Dr Jozeph Guedes Moniz, Abbade de S.to André de (ilegível).

“Vistos estes autos, e o que por lhes demonstra julgo ao Justificante Custodio Gls. Arozo n.al morador da frg.^a de Villanova da Telha Com.ca da Maya, Bispado do Porto, filho Legitimo de Ant.^o Gls Arozo, e de sua mulher M.^a Fran.ca; por inteiro e Legitimo Christão velho, e de Limpo Sangue, sem rassa algúa de infecta nação, e por tal o habilito, e mando se lhe passe sua ln.ca na forma ordinária; e pague os autos; Porto 2 de 7.bro de 1733. Jozeph Guedes Moniz¹²”

UNIVERSIDADE DE COIMBRA (1735-1741)

Dois anos após a inquirição, Custódio prosseguiria os seus estudos, mudando novamente de cidade. Entre 1 de outubro de 1735 e 31 de maio de 1741, dos 19 aos 24 anos de idade, frequentaria e concluiria a Licenciatura em Cânones na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra¹³.

Na Universidade de Coimbra, à época, o ensino jurídico dividia-se em duas faculdades, a Faculdade de Leis (para o estudo do Direito Civil) e a Faculdade de Cânones (para o estudo do Direito Canónico).

A formação no Direito Canónico constituía um dos principais caminhos para o exercício de funções jurídicas e eclesiásticas, frequentemente articuladas com a administração régia e era também uma área do conhecimento determinante para o exercício de funções no Santo Ofício.

O conhecimento que temos de aí se ter estudado resulta de, no fim, da formatura, Custódio ter pedido o certificado comprovativo de habilitações¹⁴, precioso documento, para a compreensão do seu percurso académico universitário e pessoal.

O seu trajeto académico na Faculdade de Cânones teve uma fase inicial composta por 4 anos letivos (sempre iniciados a 1 de outubro e terminados a 31 de maio). No fim deste período, realizou, no dia 28-04-1739, o “Acto de Concluzoens”, uma prova académica pública para defesa de proposições perante um júri e a comunidade académica.

No dia 24-05-1740, aquando do fim do 5º ano fez o seu “Acto de Bacharel”, tendo no mesmo sido aprovado nemine discrepante, ou seja, passou com aprovação unânime. Era um grau universitário formal, já bastante prestigiado, pois já lhe permitiria exercer em tribunais eclesiásticos. Apesar disso, este não era ainda o grau máximo dos estudos.

Custódio continuou os estudos mais um ano, entre 1-10-1740 a 31-05-1741, tendo frequentado disciplinas de Leis, ou seja, de direito civil, para além do direito religioso, algo que se enquadrava no perfil académico típico da época.

Em 31-05-1741 concluiu a Licenciatura em Cânones, ao fazer o seu “Acto de formatura em canones”.

¹¹ O Provisor era então o principal juiz do bispo em matérias eclesiásticas e responsável pelos processos de habilitações, entre outras situações, com autoridade para aprovar e dar esta licença.

¹² Pg 52 Processo Inquirição de Genere

¹³ Esta é mais uma prova de que a mobilidade geográfica nos séculos passados é muitas vezes subestimada e insuspeita, contribuindo para tal percepção a escassez de fontes, mas também uma visão limitada da história.

¹⁴ Depositado no Arquivo da Universidade de Coimbra

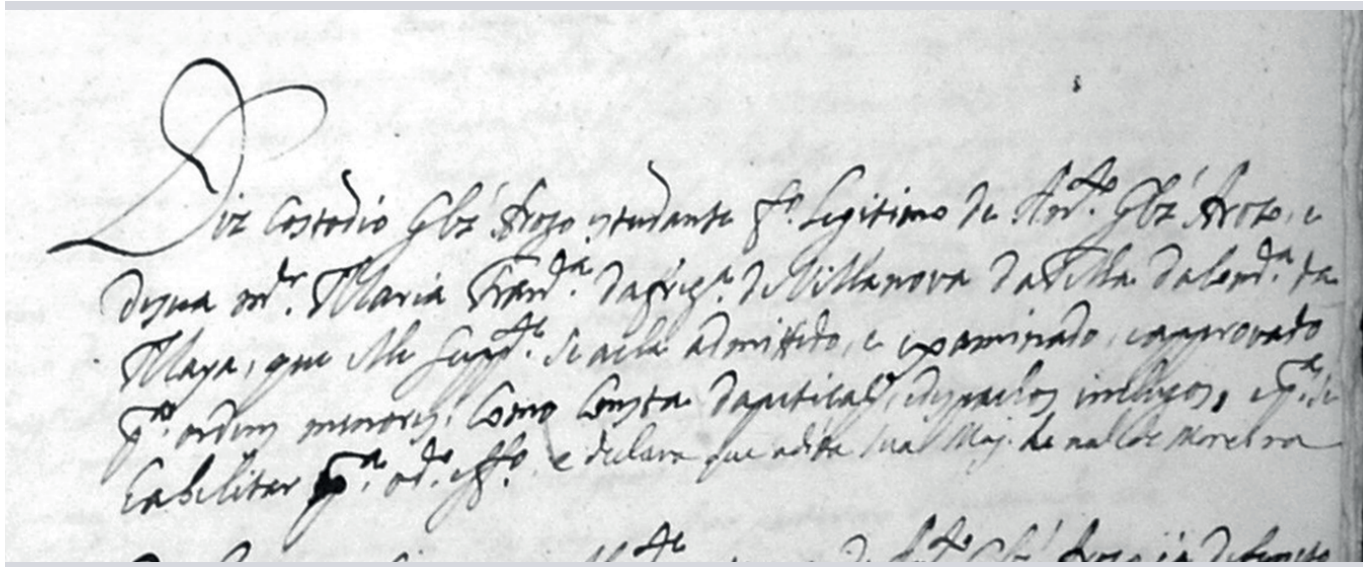


Figura 6 - "Diz Custodio Glz Arozo estudante fº legitimo de Antº Glz Arozo, e de sua mler Maria Fran.ca da fregª de Villanova da Telha da Comca da Maya, que elle Suppte se acha admittido, e examinado, e approvado pº ordens menores, como consta da petição, e despachos inclusos para se habilitar para o S.to off.º e declara que a dita sua May he nal de Moreira."

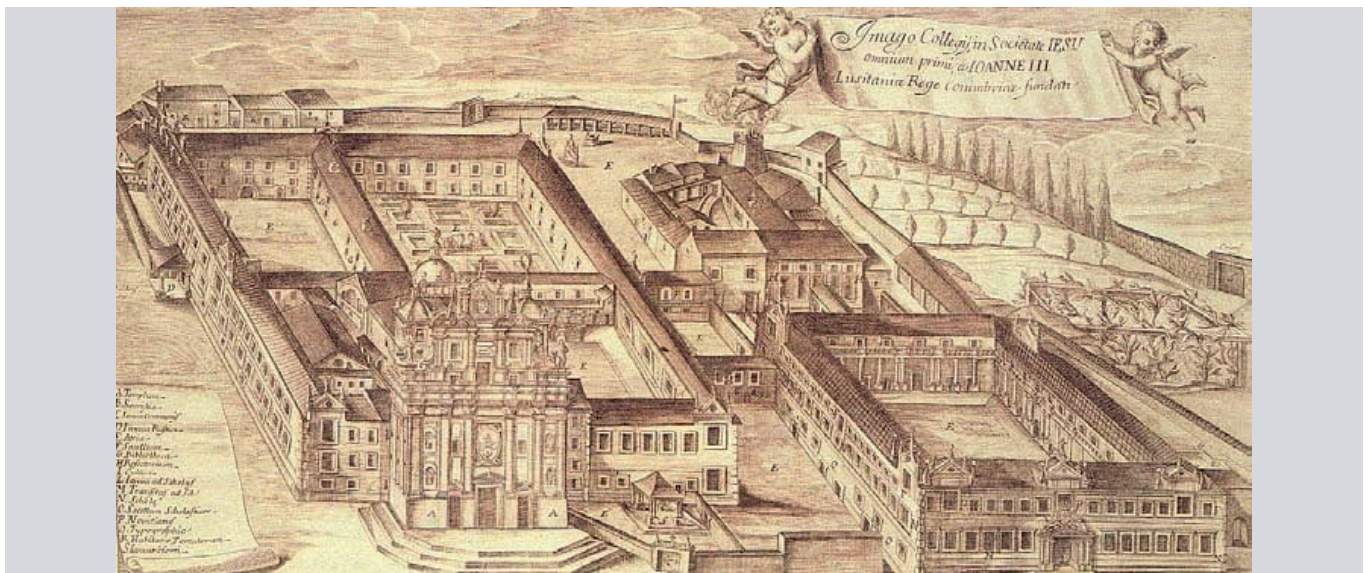


Figura 7 - Perspetiva parcial de edificios da Universidade de Coimbra no Século XVIII. O edificio ligado à Igreja da Sé Nova, no lado esquerdo, é o Colégio de Jesus. Do lado direito encontra-se o Colégio das Artes, onde Custódio foi examinado na disciplina de Lógica.

“OUVIDOR” E “HOMEM DE REPRESENTAÇÃO”

São muitas as referências que o Pe. Joaquim Antunes de Azevedo faz sobre os ascendentes e até sobre os descendentes mais ilustres de Custódio. Contudo, sobre este em particular, são poucas as menções e, segundo me parece, com algumas imprecisões.

A determinado momento, refere: *“Foi do tal Custódio Gonçalves Aroso, que julgo-o ser formado, que descendem os Arosos de Aveleda e outros. Teve o mesmo, além da filha que veio para Quires, dois filhos padres: Manuel Gonçalves Aroso e José Gonçalves Aroso, Doutor, e ambos foram reitores em Custóias e sobrinhos do Pe. Domingos do Vale.”*

Como se viu, tivemos já a possibilidade de confirmar que Custódio era formado, mas as informações sobre esta família continuam: *“Custódio Gonçalves Aroso, acima dito, era filho de António Gonçalves Aroso, da Quinta de Quires e o primeiro Aroso que acho com esse apelido. Foi homem de representação, no seu tempo, e ouvidor da Câmara da Maia que viveu pelos anos de 1720; era filho de António Gonçalves e de Maria Francisca, neto paterno de Francisco Gonçalves que veio de fora casar para Quires com Luísa Dias, filha de João Dias e de Isabel Afonso, e neta de Gonçalo Dias e de Maria Antónia.”*¹⁵

Quem teria sido o “homem de representação, no seu tempo, e ouvidor da Câmara da Maia”? António ou o seu filho Custódio?

Embora pareça que estará a referir-se a António, a redação permite a dúvida. Se atendermos apenas à genealogia indicada, esta está correta se referida a António Gonçalves Aroso. E pelos anos de 20, Custódio era ainda uma criança.

Mais à frente¹⁶, o mesmo autor afirma, quase repetindo, que *“O apelido de Aroso, nesta Casa do Paiço, e de todas as mais famílias que conheço com este apelido, procede de António Gonçalves Aroso da Quinta de Quires, em Vila Nova da Telha, homem de grande representação em toda a Maia, onde foi Ouvidor, aí pelos anos de 1720.”*

Fica assim desfeita a dúvida. Segundo o Pe. Joaquim Antunes de Azevedo, teria sido António Gonçalves Aroso o ouvidor da Câmara da Maia e homem de representação.

Embora não o possamos rejeitar de forma definitiva, temos fortes dúvidas da precisão desta informação, pois acreditamos ter evidências bastantes que terá sido Custódio e não António, seu pai, o Ouvidor e Homem de representação. Em que nos baseamos para nos permitirmos tal sugestão de correção?

Importa, antes de mais, perceber em que consistia a função de “ouvidor da Câmara”.

O ouvidor de comarca era um magistrado que atuava como representante direto da justiça régia numa determinada comarca, podendo ser nomeado pelo Rei ou pelos donatários. Atuava como representante da justiça real, garantindo a aplicação do direito nacional e limitando, por vezes, o poder local. Para exercer o cargo, os ouvidores (assim como Corregedores e os Juizes de Fora¹⁷), deviam ser pessoas “letradas”, o que, na época, significava deter o grau de bacharel ou ser licenciado em Leis ou Cânones pela Universidade de Coimbra. Podiam transitar entre tribunais da Igreja e do Estado e não impedia igualmente que exercessem funções no Santo Ofício.

¹⁵ Página 220, volume II, obra citada

¹⁶ Página 53, volume III, obra citada

¹⁷ No século XVIII vigoravam as Ordenações Filipinas (1603) a terceira e última compilação das leis portuguesas, promulgadas durante a União Ibérica por Filipe I de Portugal (II de Espanha).



Figura 8 - “Diz Custódio Gonçalves Arozo filho de António Gonçalves Arozo natural de Villa Nova da Telha Bispo do Porto que elle supplicou por haver de fazer seos actos necessita de certidão dos annos pelo que Pede a Vossa Senhoria lhe façam mandar passar certidão do que constar na forma costumada”

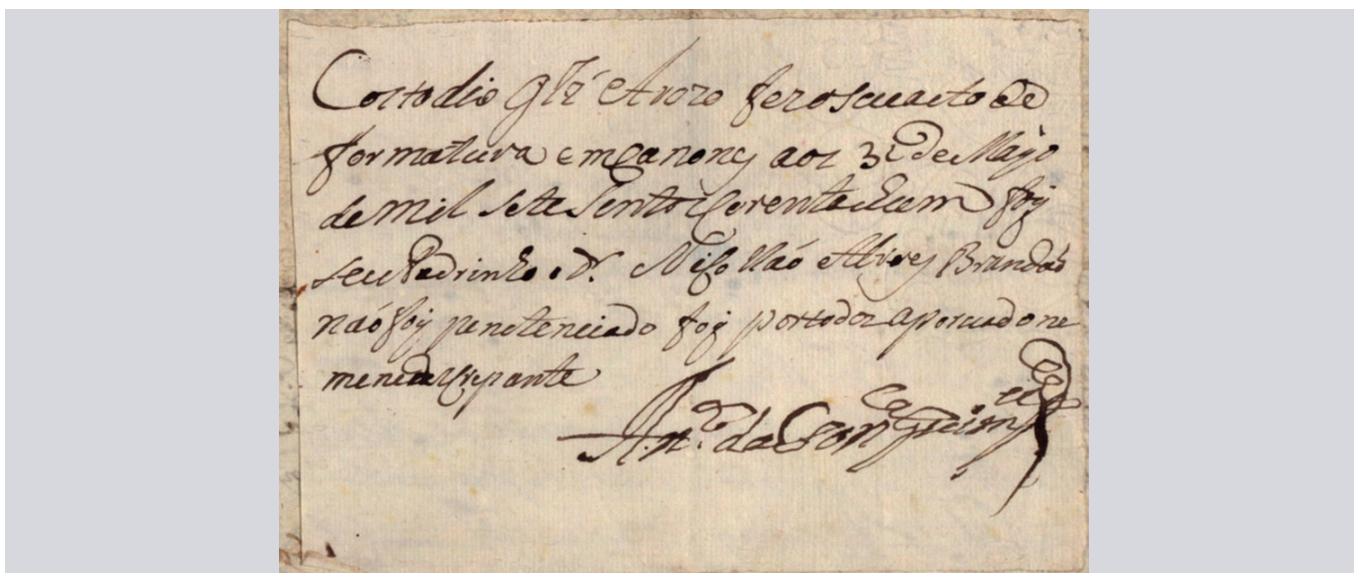


Figura 9 - “Costodio Gonçalves Arozo fez o seu acto de formatura em canones aos 31 de Mayo de mil Sete centos quarenta e hum foi seu Padrinho o Dr. Nicolau Alvares Brandão não foi penitenciado foi por todos aprovado nemine discrepante”

Os ouvidores eram nomeados para o cargo através de cartas de nomeação, não tendo sido encontrada a carta de nomeação de Custódio. Tal não significa que não exista. Pode existir e não estar ainda descrita, ou seja, identificada, na Torre do Tombo¹⁸.

Ao ser-se ouvidor implicava necessariamente que seria um “homem de representação” pois quem detinha este cargo representava o poder régio.

Como se viu, Custódio reunia todos esses pressupostos prévios e em quase todos os Assentos em que, a partir da sua licenciatura, é mencionado, passa a ser indicado como “Licenciado” ou “Doutor”. A frequência de estabelecimentos de ensino como a Congregação do Oratório da Corte e a Universidade de Coimbra terá certamente sido fundamental na sua vida, não só pelos conhecimentos e graus académicos obtidos, como também pelo contacto privilegiado que aí terá tido com as elites contemporâneas e futuras. Pelo conhecimento direto da pessoa de Custódio, é possível que tenham aberto portas decisivas para se tornar ouvidor da Câmara da Maia e homem de representação. Eram cargos reservados a homens de confiança e Custódio terá demonstrado merecer a mesma.

Quanto a António Gonçalves Arozo, seu pai, não encontramos uma única evidência que tenha tido tais habilitações, desempenhado tal cargo, ou tenha tido a relevância de um homem de representação. Quando indicada a sua profissão ou qualidade, era sempre e “apenas” identificado como Lavrador. Após a conclusão da formação, o Licenciado começava a ser automaticamente tratado por “Licenciado” ou “Doutor”, o que não acontece em nenhum dos muitos registos em que António é mencionado. Nem parece provável que tenha beneficiado de qualquer regime de exceção para exercer a função de Ouvidor sem reconhecimento universitário.

CONCLUSÃO

Face ao exposto e, apesar de ainda não termos uma prova absoluta, tudo indica que terá sido Custódio e não o seu pai, a ter sido o ouvidor da Câmara da Maia e homem de representação.

Nada do que foi dito tira, no entanto, relevância ou um papel determinante a António Gonçalves Arozo e da sua família da Casa de Quires. Pode até confirmar a mesma. O facto de este filho ter tido os estudos e o cargo indicados, ambos reservados a uma rara elite, poderá indiciar que Custódio terá beneficiado da pertença de uma família de elevado prestígio e recursos. Um outro indício que o percurso de Custódio não terá sido um acontecimento ocasional nesta família é o facto Domingos Gonçalves Arozo, irmão de Custódio, também se ter destacado, neste caso como Clérigo, tornando-se Abade, em Custóias.

Este estudo não está concluído, nem quanto a Custódio, nem quanto à sua família. Como oportunamente se verá, no ano de 1748, Custódio irá casar com Maria Roza do Valle, natural de Aveleda e, deste enlace, irão nascer 7 filhos. A vida de Custódio será breve. Em 14 de Setembro de 1765, tendo então apenas 49 anos, morrerá em Aveleda, atual freguesia do concelho de Vila do Conde, então concelho da Maia.

Nas suas Memórias, o Pe. Joaquim Antunes de Azevedo, dá uma grande atenção e notoriedade à família Arozo, mas com especial destaque a alguns dos descendentes de Custódio das duas gerações seguintes, onde sobressaem várias personalidades em áreas como a do clero, da justiça e militar. A estes descendentes será dado destaque em posterior estudo.

¹⁸ Apesar de procurada não foi encontrada. Obtive esta preciosa informação e ajuda na procura por parte da Sr.^a Dr.^a Olinda Cardoso, Diretora Responsável do Arquivo Distrital do Porto.



O Conselheiro de Magalhães...

(Esboço biográfico)

David Branco

Resgatamos das páginas do extinto Jornal da Maia uma crónica sobre o Conselheiro mais famoso de Moreira. Pelas palavras de David Branco, também recordamos a relevância que a Quinta do Mosteiro alcançou sob a influência de Luís de Magalhães. Este texto não é apenas uma lição de história; é um tributo a quem o escreveu e ao património que a Câmara Municipal da Maia adquiriu recentemente para preservar e devolver à comunidade.

Coluna de David Branco, em três tempos...
Jornal da Maia, 20 fevereiro de 2003, nº1256

O CONSELHEIRO DE MAGALHÃES... (ESBOÇO BIOGRÁFICO)

1. Quem visita a Vila de Moreira ou por ela passa rumando qualquer destino, constata que um dos eixos viários mais importantes entre os vários que a atravessam tem a designação toponímica de Rua do Conselheiro Luís de Magalhães. Esse importante arruamento, no sentido Sul-Norte, corresponde à antiga Estrada Nacional 13 – a antiga Estrada Real que do Porto rumava à Póvoa de Varzim – entre o Padrão de Moreira e a Cruz das Guardieiras.

A figura ilustre cujo nome está inscrito nas placas toponímicas existentes no mais importante arruamento, chamou-se Luís Cipriano Coelho de Magalhães, nascido a 13 de setembro de 1859, em Lisboa, na então chamada Rua de “O Século”, e haveria de ser designado Conselheiro do Reino.

Era filho de José Estevão Coelho de Magalhães – o admirável tribuno parlamentar da monarquia constitucional – e de D. Rita de Miranda Coelho de Magalhães. Órfão de pai aos 3 anos de idade, tinha ele 14 anos quando sua mãe comprou à viúva do Desembargador Vieira de Castro o “mutilado Mosteiro de S. Salvador”, corria o mês de fevereiro de 1874, faz agora, em 2003, 129 anos.

Entre o jovem adolescente e a nova propriedade familiar logo se estabeleceu uma identificação tão perfeita que quando, ainda muito novo, pensou em casar-se, a sua intenção determinada foi a de vir o novo casal a estabelecer-se na “Quinta do Mosteiro”, na “nossa Moreira” – como escrevia ele à sua noiva e futura esposa.

Efectivamente ele sonhara fazer de Moreira o seu “obsкуро cantinho” em que pudesse viver segundo as suas ideias: “muita intimidade com a família, com as árvores, com os trigos, com o céu azul, com os animais”. E quando, ainda muito novo, concretizou esse sonho, ali fez o seu “calmo e venturoso ninho” conjugal.

Não se poderá, em verdade dizer que Luís de Magalhães fosse “um cidadão do mundo”, pesem embora as circunstâncias de haver efectuado algumas viagens ao estrangeiro por imperativo da sua actividade governamental; haver cumprido 32 meses de exílio, passando por França e fixando-se em Inglaterra; e ter mantido ligação a vários amigos, grandes intelectuais da época, episodicamente em Paris, Londres, Madrid e outras capitais europeias, com os quais trocou vasta correspondência. Mas foi um Português de Lei, um filho ilustre da sua Pátria que amou enternecidamente, com toda a força do seu enorme coração, que dignificou com a enorme nobreza do seu carácter, com a pureza e elevação dos seus ideais e com o mérito incontestável dos seus valorosos serviços.

Luís de Magalhães viveu em diversas terras e nelas semeou afectos e deixou marcas imperecíveis. Sendo lisboeta por nascimento, viveu na capital os primeiros anos da sua existência, e ali havia de voltar episodicamente na condição de deputado Parlamento do Reino ou na qualidade de ministro do governo liderado por João franco, e lá contava com vasto número de amigos ilustres com quem conviveu e a quem visitava.



Figura 1 - Luís de Magalhães no seu escritório da Quinta do Mosteiro, Revista de Matosinhos, 1970

Viveu em Coimbra, em cuja universidade se matriculou, na Faculdade de Direito, em outubro de 1877, concluindo o curso com a obtenção de licenciatura em junho de 1882. Na cidade do Mondego desenvolveu intensa actividade literária: publica em 1880 os “Primeiros Versos” e o opúsculo “O Casamento”; em 1881 edita “As Navegações”; ali elaborou um notável trabalho jurídico “As últimas proezas judiciais do Conselho dos Decanos e da Faculdade de Direito, duas palavras ao Público”, que viria a ser editado em 1883. Fundou a “Revista Scientifica e Literária” em parceria com o seu inseparável amigo António Feijó e, com Carlos Lobo d’Ávila, fez publicar “Os Zumbidos”, uma réplica coimbrã das famosas “Farpas” de Eça e Ramalho.

Viveu no Porto, em tempo de adolescência e juventude, integrando uma plêiade cultural muito ilustre, que integrava nomes que se celebrizaram nas artes e nas ciências, nas letras e na política, etc. Elemento destacado da sociedade portuense, tomou parte activa, às vezes em posição de liderança, em muitos dos mais importantes acontecimentos que nela se desenrolaram: na apologia do manifesto “Vida Nova”, com Oliveira Martins, em 1885 e anos seguintes, como crítico e panfletário na redação do “Província”, na Liga Patriótica do Norte, em reacção ao *Ultimatum Britânico*, em 1890, com Antero de Quental; na defesa das ideias preconizadas pelo Partido Regenerador-Liberal, de João Franco, cujo governo integrou em posição de relevo; e na efémera Restauração da Monarquia, em 1919, com Paiva Couceiro.

Afeiçoou-se a Aveiro, a “Terra de José Estevão”, seu pai, venerando a sua memória e estendendo um intenso sentimento afectivo à cidade e às suas gentes, que sempre se mantiveram fiéis ao culto dos seus maiores. Encantado com a beleza da Ria, ia passar longas temporadas na Costa Nova, e foi Aveiro o local escolhido para derradeira morada, em jazigo de família, ao lado do seu idolatrado progenitor. Mas a terra que o seu coração elegeu, onde se acolheu e com a qual se identificou por toda a vida, foi Moreira, a sua muito querida Moreira, parcela importante e venerável desta Maia muito nobre a multiseccular.

Luís de Magalhães fez da nobre casa do Mosteiro de Moreira, um cenáculo de intelectualidade. A portentosa craveira moral que exornava o seu carácter e o seu elevado valor intelectual chamaram ao seu retiro aldeão grandes figuras relevantes das letras e do pensamento nacionais, com quem colaborou e conviveu, e às quais acolhia com a maior amizade e simpatia, com a hospitalidade digna de um anfitrião generoso e feliz. Entre muitos outros, António Feijó, José Botelho Riley, Aristides da Mota, Teófilo Braga, Oliveira Martins, Antero de Quental, Alberto Sampaio, Júlio Brandão, Leopoldo Mourão, Ricardo Severo, Karl Larsen, Joaquim de Vasconcelos, António Teixeira Lopes, Conde de Sabugosa, Bulhão Pato, Eugénio de Castro, Jaime de Magalhães Lima, Alexandre de Castro, Carlos Lobo d’Ávila, Ramalho Ortigão, Eça de Queirós, Guerra Junqueiro, Manuel da Silva Gaio e Mouzinho de Albuquerque, vultos veneráveis do último século XIX e primeiros decénios do século XX, eram seus amigos e seus convivas e a todos estes Luís de Magalhães dedicou um ou vários dos seus poemas.

Em Moreira constituiu família e assegurou descendência. Casou no dia 21 de fevereiro de 1884, com D. Maria da Conceição de Lemos Pereira de Lacerda Santiago e desse casamento nasceram cinco filhas e dois filhos. Aquelas – Maria Amélia, Margarida, Joana Inês, Maria da Conceição e Maria José – tiveram vida feliz e dilatada. Destes, o mais novo, o Francisco faleceu quase à nascença, com poucos dias de vida. O outro de nome José Estevão Coelho de Magalhães – como o seu avô, o célebre tribuno – mais velho dois anos que aquele, faleceu na flor da idade, aos 28 anos, em 1922, vítima de doença pulmonar contraída nas trincheiras em França, no fim da primeira guerra mundial.

A única filha que lhe assegurou descendência foi a mais nova de todas: a D. Maria José, que foi mãe das actuais donas da “Quinta do Mosteiro”: D. Maria da Conceição – casada com D. Carlos de Sottomayor – e D. Joana Isabel, viúva de Luís Van Zeller, que, por sua vez, multiplicaram a



Figura 2 - A casa da Quinta do Mosteiro

sua descendência, proporcionando ao ilustre Conselheiro, apreciável quantidade de bisnetos e trinetos.

Luís de Magalhães viveu na sua Moreira, em serena pacatez e em idílica paz, a maior parte da sua vida. Nos derradeiros anos da sua existência a cegueira apoquentou-o e a morte surpreendeu-o cerca das 10 horas da noite de 14 de dezembro de 1935, no Hospital da Venerável Ordem Terceira do Carmo, instituição de que era mesário e onde se encontrava internado.

O seu funeral constituiu uma extraordinária manifestação pública de pesar, em Moreira, Porto e Aveiro. O seu corpo jaz sepultado na Cidade da Ria, em jazigo de família, ao lado de seu pai. Um outro grande lavrador maiato, Augusto Simões, que chegou a ser Presidente da Câmara Municipal da Maia e muito admirava Luís de Magalhães, incorporou o fêretro e, a pedido de alguns dos seus amigos, proferiu no cemitério as seguintes palavras de despedida: “Aveiro fica com o corpo, mas nós vamos regressar à nossa terra, levando connosco e nela guardaremos, a saudade”.

2. Além de respeitado político e homem de Estado do seu tempo, Luís de Magalhães salientou-se também como escritor e jornalista, empenhado na defesa da Causa Monárquica e nos ideais patrióticos que abraçava, mas ainda como poeta e lavrador, considerando-se ele próprio um “poeta virgiliano, cuidando a terra e meus versos com amor”.

Legou-nos apreciável obra poética publicada: “Primeiros Versos” (1878-1880), “Odes e Canções” (1880-1883), “As Navegações” (1881), “D. Sebastião” (1898), “Cantos de Estio e do Outono” (1908), “Frota de Sonhos” (1924) e “Anoitecer” (póstumo, em 1971).

A sua cuidada prosa foi publicada com os seguintes títulos: “O Brasileiro Soares” (1885), “Notas e Impressões” (1884-1889), “A Vida de Antero” (In memoriam) (1896), “Eduardo VII” (1910), “Portugal e a Guerra” (1915), “Perante o Tribunal e a Nação” (1925), “Tradicionalismo e Constitucionalismo” (1927), “Oliveira Martins”, prefácio do livro “Perfis” (1930), “A Crise Monárquica” (1934), “Antero de Quental em Vila do Conde” (póstumo, em 1942) e “Campo Santo” (póstumo, em 1971).

3. Este esboço, assaz incompleto, foi elaborado com recurso a umas sintéticas mas admiráveis “Notas Biográficas” produzidas pelo meu ilustre amigo Senhor Fernando Carvalho de Sá, por ocasião da “exposição Biblio-Iconográfica de Homenagem ao Conselheiro Luís de Magalhães”, realizada entre 7 e 15 de outubro de 1989, no “Salão da Tulha” da Quinta do Mosteiro, no âmbito do “3º Encontro com Arte” de Moreira da Maia, das quais este humilde e insignificante trabalho contém várias e extensas citações, algumas literais outras quase.

Uma História de Tintas

José de Sousa Valles
Um Lidador em África

Manuel Tonel Marques

UMA HISTÓRIA DE TINTAS

O Concelho da Maia possui um assinalável conjunto de indústrias de fabricação de tintas e vernizes, umas que aqui se fundaram, outras que aqui se instalaram, algumas de dimensão nacional e outras até de dimensão internacional.

Nos anos quarenta do séc. XX, em Gueifães, no antigo lugar das Carvalhas, instalou-se uma indústria de tintas, alvaiades e vernizes denominada de FABRILACA, R.L. (Responsabilidade Limitada) num prédio que foi construído entre os anos de 1900 e 1906, segundo uma memória do comendador Carlos Ferreira da Silva. [Figura 1]

O edifício em questão sito no lugar das Carvalhas, nº 26 é vendido em 1943 por António Gomes da Costa e sua mulher Maria Natalina Gomes da Costa, residentes no Lugar das Carvalhas, nº 18 em Gueifães, às Tintas Berger (Portugal), com sede em Vale de Lide, São João da Talha, Sacavém. [Figura 2]

Este casal foi o fundador em 1930 das Tintas Marilina, pelo que se presume que teria sido aqui o local da sua fundação, uma vez que os fundadores residiam numa habitação contígua às instalações fabris. Na presunção de que aqui foram criadas, verifica-se que, passados estes anos as Tintas Marilina passam a estar sediadas na Maia após a sua aquisição em 2006 pelo Grupo Tintas 2000, este fundado por António Ambrósio e sediado na Zona Industrial da Maia.

Em 1947 a Fabrilaca R.L., com sede em Gueifães-Maia, requer à Câmara de Loures a construção de um edifício fabril para transferir a sua fábrica de tintas, alvaiades, resinas sintéticas e vernizes para a área de Lisboa, no seu terreno no Concelho de Loures. [Figura 3]

Na residência dos antigos proprietários viveu o director da Fabrilaca, o Engº Júlio António Correia Guedes, pai do Dr. Vasco Pulido Valente, ao que este, no decorrer duma entrevista ao Jornal Expresso em 17 de novembro de 2007, aborda uma parte da sua vida.

Com que idade foi para a escola?

R. Talvez quatro, cinco anos. O meu pai trabalhou na Robbialac, era engenheiro químico e diretor fabril. Foi o trabalho dele até ao fim da vida. A fábrica era numa quinta pequeníssima, em Gueifães da Maia. Tinha 14 operários. Isto passando-se em 1947. Estive lá ano e meio. Os meus pais acharam que solicitados de ir para a escola e me colocaram num colégio interno em Carcavelos, o St. Julian's School.

Em 18 de julho de 1948, em reunião da Junta de Freguesia de Gueifães o Sr. Presidente da Junta dá conta das reclamações feitas pelos fregueses e a seguir transcritas:

“O senhor presidente informa que continua a receber reclamações referentes a laboração da Fábrica de tintas, alvaiades e vernizes, sita na Rua Dr. Oliveira Salazar, desta freguesia pertencente a Fabrilaca, por motivos dos ruídos durante o dia e noite, cheiros incómodos e as águas canalizadas para a via pública que tornam intransitável a travessa da referida rua e provoca mau cheiro, pelo que propõe para que se oficie à Excelentíssima Câmara, dando conhecimento deste abuso e se oficie de novo à Primeira Circunscrição pedindo providências quanto aos ruídos e cheiros” [Figura 4]

Em 1 de novembro de 1950, numa convocatória de Assembleia Geral Extraordinária, publicada no Diário do Governo para deliberar sobre o aumento de capital social e mudança de Sede. [Figura 5]



Figura 1 - A Fabrilaca em Gueifães

G 1	Ap.02/210443 - AQUISIÇÃO, a favor de Tintas Berger (Portugal), Responsabilidade Limitada, com sede em Vale de Lide, São João de Talha, Sacavém. - Compra a António Gomes da Costa e mulher, Maria Natalina Gomes da Costa, residentes no Lugar dos Carvalhos, nº 18. (Extracto da inscrição nº 20 483 a fls. 124vº do G-19, Fot.II). ----- <i>António Gomes da Costa</i>

Figura 2 - Aquisição efetuada pelas Tintas Berger



Figura 3 - Instalações em Loures

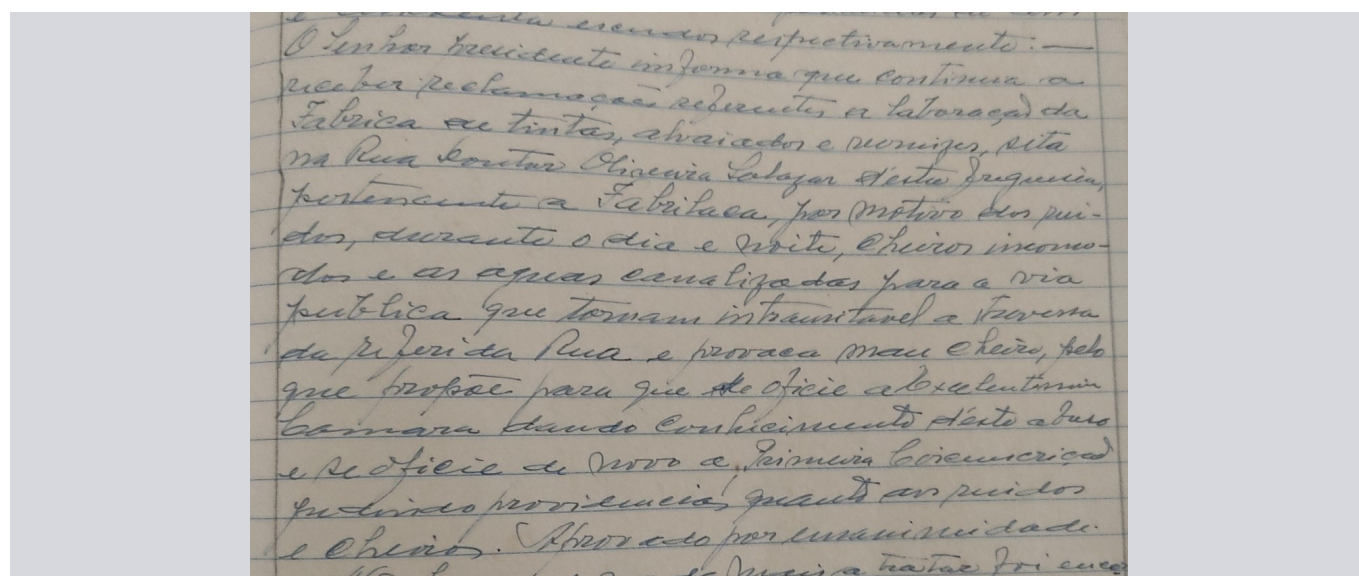


Figura 4 - Acta da Junta de Freguesia de Gueifães, 1948

FABRILACA, R. L.

Convocação da assembleia geral extraordinária

São convocados os sócios da sociedade por quotas Fabrilaca, R. L., com sede em Guin-fães, distrito do Porto, a reunir-se em assembleia geral extraordinária, em Lisboa, na Rua de S. Julião, 62, 1.º, no próximo dia 4 de Dezembro de 1950, pelas 15 horas, para os seguintes fins :

- a) Deliberar sobre o aumento do capital social e mudança de sede;
- b) Para aprovação da acta desta reunião.

Guin-fães, 1 de Novembro de 1950. — A Gerência, *João Gonçalves Covão*. (3985)

Figura 5 - No Diário do Governo

FABRILACA, RESPONSABILIDADE LIMITADA (Abreviadamente FABRILACA, R. L.)

(Por minuta)

Por escritura de 21 de Dezembro de 1950, lavrada de fl. 63 v.º a fl. 87 v.º do livro n.º 282-B das notas do notário do concelho de Lisboa licenciado José Valente de

Arújo, foi reforçado o capital social desta sociedade, que era de 3.000.000\$, com mais 2.000.000\$, passando assim a ser de 5.000.000\$, sendo este reforço do capital subscrito por Jenson & Nicholson, Ltd., e em consequência alterado o artigo 8.º do pacto social, o qual passou a ter a seguinte nova redacção:

8.º

O capital social é de 5.000.000\$, está integralmente realizado e representado por todos os bens, direitos, valores e dinheiro que constituem o activo social, sujeito ao correspondente passivo, como tudo consta da respectiva escrituração, e assim distribuído:

- a) Sociedade Robbials, Lda, com um capital de 1.100.000\$, representado em duas quotas, sendo uma de 1.040.000\$ e outra de 60.000\$;
- b) Wilfrid Barnard Mitchell, com uma quota de 280.000\$;
- c) Dr. Francisco Pulido Valente, com uma quota de 280.000\$;
- d) João Damasceno Gonçalves Covão, com uma quota de 150.000\$;
- e) Jenson & Nicholson, Ltd., com um capital de 2.180.000\$, representado em duas quotas, sendo uma de 180.000\$ e outra de 2.000.000\$.

Lisboa, 11 de Janeiro de 1951. — A Ajudante do Notário Dr. Valente de Araújo, *Maria Silvina Sequeira dos Santos*, (3986)

Figura 6 - Escritura de 1950

FABRILACA, RESPONSABILIDADE LIMITADA (Abreviadamente FABRILACA, R. L.)

(Por minuta)

Por escritura de 21 de Dezembro, lavrada de fl. 61 a fl. 68 do livro n.º 282-B das notas do notário do concelho de Lisboa licenciado José Valente de Araújo, foi transferida a sua sede de Gueifães, concelho da Maia, para Vale de Lide, freguesia de S. João da Talha, concelho de Loures, passando o artigo 1.º a ter a seguinte e nova redacção:

1.º

A sociedade adopta a denominação de Fabrilaca, Responsabilidade Limitada, que em todos os actos normais de comércio poderá ser representada pela grafia Fabrilaca, R. L., tem a sua sede em Vale de Lide, freguesia de S. João da Talha, concelho de Loures, e durará por tempo indeterminado.

Lisboa, 11 de Janeiro de 1951. — A Ajudante do Notário Dr. Valente de Araújo, *Maria Silvina Sequeira dos Santos*. (3985)

Figura 7 - Transferência da sede para Loures

FABRILACA, RESPONSABILIDADE LIMITADA (ABREVIADAMENTE FABRILACA, R. L.)

Por escritura de 9 de Abril de 1954, livro n.º 314-B, fl. 4 a fl. 8 v.º, do 13.º cartório notarial de Lisboa, a cargo do notário José Valente de Araújo, foi aumentado o capital social desta sociedade, que era de 5.000.000\$, com mais 1.000.000\$, passando assim a haver uma alteração parcial do pacto desta sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede em S. João da Talha, concelho de Loures, e o artigo 8.º a ter a seguinte e nova redacção:

8.º

O capital social, que é de 6.000.000\$, está integralmente realizado e representado por todos os bens, direitos, valores e dinheiro que constituem o activo social, sujeito ao correspondente passivo, como tudo consta da respectiva escrituração, e assim distribuído:

- a) Wilfrid Barnard Mitchell, com uma quota de 400.000\$;
- b) Dr. Francisco Pulido Valente, com uma quota de 350.000\$;
- c) João Damasceno Gonçalves Covão, com uma quota de 150.000\$;
- d) Jenson & Nicholson, Ltd., com um capital de 4.100.000\$, representado em quatro quotas, sendo uma de 225.000\$, outra de 2.500.000\$, outra de 1.300.000\$ e ainda outra de 75.000\$.

Lisboa, 27 de Agosto de 1954. — O Ajudante do 13.º Cartório Notarial, *Isaltina da Conceição Silva Penegues*. (3935)

Figura 8 - Escritura de 1954

Por uma escritura de 21 de dezembro de 1950 do notário de Lisboa José Valente de Araújo foi reforçado o capital que passou a ser de 4.000.000\$00 e que ficou assim distribuído:

- a) Sociedade Robbialac, Lda com um capital de 1.100.000\$00.
- b) Wilfrid Barnard Mitchell com uma quota de 820.000\$00
- c) Dr. Francisco Pulido Valente com uma quota de 280.000\$00
- d) João Damasceno Gonçalves Covão com uma quota de 120.000\$00
- e) Jenson & Nicholson, Ltd com um capital de 2.180.000\$00. *[Figura 6]*

Na mesma data de 21 de dezembro de 1950, e numa outra escritura é transferida a sede de Gueifães para Vale de Lide, freguesia de São João da Talha no Concelho de Loures. *[Figura 7]*

Por escritura de 9 de abril de 1954, pelo mesmo notário foi aumentado o capital social de 4.000.000\$00, para 5.000.000\$00 e alteração do pacto social, com a seguinte distribuição:

- a) Wilfrid Barnard Mitchell com uma quota de 400.000\$00
- b) Dr. Francisco Pulido Valente com uma quota de 350.000\$00
- c) João Damasceno Gonçalves Covão com uma quota de 150.000\$00
- d) Jensen & Nicholson, Ltd, com um capital de 4.100.000\$00. *[Figura 8]*

Por escritura de 31 de março de 1955, a Sociedade Robbialac, Lda, foi dissolvida a partir de 1 de abril, tendo ficado adjudicado à ex-sócia Fabrilaca- Responsabilidade Limitada todo o activo e passivo da dissolvida sociedade.

Na mesma data a denominação Fabrilaca foi substituída pela de Robbialac Portuguesa – Responsabilidade Limitada, com sede em Vale de Lide, Freguesia de São João da Talha, Concelho de Loures. *[Figura 9]*

Em todo o percurso podemos concluir que a Fabrilaca era a indústria que fabricava as tintas, e a Sociedade Robbialac comercializava os seus produtos, contudo verificamos que o capital maioritário pertencia à Jensen & Nicholson, Ltd, firma que teve raízes em Londres em 1821 e que se estabeleceu na Índia em 1922.

A 22 de dezembro de 1982 há uma nova alteração do pacto social e a sociedade passa a designar-se como Robbialac Portuguesa – Tintas e Decorações R.L., que passou a vigorar a 1 de janeiro de 1983.

Nessa época o Capital social realizado era o seguinte:

- Quota de 600.000\$00 pertencente a tintas Berger
- Quota de 18.000.000\$00 Jensen & Nicholson
- Quota de 1.400.000\$00 Herdeiros do Dr. Francisco Pulido Valente. *[Figura 10]*

A Berger Paints é uma multinacional com origem no Reino Unido em 1760, com forte presença na Ásia e Médio Oriente e em Portugal fundiu-se, com a Robbialac. Esta ficava com a responsabilidade de assumir a produção e comercialização no mercado português sob a marca Robbialac, como fica provado na alteração do pacto social realizado em 1982. *[Figura 11]*

Após a transferência no início dos anos cinquenta *[Figura 12]*, para São João da Talha em Loures, as instalações mantiveram-se como armazém onde se efectuavam afinações de tintas e elaboravam catálogos, mantendo-se até finais dos anos setenta, quando passaram para as instalações da Rua Manuel Pinto de Azevedo, na zona Industrial do Porto.

SOCIEDADE ROBBIALAC, L.^{da}

Por escritura de 31 de Março de 1955, lavrada a fl. 15 do livro n.º 324-B das notas do 13.º cartório notarial de Lisboa, a cargo do notário Valente de Araújo, foi dissolvida e liquidada esta Sociedade, a partir de 1 de Abril de 1955, tendo ficado adjudicado à ex-sócia Fabrilac—Responsabilidade Limitada todo o activo e passivo da dissolvida sociedade.

Lisboa, 5 de Abril de 1955.—A Ajudante do 13.º Cartório Notarial, *Maria Silvina Sequeira dos Santos*. (1781)

Por escritura de 31 de Março de 1955, lavrada a fl. 15 do livro n.º 324-B das notas do 13.º cartório notarial de Lisboa, a cargo do notário Valente de Araújo, foi substituída a denominação de Fabrilac—Responsabilidade Limitada pela de Robbialac Portuguesa—Responsabilidade Limitada, e como consequência foi alterado o pacto social quanto ao artigo 1.º, que passou a ter a seguinte redacção:

1.º

A sociedade adopta a denominação de Robbialac Portuguesa—Responsabilidade Limitada, tem a sua sede em Vale de Lide, freguesia de S. João da Talha, concelho de Loures, e durará por tempo indeterminado.

Lisboa, 5 de Abril de 1955.—A Ajudante do 13.º Cartório Notarial, *Maria Silvina Sequeira dos Santos*. (1782)

Figura 9 - Nascimento da Robbialac

Quarta-feira 5 de Janeiro de 1953

III Série — Número 3

DIÁRIO DA REPÚBLICA									
PREÇO DESTES NÚMEROS — 1950									
Ano		Mês		Dia		Ano		Mês	
1950		1951		1952		1953		1954	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Nota: A subscrição deste jornal, que é obrigatória para todos os subscrevimentos, é feita em nome do titular da subscrição, e não em nome de terceiros.

SUPLEMENTO

ROBBIALAC PORTUGUESA — TINTAS E DECORAÇÃO, S. L.
 Capital social de 100.000.000 de Escudos, dividido em 1.000.000 de acções de 100.000 Escudos cada uma.
 1.º — Tintas e decorações.
 2.º — Tintas e decorações.
 3.º — Tintas e decorações.
 4.º — Tintas e decorações.
 5.º — Tintas e decorações.
 6.º — Tintas e decorações.
 7.º — Tintas e decorações.
 8.º — Tintas e decorações.
 9.º — Tintas e decorações.
 10.º — Tintas e decorações.
 11.º — Tintas e decorações.
 12.º — Tintas e decorações.
 13.º — Tintas e decorações.
 14.º — Tintas e decorações.
 15.º — Tintas e decorações.
 16.º — Tintas e decorações.
 17.º — Tintas e decorações.
 18.º — Tintas e decorações.
 19.º — Tintas e decorações.
 20.º — Tintas e decorações.
 21.º — Tintas e decorações.
 22.º — Tintas e decorações.
 23.º — Tintas e decorações.
 24.º — Tintas e decorações.
 25.º — Tintas e decorações.
 26.º — Tintas e decorações.
 27.º — Tintas e decorações.
 28.º — Tintas e decorações.
 29.º — Tintas e decorações.
 30.º — Tintas e decorações.
 31.º — Tintas e decorações.
 32.º — Tintas e decorações.
 33.º — Tintas e decorações.
 34.º — Tintas e decorações.
 35.º — Tintas e decorações.
 36.º — Tintas e decorações.
 37.º — Tintas e decorações.
 38.º — Tintas e decorações.
 39.º — Tintas e decorações.
 40.º — Tintas e decorações.
 41.º — Tintas e decorações.
 42.º — Tintas e decorações.
 43.º — Tintas e decorações.
 44.º — Tintas e decorações.
 45.º — Tintas e decorações.
 46.º — Tintas e decorações.
 47.º — Tintas e decorações.
 48.º — Tintas e decorações.
 49.º — Tintas e decorações.
 50.º — Tintas e decorações.
 51.º — Tintas e decorações.
 52.º — Tintas e decorações.
 53.º — Tintas e decorações.
 54.º — Tintas e decorações.
 55.º — Tintas e decorações.
 56.º — Tintas e decorações.
 57.º — Tintas e decorações.
 58.º — Tintas e decorações.
 59.º — Tintas e decorações.
 60.º — Tintas e decorações.
 61.º — Tintas e decorações.
 62.º — Tintas e decorações.
 63.º — Tintas e decorações.
 64.º — Tintas e decorações.
 65.º — Tintas e decorações.
 66.º — Tintas e decorações.
 67.º — Tintas e decorações.
 68.º — Tintas e decorações.
 69.º — Tintas e decorações.
 70.º — Tintas e decorações.
 71.º — Tintas e decorações.
 72.º — Tintas e decorações.
 73.º — Tintas e decorações.
 74.º — Tintas e decorações.
 75.º — Tintas e decorações.
 76.º — Tintas e decorações.
 77.º — Tintas e decorações.
 78.º — Tintas e decorações.
 79.º — Tintas e decorações.
 80.º — Tintas e decorações.
 81.º — Tintas e decorações.
 82.º — Tintas e decorações.
 83.º — Tintas e decorações.
 84.º — Tintas e decorações.
 85.º — Tintas e decorações.
 86.º — Tintas e decorações.
 87.º — Tintas e decorações.
 88.º — Tintas e decorações.
 89.º — Tintas e decorações.
 90.º — Tintas e decorações.
 91.º — Tintas e decorações.
 92.º — Tintas e decorações.
 93.º — Tintas e decorações.
 94.º — Tintas e decorações.
 95.º — Tintas e decorações.
 96.º — Tintas e decorações.
 97.º — Tintas e decorações.
 98.º — Tintas e decorações.
 99.º — Tintas e decorações.
 100.º — Tintas e decorações.

Figura 10 - Alteração do capital social

ROBBIALAC PORTUGUESA

RESPONSABILIDADE LIMITADA

UMA INDÚSTRIA NACIONAL AO SERVIÇO DO MUNDO PORTUGUÊS

SÉDE — VENDAS
 Rua Nova do Carvalho, 15
 LISBOA
 Telefone — 32346 (1 linha)

FABRICA — SEDE SOCIAL
 Vale de Lide
 S. João da Talha
 (Lisboa)
 Telefone — 03153 e 03203

FIÁLIA — VENDAS
 281, Praça do Município, 281
 PORTO
 Telefone — 22471 (2 linhas)

Comunica que por alteração da denominação social da **Fabrilac R. L.** fabricante dos produtos **ROBBIALAC** em Portugal e dissolução da **Sociedade Robbialac Limitada** distribuidora dos mesmos produtos para o mundo português passou a desempenhar aquela dupla função, com os mesmos corpos gerentes, pessoal, instalações fabris e comerciais.

III

Torne Portugal mais alegre pintando com **ROBBIALAC**

Figura 11 - Uma marca de dimensão nacional

REP

TINTA A ÁGUA SINTÉTICA — ROBBIALAC

O REP é um acabamento de tipo inteiramente novo que reúne propriedades verdadeiramente notáveis. É rápida, a um tempo, da facilidade de aplicação, velocidade de secagem e resistência de brilho das tintas a água, da lavabilidade de uma tinta a óleo, da durabilidade de um esmalte sintético. Por sobre tudo isto, ainda possui outra virtude de enorme importância: é completamente inofensiva; isto significa que se pode usar sobre qualquer superfície de natureza alcalina (rebocos de cimento, cal, cal hidráulica, fibrocimento, «Carvar», etc.) sem necessidade de quaisquer primários e sem qualquer risco da tinta ser «queimada».

O REP é uma tinta semi-líquida, composta de pigmentos perfeitamente resistentes à acção da luz, amalgamados por uma resina plástica extremamente resistente aos agentes de destruição atmosférica (luz, calor, chuva, etc.).

Não contém solventes orgânicos e para se aplicar basta diluir o produto tal qual é fornecido com cerca de 10% de água polidiosa, na primeira demão e em superfícies muito porosas, usar um pouco mais. Pode ser aplicada à trincha, a rolo ou à pistola. As ferramentas que entram em contacto com **REP** devem ser lavadas com água e sabão logo após terminado o trabalho. Se se deixa secar e endurecer a tinta sobre as trinchas, estas ficam praticamente perdidas e só se poderia eventualmente salvar por lavagem cuidadosa da cerca (e não da trincha toda) com acetona.

O REP seca em cerca de 1 hora e pode aplicar-se uma segunda demão 2 e 3 horas depois da primeira. Pode, consequentemente, pintar-se uma divisão durante o dia para ser ocupada à noite. Esta vantagem aliada à ausência de cheiro e à excelente lavabilidade da tinta tornam **REP** a solução ideal para a pintura de cozinhas, hospitais, escolas, restaurantes, hotéis, edifícios públicos, etc.

No exterior, as propriedades de impermeabilização e a durabilidade da tinta, aliada à simplicidade de aplicação e ao facto de não ser saponificável, tornam **REP** a solução de pintura mais perfeita até hoje idealizada, para a protecção e decoração de edifícios e casas de habitação, acabadas a reboco.

Apesar do seu custo comparativamente alto, **REP** é, na verdade, afinal, a solução mais económica porque:

- A — Em exteriores:
 - a) Dispensa primários de qualquer tipo;
 - b) A aplicação é extremamente fácil e o rendimento em superfície grande;
 - c) A durabilidade é superior à de qualquer outro sistema de pintura.
- B — Em interiores:
 - a) A aplicação é extremamente fácil e o rendimento em superfície grande;
 - b) Permite decorações rápidas, que secam muito rapidamente;
 - c) Durante a pintura e secagem da tinta verifica-se completa ausência de cheiro;
 - d) É realmente lavável;
 - e) Fornece um belo acabamento aveludado livre de stria de trincha;
 - f) A pintura é ligeiríssima e resistente aos furos.

O REP possui ainda propriedades anti-ópticas.

PRODUTOS ROBBIALAC
SUL
 Rua Nova do Carvalho, 15. 1.º
 LISBOA
 Telefone P. P. C. A. 32346/7 (2 linhas)
 Telex ROBBIALAC — LISBOA

NORTE
 Rua Dr. Oliveira Salazar, 26
 GUEIFERS
 Apartado N.º 1 — MAIA
 Telex GUEIFERS 2
 Telex FABRILAC — MAIA — PORTO

1.000 esc. — Janeiro 1954

Figura 12 - A Tinta Rep em 1954

Até aos anos oitenta as instalações mantêm-se como armazém, e em meados desses anos são vendidas, assim como a habitação que tinha sido residência do Director.

Muitas das informações foram recolhidas em Diários do Governo e da República, Atas da Junta de Freguesia de Gueifães, Jornal Expresso e memórias orais.

Podemos concluir que a Fabrilaca que teve sede em Gueifães, foi das primeiras indústrias de tintas que existiu na Maia, na qual trabalharam maiatos, alguns dos quais também acompanharam essa transferência, mudando-se depois para a zona de Lisboa.

BAPTISADOS

N. 31

Aos dez dias do mez de Dezembro do anno de mil
oitocentos noventa e nove n'esta Igreja parochial de São Romão de
Vernosim, Concelho da Maia, Diocese de
Porto

baptizei solemnemente um individuo do sexo
masculino, a quem dei o nome de José e que nasceu
n'esta freguesia, no lugar de Real

às dez horas da manhã do dia vinte e cinco do mez de
Setembro do anno de mil oitocentos noventa e nove, filho legitimo
de Joaquim José de Sousa Valles, pedreiro,
natural da freguesia de Gueifães, desta
Concelho e Diocese, e de Maria Rita
de Jesus, costureira, natural desta freguesia
de Vernosim, aqui recebidos e pa-
rechados, moradores no referido lugar de
Real,

neto paterno de José de Sousa Valles e de Maria
de Sousa, e
materno de José da Silva Torres e de Liberata
Bata de Jesus

Foi padrinho José da Silva Torres, casado, cas-
pintor, e madrinha Maria de Jesus, casa-
da,

os quaes todos se informo serem os proprios. E para
constar, se lavrou em duplicado este assento, que, depois de ser lido e conferido perante os
padinhos e os assignados a padrinho, nas
e assignando a madrinha por não saber es-
crever. Era ut supra. Declaro que o baptizado e o sym-
do de nome.

Jose da Silva Torres
O Parrocho Encarregado José Domingues da Cruz

Documentos
n.º 1

Parrocho Typ. da Real Officina de S. José.

Figura 1 - Assento de batismo de José de Sousa Valles

JOSÉ DE SOUSA VALLES
Um Lidador em África

Nas terras da Maia, nasceram e daqui partiram para lugares mais ou menos remotos por esse mundo fora, personagens que lá deixaram a sua marca como verdadeiros Lidadores.

José de Sousa Valles, natural de Vermoim onde nasceu no lugar de Real a 25 de setembro de 1899, filho de Joaquim José de Sousa Valles e de Ana Rita de Jesus, ele natural de Gueifães e ela de Vermoim, cedo emigrou para África, vindo a falecer em Luanda a 20 de dezembro de 1968.

[Figura 1]

A 11 de Dezembro de 1926 casou na Igreja de Nossa Senhora dos Remédios em Luanda com Maria de Lourdes Marques da Silva Jansen Verdades, natural de Luanda onde nasceu a 15 de setembro de 1910 e aí faleceu a 1 de maio de 1966. Deste casamento houve 8 filhos, tendo o mais velho José Maria nascido a 7 de setembro de 1927 em Leopoldville, Congo Belga e os restantes em Luanda, tendo-lhes sobrevivido quatro com descendência.

A ascendência Jansen da sua mulher era alemã, e possuía uma rede parental muito diversificada em Portugal, Madeira, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Brasil, com grande influência social.

Sousa Valles teve uma vida social e política intensa em terras de África, tendo sido fundador e proprietário do Jornal nacionalista “A Pátria” em Leopoldville (Kinshasa) Congo Belga.

Na década de 50 foi Vereador, Vice-Presidente e Presidente da Câmara Municipal de Luanda.

Foi sócio-gerente e administrador em Angola do Grupo-Agro Industrial Chibera (de António Costa, fundador da Sociedade Agrícola do Cassequel e da Companhia Colonial de Navegação), que incluía as fazendas Bom Jesus Açucareira e Sociedade Agrícola do Cazengo.

As sociedades de diversos ramos que administrou, tiveram uma grande importância na economia angolana, em especial na produção de cana do açúcar e seu fabrico.

A Sociedade Agrícola do Cassequel, foi a primeira unidade agroindustrial estabelecida entre 1904 e 1913, em Catumbela, Benguela produtora de cana do açúcar e fabrico de açúcar situada nas margens do Rio Catumbela, perto da costa Atlântica no centro de Angola. *[Figura 2]*

A Companhia Colonial de Navegação foi uma das principais empresas de navegação portuguesas, fundada em Luanda em 3/9/1922 e estava focada nas ligações entre Portugal e as colónias africanas (Angola, Cabo Verde e Guiné) tendo-se destacado no transporte de passageiros e carga.

Os primeiros barcos foram o paquete Guiné e o cargueiro Ganda e após a II Guerra Mundial, renovou a frota com navios modernos como o Pátria, Império, Uíge, Vera Cruz, Santa Maria e Infante D. Henrique.

A Companhia Colonial de Navegação foi no seu auge um símbolo da presença portuguesa em África, oferecendo serviços de alto nível no Atlântico Sul.

A Sociedade Agrícola do Cazengo foi uma importante empresa, com sede em Lisboa, que explorava em Angola uma vasta área com cerca de 85 000 hectares, que compreendia várias fazendas, onde se produziam diversos produtos agrícolas, como café, cana do açúcar, canela, baunilha e óleo de palma e frutos tropicais.



Figura 2 - Vista parcial da fábrica em Angola



Figura 3 - Vista da exploração agrícola

A Fazenda do Bom Jesus era a mais importante do grupo Cazengo, cuja principal produção era a cana do açúcar e na sua fábrica construída em 1914, eram tratadas 500 toneladas de cana diariamente, o que revela a sua importância nessa época. *[Figura 3]*

Se este Maiato se distinguiu na vida política e económica angolana, apelidando-o de Lidador, não podia deixar de mencionar uma figura inesquecível que foi sua sobrinha, a Dr^a Gracinda da Silva Valles, filha de sua irmã Maria Rita de Jesus, também natural de Vermoim e nascida a 19 de novembro de 1919 e falecida a 13 de novembro de 2025.

A Dr^a Gracinda Valles, professora de milhares de maiatos e não só, no Colégio Nossa Senhora do Bom Despacho onde foi directora, mas também em várias escolas públicas, após o seu encerramento.

A Escola Secundária da Maia, onde terminou a sua carreira docente, e como reconhecimento pelo seu mérito atribuiu-lhe o seu nome à biblioteca da escola.

Portanto deste modo podemos concluir que, da freguesia de Vermoim e da família Valles, saíram dois Lidadores aos muitos que a Maia teve, e os que ainda se lhes hão-de juntar.

A Maia de Natália

Um Testemunho de Identidade e Afeto

Natália Oliveira

A MULHER DO NORTE

*Na vida que já vivi
A minha virtude é ser forte!
Acho que já percebi...
Sou uma mulher do norte.*

*Esse facto porém
A mim dá-me alegria
Porque a mulher do norte
Toda ela é valentia.*

*Enfrenta adversidade
De frente erguida à coragem
As do norte têm vaidade
Em manter essa imagem.*

*É bonita, bem falante,
Esta é mulher do norte,
Tem sorriso elegante
Este é seu passaporte...*

Eu chamo-me Maria Natália Martins de Oliveira, nasci a 14 de agosto de 1937, às 8 da manhã de um sábado em Cidadelha, Santa Maria de Avioso. Já fiz parte do Orfeão Municipal da Maia.

Tenho uma loja de flores. As minhas preferidas, em primeiro lugar, são os jarros brancos, em segundo as hortenses ou «granjas» porque são do campo e muito naturais.

Gosto de todas as flores ou não fosse eu florista, mas elas são diferentes nas quatro estações do ano. Da estação que eu mais gosto, entre as quatro, é do Outono. As árvores ficam com folhas que parecem ter sido pintadas por mãos de artista. O chão debaixo das árvores fica coberto por tapetes coloridos que dão a imagem e rua onde deverá passar a procissão da Virgem em andor.

Os dias aconselham à calma, o Sol é doce, gosto do Outono...

Gosto também de antiguidades e pedras. Nos tempos livres faço jogos, ouço música e dou passeios pela Natureza. Não gosto de novelas e vejo pouca televisão, gosto de ver e ouvir o Professor José Hermano Saraiva.

Já sou avó de uma menina e um menino. Gostava de tirar um curso de arte, pintura ou escultura.

Sou de uma família de artistas, poetas e santeiros, escultores e tamanqueiros, de pintores e tecedeiras, estucadores e barbeiros, entalhadores e costureiras, de doutores e de parteiras, grande família de artistas que até teve fadistas e para embelezar o ramo até teve floristas, sendo uma delas a autoras das artes descritas.

O MEU NASCIMENTO

Nasci numa aldeia rural onde havia casas de lavoura muito grandes e casas antigas, com divisões muito pequenas que originavam grande contraste.



Figura 1 - Menina com raminho de flores, desenho de Alberto Sá, publicado no livro "Os Campos da Minha Aldeia"

A minha casa era média, mas tinha um quintal com cerca de mil metros quadrados, onde eu com dois anos já brincava muito. Fui criada por uma ama, juntamente com dois irmãos. Nessa altura éramos só três, mais tarde passamos a ser cinco. A ama contava-nos várias histórias nos impedir de fazer traquinices, mas todos os dias queríamos ouvir novas histórias.

A Mãe chegava a casa tarde e cansada, pois era vendedeira de porta a porta na área do Porto, fazia um percurso à volta de quarenta km a pé, duas vezes por semana, então tivemos ama até eu ter os meus seis anos.

A partir dessa idade mudamos de casa. Os meus pais abriram uma adega na casa nova e eu, sendo a mais velha, já olhava pelos meus irmãos, por vezes lavava a louça e fazia outras tarefas simples. Também fui aprendendo a contactar com o comércio e fui crescendo. Aos oito anos já éramos cinco irmãos. Não tínhamos água em casa, então eu como era a mais velha tinha a tarefa de encher um depósito de vinte litros com água que ia buscar a uma fonte que abastecia quase toda a aldeia, essa fonte deu o nome à rua onde moro.

Era eu ainda uma criança, mas já conhecia bem o dinheiro e não me enganava nos trocos mas também ninguém me conseguia enganar, sabia bem fazer os trocos.

Mais tarde a adega passou a mercearia com a nova licença da Câmara da Maia. Nessa época era tudo vendido a retalho e havia o papel mata-borrão onde eu então embrulhava por exemplo, um quarto de figos de seira, cem gramas de sabão de barra, meio quartilho de azeitonas, etc, etc. Tinha também de saber as medidas pois muitas vezes as pessoas queriam um quartilho de vinho da pipa e outras vezes um quarteirão de azeite ou petróleo e eu sabia as medidas todas e os pesos. A minha Mãe era obrigada a ter pesos de cinco gramas até 5 kg e tudo estava aferido pela Câmara da Maia, assim como os copos e as medidas de vinho e as de azeite e petróleo, eram umas para cada coisa, desde um quarteirão que representava um oitavo, até um litro. Sabia que um quarteirão também podia ser a quarta parte de um cento e que 125 gramas é um oitavo do kg, e sabia que um kg no prato da balança decimal vale 10 kg. Tudo isto aprendi, assim como uma resma de papel são 500 folhas.

Toda esta matemática fez parte de mim toda a vida e sempre que preciso, uso, pois ainda não a esqueci.

Havia um livro rectangular, bastante grande em quantidade de folhas que era para durar três ou quatro anos. Aí eram apontados todos os nomes das pessoas que ficavam a dever, chamava-se fiado, hoje é a crédito.

As mulheres pagavam conforme o marido recebia, outras ao mês e outros nunca mais pagavam, chamava-se a isso, pregar o calote. A vida era difícil porque as mulheres não tinham emprego; enquanto o marido trabalhava elas olhavam pelos filhos preparando-os para irem para a escola, que consistia em lavar a cara, as mãos, pentear o cabelo e pouco mais, é que nessa altura poucas ou nenhuma casas tinham casa de banho.

Algumas destas mulheres para ajudar nas despesas do lar, iam para casa dos lavradores ao jornal ou jorna, trabalhavam uma tarde para ganharem cinco escudos e por vezes levavam os filhos pequenos com elas para o campo porque ainda não frequentavam a escola.

Os filhos mais velhos que tivessem a quarta classe, mesmo com apenas onze anos, já iam trabalhar na construção civil para ajudar a criar os irmãos mais novos porque quase sempre se tratava de famílias numerosas e em alguns casos os rapazes não completavam a quarta classe.

As roupas dos mais velhos iam ficando para os mais novos, e às vezes já muito rompidas e com vários remendos. Nos pés eram umas chancas ou socos, tudo feito em madeira e couro, mas mesmo assim nem todos tinham. *[Figura 1]*

Não havia televisão, mas existia tradição e cultura que ia passando de geração em geração. À noite, ao serão, todas as famílias junto à lareira, rezavam em conjunto.

A iluminação era a petróleo, candeeiros ou por candeias. As mais vulgares e que havia em todas as casas eram realmente as candeias. Poucas casas tinham luz elétrica, só os mais ricos porque ficava caro e ganhava-se muito pouco. Muitos operários iam trabalhar a pé e faziam quilómetros por dia. Hoje que tudo é super, já ninguém se lembra das candeias, só quando falha a luz elétrica, mas já há coisas melhores. É a era do supercarro, supermercado, superloja, supersónico, super-rápido e até o sapateiro o é.

Mas ainda há que se lembre das candeias, dos avós e as guarde de recordação. Também me lembro de usar um gásómetro, para iluminar era cheio de carboneto e às vezes era eu que me ocupava da tarefa de o limpar e voltar a encher.

*As candeias tão velhinhas
Que iluminavam caminhos
Penduradas no cajado
Aos ombros de um velhinho.*

*Brilhava na escuridão
Um pontinho luminoso,
Guiava na escuridão
Uma candeia, o idoso.*

*Senhor Pai- traga a candeia,
No quarto nada se via,
Quando entrou a candeia
Mais um filho lhe nascia.*

*Meus Avós uns centenários
Estes eram seus recursos
Com seus recursos precários
As candeias eram luxos.*

USOS E COSTUMES

As trindades na aldeia eram vividas de maneira muito respeitada. Os homens quando tocavam as trindades no sino da igreja, tiravam o chapéu da cabeça em sinal de oração e as mulheres rezavam as Avé-Marias e assim ensinavam os filhos o que já vinha de tradição. Ainda hoje ao anoitecer muitas pessoas o fazem.

Há mais aldeias com o nome de Cidadelha, mas esta é a minha aldeia, é Cidadelha da Maia, onde eu nasci e cresci, brinquei e vivo. Aqui nasceram meus pais e grande parte da minha família, aldeia de povo simples e muito respeitador. Merece que a cante.

Noutros tempos em que as terras eram amanhadas pelos bois e alfaias agrícolas, tudo era mais rural e tinha muita beleza, até o canto das aves (que já não se ouve) e das jornaleiras que sachavam o milho ou ceifavam o trigo é apenas uma memória. Tudo levou outro rumo.

No Verão os campos da minha aldeia têm mais vida, as aves cantam, os pampilos florescem, os saramagos, as leitugas, os trigais... Tudo se transforma num variado colorido.

RELIGIÃO

A minha Mãe cumpria e seguia rigorosamente a religião católica e ensinou, a mim e meus irmãos, a viver a mesma religião, ir à Missa, à catequese e ajudar nas atividades da paróquia. Quando chegou a altura de fazer a Comunhão Solene, como eu tinha o Pai emigrado na Venezuela, a minha Mãe pediu ao Padre para ele me dar a sagrada comunhão num domingo normal, e assim fiquei diferente das outras crianças que sentiram e viveram esse dia que é sempre recordado, e eu sempre recordo que não fiz a Comunhão Solene, isso marcou-me.

No coro da igreja havia um pequeno órgão que era tocado por uma senhora que fazia parte do grupo coral e um dia ouvindo-me cantar convidou-me a fazer parte do mesmo. Com a autorização da Mãe fiquei fazendo parte do coro, até porque eu gostava e gosto muito dos cânticos religiosos, e participei em muitos acontecimentos religiosos como soprano, num grupo de quatro vozes.

Aos doze anos, quando entrei para a Juventude Operária Católica, a JOC, integram-me num grupo formado por adolescentes. Em 1960 fui nomeada tesoureira, tinha as tarefas de receber uma quota para pagar o nosso jornal, vender à porta da igreja no final da missa as sobras do referido jornal, isto era mensalmente. Depois tinha uma reunião todos os meses, ao domingo, onde fazia a acta dessa reunião e lia a do mês anterior. Em 1962 fui nomeada 3ª vogal e continuei com essa função até casar [Figura 2].

Ao assumir estes cargos, outros se juntavam, por exemplo, quando havia festas na paróquia, fazíamos tapetes de flores com muita geometria, pois os desenhos assim o exigiam, visto que eram muito variados. Assim tinha de calcular para que o seguimento fosse reto.

Era sempre em grupo que eu trabalhava nesses arranjos florais, jeito que me ficou, porque aqui na minha aldeia, Cidadelha, no primeiro sábado de setembro, realiza-se uma procissão de velas e fazemos tapetes extensos. Os mesmos gastam muitas flores e muita arte mas ficam lindos, contrastando com centenas de velinhas. No largo da rua há uma tapete toda em pétalas de flores naturais com 2mx3m. Todo o trânsito respeita fazendo o seu desvio, até porque está sempre presente a autoridade policial.

ESCOLARIDADE

Entre para a escola no dia 7 de outubro de 1945. Não foi na minha freguesia, era mais perto, em S. Mamede do Coronado e foi lá que fui matriculada pela minha Mãe, porque o meu Pai estava emigrado na Venezuela.

O diretor escolar era o Padre Joaquim de Sousa Ferreira e Silva, tio de D. Serafim, Bispo de Leiria e Fátima, e tio da minha professora que era irmã de D. Serafim. Eu não gostava muito da escola porque não tinha quem me ajudasse a fazer os trabalhos de casa. A professora passou-me da 1ª para a 2ª classe tudo no mesmo ano e cheguei muito rápido à 4ª classe, por esse motivo tinha dificuldade com os problemas de várias operações. Havia também as reguadas, porque nessa altura era hábito usar régua e a cana.

O recreio era cheio de brincadeira, jogos variados. Por exemplo, as pedrinhas, as escondidas, a macaca, a barra, etc. A escola ficava a 50m da igreja e a professora aconselhava que fôssemos lá rezar sempre que havia provas, dizia que assim, com a ajuda de Deus, tudo corria melhor.

Existiam disciplinas que eu gostava mais que outras, eram o desenho, a geografia – o mapa, os rios e mesmo as redações. Os problemas eram mais complicados, principalmente, quando eu tinha de fazer reduções de peso ou de medida, gostava também de algarismos romanos, ainda hoje sempre que passo por casas antigas, com inscrições romanas gosto de ler para saber a data do ano em que foram feitas ou restauradas. Eu, às vezes, vinha sozinha da escola de S. Mamede de Coronado para a minha aldeia que é Cidadelha, em Santa Maria de Avioso, era um pouco longe e o caminho era feio, então corria até casa. Aos sábados tínhamos aulas de religião e moral, perto existia e ainda existe um convento e essas aulas eram dadas pelas freiras e muito bem orientadas. Os alunos, que eram de todas as classes, assistiam às aulas, gostávamos muito das freirinhas, nós chamávamos-lhes Irmãs.

Um ano pelo Natal, antes de entrarmos em férias, elas para exemplificar como nasceu o Menino Jesus, quiseram dar uma aula com o presépio ao vivo, no qual eu era personagem de destaque: fiz o papel de Nossa Senhora, vestiram-me uma bata branca da professora que me dava até aos pés, desmancharam-me as longas tranças e fiquei com os cabelos frisados, depois escolheram um menino e caracterizaram-no de S. José com uma bengala na mão e com umas barbas. Mandaram pedir emprestadas três ovelhas a um lavrador que havia ali perto e que gentilmente cedeu. A roupa para o Anjo foi pedida a um armador que havia próximo e a emprestou. Fizeram uma manjedoura com palha e lá colocaram uma criança duma vizinha que estava a assistir. No meio do palco expuseram uma escada de abrir, eu e o S. José fomos colocados um de cada lado da escada, o Anjo empoleirado a meio com um cartaz que dizia “Gloria in excelsis Deo¹”, os três pastores a caminho do Presépio com as ovelhas Às costas, tudo isto enquanto as freiras explicavam a aula. Mas as ovelhas resolveram correr pelo palco a berrar “mé,mé,mé”, os pastores ficaram aflitos, as crianças na plateia a rir, juntamente com as professoras e alguma assistência. Assim acabou a aula de moral daquele dia que não esqueci e hoje recordo com agrado.

Recordo também com saudade o aniversário do nosso diretor, era no dia 11 de fevereiro. Havia uma festa organizada pelas professoras que constava do seguinte programa: às 10:00 da manhã acontecia uma missa celebrada por ele e todas as crianças da escola de bata branca, e as meninas de laços no cabelo. Assistiam a essa missa muito participada, mesmo paroquianos, no final íamos para a escola, onde era servido o pequeno-almoço a todos os alunos das várias classes. À tarde havia uma parte recreativa, à qual também ele assistia e, ao entrar no salão da escola, quando ele subia ao palco, todas as crianças batiam palmas e cantavam o hino para enaltecê-lo. Depois ele agradecia e elogiava professoras e alunos, seguindo-se uma parte recreativa, com os alunos a representarem algumas peças de teatro orientadas pelas professoras. Todo o salão se enchia de assistência. Todos viviam aquele dia com grande satisfação e cheios de entusiasmo, principalmente quando saudavam e davam vivas ao Padre Joaquim de Sousa Ferreira e Silva.

A MESTRA

Em 1950 fui aprender a costura, chamava-se “A mestra”. Eramos um grupo de alunas mas chegamos a ser oito. Cada uma tinha uma cadeirinha e em redor da sala era ver qual dizia a sua asneira ou uma anedota, uma história do dia anterior, um comentário de troça do namorado da mestra, um comentário sobre um rapaz que alguma das colegas mais velhas trazia debaixo de olho, etc, etc.

Aprendi a fazer uma escala e a tirar medidas com a fita métrica. Primeiro tinha que saber quanto media o tecido, depois, se fosse um vestido, tirava as medidas de cintura e altura. Se fosse saia, era da altura da manga, largura do busto e dividia por quatro, etc. Por fim, fazia o molde e só depois cortava a peça no tecido, onde já tinha tudo marcado a giz.

¹ A tradução em português é “Glória a Deus nas alturas”.

Às vezes o que custava mais era escolher o modelo porque para tudo é preciso gosto e inspiração, e nem sempre havia, principalmente quando a mestra se zangava com o namorado, e isso nós sempre conseguíamos descobrir. Então ela para disfarçar, dizia: -«Ó Natália, canta uma canção!» Ela gostava muito da Maria de Lurdes Resende e dizia que eu tinha boa voz e como sempre gostei de cantar, fazia-lhe a vontade, mesmo para criar outro ambiente. Mas atenta ao meu trabalho, porque não gostava de usar o dedal e não fosse picar-me com a agulha.

Às vezes ia entregar a roupa às clientes e dizia que ia por ordem da modista, pois eram as senhoras finas. Recebia o dinheiro do trabalho da mestra e às vezes davam um escudo de “grogeta”.

Também tinha que pagar para aprender, na altura eram trinta escudos por mês e as aulas eram só da parte da tarde, sem horário fixo.

Eu morava distante 3 km, que fazia a pé para lá e para casa, mesmo estando a chover, porque não havia meio de transporte de Cidadelha para o Castelo da Maia. Daqui fui para a Vila da Maia, na altura Barreiros, para tirar o curso de corte e costura.

DIPLOMA DE CORTE E COSTURA

Em 1953, três anos após ter aprendido a costura, fui para a Maia tirar o curso de corte e costura. Isto ficava à distância de 8 km. Eu tinha de andar 3 km a pé para chegar à paragem, onde apanhava a camioneta de carreira para a Maia e eram mais 5 km.

A minha Mãe dava-me dinheiro para a viagem, mas eu não ia só, éramos em grupo de 5 raparigas e ao regressar a casa no fim da aula fazíamos a viagem a pé, porque o dinheiro dava para comprar chocolates, uvas passas, bolos, etc.

Vínhamos todas a comer pelo caminho fora, à mesma hora vinham os rapazes, nossos amigos do trabalho, em bicicletas de pedal e nós então, procurávamos vir à mesma hora para entrar em conversa com eles e assim não dávamos conta que fazíamos 8 km a pé.

No curso eram bastantes alunas porque era a nível do Concelho da Maia, e umas alunas eram de corte e costuras e outras de bordados à máquina. Era complicado porque tudo era diferente do que aprendi na mestra. Havia uma escala que obrigava a várias medidas e contavam até os centímetros. No final do curso houve uma exposição dos trabalhos para serem avaliados por um júri e distribuídos os diplomas que nos foram entregues pelo representante das máquinas Oliva, numa festa organizada no dia 25 de janeiro de 1954 [Figura 3].

A partir dessa data fiquei em casa a trabalhar como modista. Confeccionava todo o tipo de vestuário, tanto para homem como para senhora, tudo confeção artesanal, que é um trabalho lindo, mas demorado.

Não gostava quando me enganava e as medidas não batiam certo e às vezes, por diferença de um centímetro tinha de desmanchar o trabalho quase todo e costurá-lo de novo. Que grande maçada...

A MODA

A moda infantil sempre foi do meu agrado e apreço. Eu confeccionava toda a roupa para os meus dois filhos e adorava vê-la depois de pronta e passada a ferro, dava-me a ideia de roupa para bonecas.

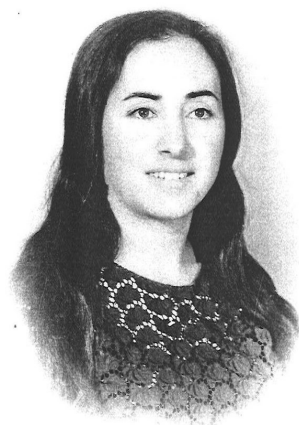


Figura 2 - Uma jovem Maria Natália

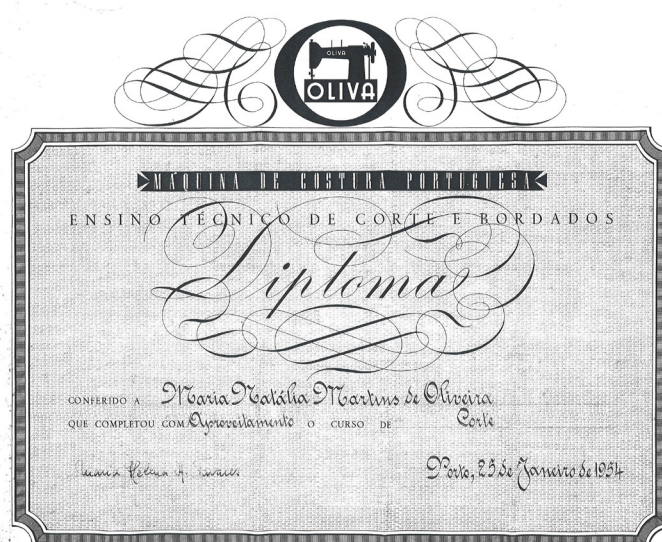


Figura 3 - Diploma do curso da Oliva, 1954



Figura 4 - Cartão emitido pela Câmara Municipal a João Maia, Presidente de Junta de Santa Maria de Avioso

Na doçura destes olhares, relembro o meu tempo de escola, em que também usei laços num rosto lavado.

*Já usei laços e rendas
A prender meus caracóis
Recebi várias prendas
Presas com laços e rendas
Não tão belos, não iguais
Aos que a minha Mãe prendia
Os meus belos caracóis
Quando ia prá escola
Sendo eu ainda menina,
Tinha uma bata com gola
E laços de renda fina
E minha Avó me chamava
Mulherzinha pequenina.
Disse-me, nunca usei laços
Nem batas, nem rendas finas,
Eu nunca fui à escola
Confessou-me Avozinha.
Desgosto por não saber ler
Mas orgulho na netinha.*

DECORAÇÃO DO LAR

Em 1988 deixei de ser só dona de casa. Os filhos já eram grandes, então fui para a Maia, para uma loja de decorações nas Galerias Visconde Barreiros. Era sociedade com outro casal, mas não estavam ao serviço. Eu não tinha empregada, mas já tinha experiência do comércio e até da confeção.

A loja tinha também cortinados que confeccionávamos, assim como venda de tecido a metro. Quando era para sermos nós a confecionar, eu tinha que ir a casa do cliente tirar medidas à altura e à largura da janela ou porta a decorar.

Depois a largura do tecido era duas vezes ou três vezes a da janela, com mais ou menos roda, como o gosto do cliente exigisse, tinha também que lhe explicar a fórmula para que ele soubesse a quantidade de metros de tecido que precisava.

Vendia também os varões e as sanefas e era preciso ter as medidas para pedir o artigo ao fornecedor. Os jogos de cama também eram de tamanhos diferentes, os de solteiro eram mais estreitos que os de cama de casal, mas o comprimento era o mesmo. Às vezes fazia comentários com a senhora do lado e ela comigo – «O negócio está mau», era verdade. Só à noite quando eu tirava o dinheiro (em escudos) da caixa registadora e preenchia o talão para fazer o depósito no Banco é que tinha a certeza se o dia tinha sido bom ou para o negócio.

A loja era grande e dava-me gosto fazer a montra. Eu levava de casa umas peças antigas e, juntamente com o artigo que eu quisesse expor, compunha a montra a meu gosto. De tal forma, acabava por agradar ao cliente. Eu sabia porque recebia elogios e agradecia naturalmente.

Não é a vida que dá muitas voltas, nós é que damos muitas voltas na vida.

Daqui, vim para uma loja de flores no Castelo da Maia.



Figura 5 - Prova organizada pelo Castelo da Maia Ginásio Clube

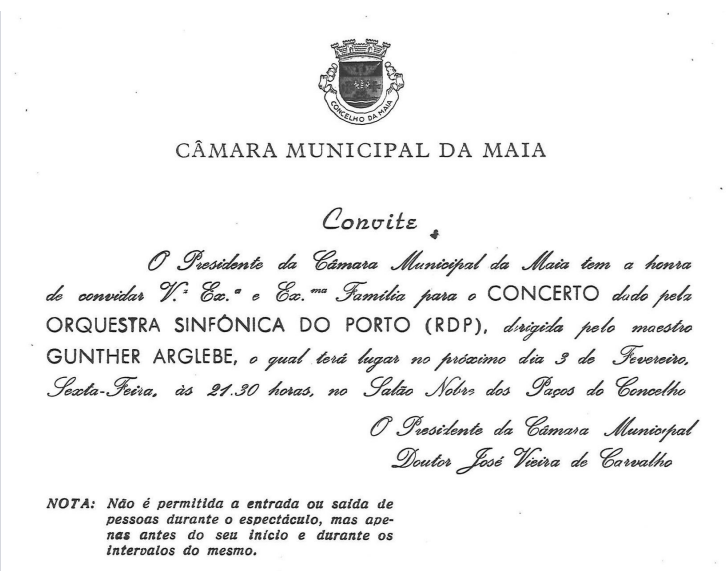


Figura 6 - Convite do Concerto da Orquestra Sinfónica do Porto



Figura 7 - Diploma do Mercoflores, 1994

PASSAGEM DO CASTÊLO DA MAIA A VILA

Nas primeiras eleições livres após o 25 de Abril, o meu marido foi eleito secretário para a Junta de Santa Maria de Avioso, onde exerceu esse cargo durante dois mandatos. Após esses anos, candidatou-se a Presidente de Junta. Foi eleito e presidiu durante sete anos, ou seja, dois mandatos *[Figura 4]*. Nova experiência na minha vida, pois acompanhei-o em várias cerimónias políticas e até religiosas. Recordo algumas comemorações e inaugurações de obras executadas durante os seus mandatos.

O mais marcante foi o último, pois durante a campanha foi proposto ao Sr. Presidente da Câmara da Maia, o saudoso Dr. José Vieira de Carvalho, que o Castelo da Maia teria que passar a Vila, visto que a Maia iria passar a Cidade, conforme era o seu grande desejo.

Passando a Maia a Cidade, o Castelo teria que passar a Vila conforme veio a acontecer. Assim assumiu maior responsabilidade visto a Vila ser formada por partes de 5 freguesias: Santa Maria de Avioso, S. Pedro de Avioso, Barca, Gemunde e Gondim.

Havia várias carências, tais como saneamento, alargamento de ruas, início do novo núcleo escolar, piscinas, court de ténis, fontanários, etc. Acompanhei sempre o meu marido em vários eventos e inaugurações, contactando com outros Presidentes de Junta e suas esposas. O mesmo aconteceu com o Senhor Presidente da Câmara e a excelentíssima esposa D. Maria Albina.

Particpei em festividades na passagem do Castelo da Maia a Vila, por exemplo: rally mistério *[Figura 5]*, missa campal, música ao vivo, fogo de artifício e de todo o vasto programa que fazia parte das Festas. Festas essas que foram bastante concorridas.

Assisti a vários concertos salientando um, o da Orquestra Sinfónica do Porto, RDP, no Salão Nobre dos Paços do Concelho *[Figura 6]*.

A LOJA DE FLORES

Havia na Câmara da Maia um leilão das lojas dos mercados que estivessem desocupadas, concorri e fiquei com uma dessas lojas no Mercado do Castelo.

Na altura não havia uma florista no Castelo da Maia. Então resolvi ser a primeira. Fui às Finanças e coletei-me como florista, foi muito difícil porque há 35-40 anos as pessoas não tinham o hábito de oferecer flores. Tive que começar por baixo, a criar hábitos e captar clientela, o que foi muito duro, porque tinham dias em que não vendia nada e as flores são um artigo que se não se vende, estraga-se.

Fui criando clientes certos e grandes amizades, entre as quais angariei vários trabalhos, como decorações em quintas para casamentos, arranjos em igrejas, ramos de noiva, decorações em carros de noivos, ramos de flores campestres, onde um desses ramos me deu um diploma, cestos de rosas e orquídeas, etc.

Hoje a concorrência é muita, numa área de 500 metros há 3 floristas, comigo faz 4 e dois supermercados também com florista, nesta altura já são 6 as floristas no Castelo da Maia. E nos arredores!

Os materiais com que trabalhamos são caros, os laços, as fitas de seda, as flores artificiais, os cestos, etc, não falando dos impostos...



Figura 8 - Cartão do Orfeão Municipal da Maia



Figura 9 - A cantar o fado em contexto familiar, acompanhada por uma cunhada e primo.

O MERCOFLORES

Era na UCANORTE que me abastecia de todo o artigo referente à arte floral e decorativa, tal como laços variadíssimos, flores secas e artificiais, plantas, cestos, peças de vidro decorativas e flores naturais. Vêm floricultores de várias partes do país, mas a maior parte vem do Montijo, mas não só, vêm espécies lindíssimas da Holanda e da Madeira.

Ao comemorar o 2º aniversário do Mercoflores em 12 e 13 de março de 1994, realizou-se um concurso de arte floral, onde estiveram representados floricultores, revendedores e algumas floristas. Foi um sucesso. Os trabalhos apresentados eram lindíssimos e estiveram expostos ao público e foram muito apreciados *[Figura 7]*.

Eu apresentei um arranjo ecológico, um ramo campestre e um cesto de rosas vermelhas pelo qual recebi um diploma, assim como pelos outros dois trabalhos expostos. Os três trabalhos foram apreciados e assinados por júris diferentes.

A MÚSICA – também como Orfeonista

Foi há quarenta anos que entrei para o Orfeão Municipal da Maia *[Figura 8]*. O nosso maestro era o Hermano Moisés Moreira Maia.

Hoje já não existe Orfeão, com muita pena minha. Mas durante muitos anos, mesmo depois de já não fazer parte dele, recebia uma carta enviando-me os parabéns na passagem do meu aniversário, em nome de todos os orfeonistas e do maestro.

Aprendi bastante mais sobre a música polifónica. Foi para mim um prazer atuar em vários concertos onde assistiam altas individualidades. Cantava música popular, espirituais negros, música sacra, etc. O repertório era sempre variado, daí ter o ensaio duas vezes por semana, mas quem anda por gosto não cansa. Não tenho palavras que descrevam o que foi o 20º aniversário, só quem assistiu e viu a Igreja do Mosteiro de Moreira cheio até à porta e outras tantas pessoas de pé por não haver lugar sentado. Só posso dizer: foi espetacular!

O meu apreço pela música *[Figura 9]*, cria em mim um gosto por vários estilos musicais. Faço recolha de algumas canções tradicionais cantadas em várias ocasiões e épocas, por exemplo, no campo, na eira, quando as pessoas estavam nos teares caseiros, nas linhadas, nas desfolhadas. Na Quaresma também havia canções próprias da época, assim como no Natal e entre elas, de salientar, as Janeiras.

Mas a minha música anti-stress é realmente Strauss, sempre que tenho um pouco de tempo livre, após o almoço, ligo o DVD e coloco um CD de música clássica ou ópera. Uma boa sobremesa!

*Ligações Históricas
entre o Futebol Clube
do Porto e a Maia*

Armando Pinto

A Maia, região de grandes aristocratas e cavaleiros, como outrora os fidalgos varões da família dos Mendes, dos quais sobressaiu na história o célebre Lidador da Maia, além de outros seus antepassados, entre ilustres que se cobriram de glória em batalhas vitoriosas para as hostes portuguesas... também tem sido terra glorificada por outros homens e factos nos mais diversos campos da honra social, incluindo o desporto como fenómeno cívico de relevo. Quer dentro de portas do território maiato, bem como extravasando ligações, como é o caso da relação ao longo dos tempos havida com o grande e maior representante desportivo do Norte, grande embaixador de Portugal e um dos três grandes clubes do país, quão é o Futebol Clube do Porto. Realidade que merece referência, aqui num vislumbre passageiro. Sem alargar muito o plano de visão descritiva, deambulando apenas por alguns exemplos.

Desse modo, sem pretensão de deixar escrita uma grande crónica da relação desportiva das gentes das terras da Maia com o grande clube F.C. Porto, procura-se deste jeito registar em letra de forma uma preservação historiadora através de abrangente narrativa sobre o tema. Acrescendo ideia de não cingir a memória exclusivamente ao futebol, desporto-rei, para chegar também ao ciclismo, passando pelo hóquei, mais andebol, voleibol, patinagem, e mesmo ao dirigismo, numa junção de acontecimentos e figuras memoráveis. Desde os irmãos Moreira de Sá (Fernando e Luciano), ciclistas famosos, passando pelo também ciclista Veiga da Mota, falecido na flor da idade, antes de poder desabrochar para a carreira que se adivinhava, até ao futebol e seus representantes, assim como outras modalidades nas camadas jovens, e ainda ao dirigismo pela pegada deixada pelo Prof. Dr. Vieira de Carvalho.

Ora, indo atrás e começando pela parte mais destacável, a referência principal será o caso dos irmãos Moreira de Sá, ciclistas com história grandiosa. Que correram com a camisola do F.C. Porto ainda pelos anos 40 e até aos inícios dos 50, Fernando e Luciano. Dos quais naturalmente foi mais saliente a carreira vitoriosa de Fernando Moreira de Sá [*Figura 1*], vencedor em 1952 duma Volta a Portugal, a prova mais importante do ciclismo português, correndo na equipa do Futebol Clube do Porto. Em cuja narrativa curricular também se junta, ao correr da mesma, referências à participação do irmão, Luciano Moreira de Sá, contemporâneo também na conjunta participação no ciclismo nacional e internacional, inclusive vencedor em dois anos seguidos da clássica Porto-Lisboa, em 1952 e 1953 – este por vezes só referido por Luciano Sá, como também era conhecido no mundo das corridas de bicicletas.

CICLISMO

FERNANDO MOREIRA DE SÁ: VENCEDOR DA VOLTA A PORTUGAL DE 1952 (1928 - 2014)

Nascido a 12 de junho de 1928, em Silva Escura, na Maia, José Fernando Moreira de Sá, de seu nome completo, filho de Manuel Moreira de Sá e Deolinda Moreira Neves, tinha como irmãos Luciano, que passou depois a ser também ciclista como ele; mais Manuel (Neca) e Arnaldo, que não foram ciclistas. Sendo um orgulho da família e de seus amigos e conterrâneos, além obviamente, dos adeptos portistas. Havendo tido ponto mais alto da sua carreira desportiva com a vitória na Volta a Portugal em 1952.

Na XXVII Volta a Portugal em Bicicleta o portista Fernando Moreira de Sá foi o vencedor, tendo defendido garbosamente a camisola amarela até à última etapa, concluindo a prova com 12 minutos de avanço sobre o sangalhense Emilio Rodriguez. A mais de 15 minutos ficou o 3.º classificado, Manolo Rodriguez também do Sangalhos. No 4.º lugar ficou Luciano Moreira de Sá, ciclista também do FC Porto e irmão do vencedor [*Figura 2*]; tendo em 5.º se quedado o antigo ídolo Fernando Moreira (que depois de ter andado a correr pelo estrangeiro regressou a Portugal e passara a correr pela equipa Mabor). O FC Porto ganhou ainda por equipas, triunfando na classificação coletiva com 5, 55 minutos de avanço sobre a equipa do Sangalhos.

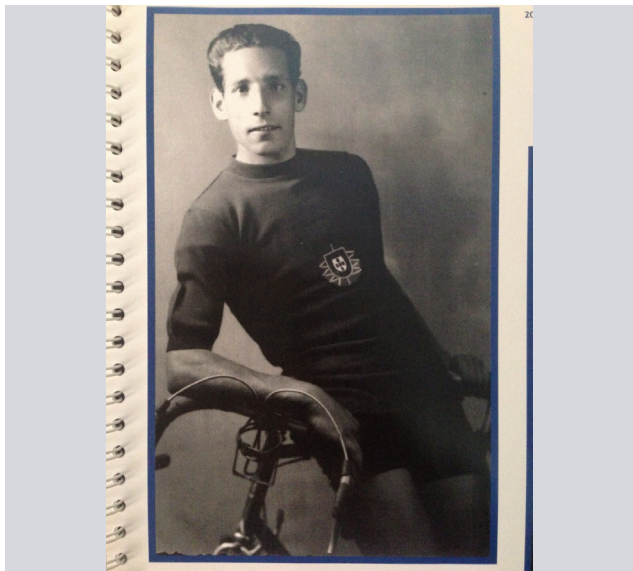


Figura 1 - Fernando Moreira de Sá, Campeão Nacional



Figura 2 - Estrelas do ciclismo português



Figura 3 - Equipa FCP em 1947

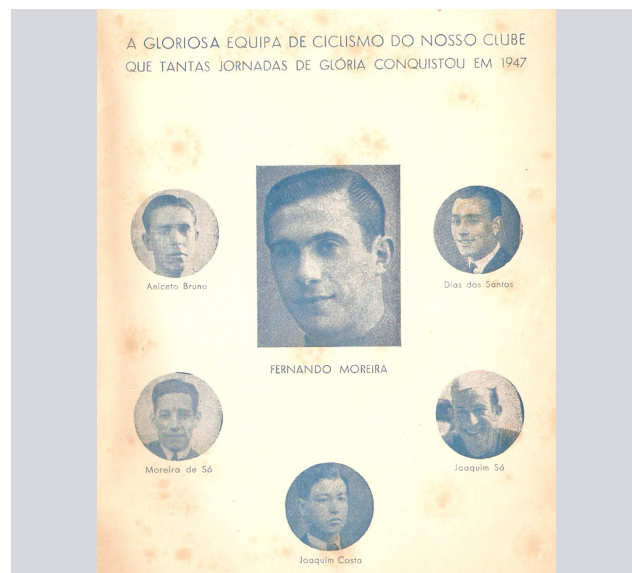


Figura 4 - Irmãos Sá ladeando Dias dos Santos

Iniciada a 21 de agosto na pista do Lima, nesse ano de 1952 a Volta a Portugal acabava então no dia 7 de setembro também na cidade do Porto, com etapa de consagração no trajeto Vila do Conde-Porto. Perante total domínio do FC Porto, individualmente o Moreira de Sá mais velho superara tudo e todos, mantendo por largos dias e até final a liderança, que conquistara a partir da 3.^a de 17 etapas, ao longo de 18 dias.

Refira-se que o vencedor era então conhecido e referenciado por Fernando Moreira de Sá, nome comprido comparativamente com os habituais dois nomes atribuídos no tratamento público dos ciclistas, precisamente para diferenciação de seu mano mais novo que ele, Luciano, mas também do antigo ídolo das multidões, Fernando Moreira, que então também passara a ser referido por Fernando Jorge Moreira.

Antes, Fernando Moreira de Sá havia aparecido na ribalta em 1947, quando integrou a equipa do FC Porto que então participou na Volta a Portugal – como ficou ilustrado em quadro fotográfico do Relatório e Contas do Exercício de 1947 [Figura 3].

Depois, quando Moreira de Sá ganhou a Volta a Portugal, em 1952, já o FC Porto superara tudo, visto que entrara no ciclismo alguns anos depois de outras equipas, e a partir que passou a competir na Volta a Portugal regularmente desde 1946 (fora esporádicas participações em 1934 e 1941, com equipas de poucos ciclistas e sem continuidade imediata), só desde o ano de 1946 ficou a participar com regularidade e venceu pela primeira vez em 1948.

Então em 1952 o FC Porto era já, pela quarta vez em cinco anos, dono da vitória na Grandíssima Volta a Portugal em bicicleta, quando então Fernando Moreira de Sá cruzou a meta no Estádio do Lima e garantia a camisola amarela para o único clube que representou. Ao longo de 17 etapas e de 2.647 quilómetros, o ciclista natural da Maia impôs-se perante a concorrência e terminou a Grandíssima com o tempo de 87 horas, 07 minutos e 31 segundos, uma vantagem de 12 minutos mais 33 segundos para o segundo classificado.

Nesse mesmo ano da vitória de Fernando Moreira de Sá na Volta a Portugal, o mesmo Moreira de Sá e Alves Barbosa, formando equipa, venceram em Caracas, Venezuela, a prova dos 40 quilómetros à americana, relegando para o segundo e seguintes lugares outras duplas de italianos e luxemburgueses. Sendo à época aquele sangalense, Alves Barbosa, um dos bons valores nacionais, não chegou depois a entrar na Volta Portuguesa, havendo notícias de não ter sido dispensado temporariamente do serviço militar, em que estava incorporado oficialmente (enquanto foi autorizado a ir à Venezuela), embora aparecessem outras notícias dizendo que não quis arriscar ir à Grandíssima por deficiente preparação, precisamente por estar na tropa.

Para melhor ilustrar tal grandiosa vitória de Fernando Moreira de Sá na Volta a Portugal em Bicicleta de 1952, porque as imagens dispensam mais palavras, atente-se nas descritivas pranchas desenhadas que incluem o álbum “OS HERÓIS DA ESTRADA” (em banda desenhada, edição de 1986 d’ O Jogo e Jornal de Notícias).

Extensivamente, relembra-se o seu currículo mais pormenorizadamente. Fernando Moreira de Sá, nascido em 1928 e falecido em 2014 com 85 anos, foi mesmo um dos mais relevantes ciclistas da sua geração, entre as décadas de 40 e 50 do século passado, tendo ingressado no FC Porto com apenas 17 anos. E de azul e branco fez toda a carreira, que teve como pontos altos a conquista da Volta a Portugal de 1952, bem como o Campeonato Nacional de 1950. Numa altura em que o ciclismo era uma modalidade muito popular, Moreira de Sá era um dos ciclistas mais acarinhados pelos adeptos portistas, não só devido às suas qualidades como ciclista, mas também pelo comportamento exemplar que teve sempre para com companheiros e adversários.

Também no seio familiar era um exemplo. Tal como ainda antes de se ter consagrado com as maiores vitórias, já tendo constituído família, foi publicamente assinalado numa entrevista no jornal O Porto, em outubro de 1949. Por ao tempo não ter participado num circuito, para o qual estava inscrito pelo clube, atendendo a que na véspera da partida, para o local da prova, sua esposa estava com dores de trabalho de parto e não houve meio de «arrancar Moreira de Sá do seu lar em consequência de o parto estar ainda por decidir...» Do qual resultaria depois o nascimento da segunda filha. Ora, Fernando Moreira de Sá era até assinante d' O Porto, o jornal do clube a quem confiou ainda as peripécias passadas com a filha mais velha, anteriormente, visto ele então estar no serviço militar, e quando pela primeira vez chegou a casa fardado de tropa ela fugiu aos gritos e a dizer à mãe que o pai estava mascarado... Tal como sempre que ele saía de casa equipado, de ciclista à Porto, recebia logo o seu primeiro incentivo... entre cenas de sua feliz vida familiar e conjugal. Conforme nessa entrevista revelava que seus êxitos desportivos contribuíam para a alegria e felicidade de seu lar, bem como falava da filha recém-nascida e da filha que já tinha. Na entrevista aparece no masculino como segundo rebento, na escrita do entrevistador, mas era uma menina, pois ele teve duas filhas. Sendo então a menina por cujo nascimento ele deixou de ir correr para a esperar, e então havia nascido por alturas da entrevista. Acrescente-se, ser essa a filha D. Maria Fernanda Moreira de Sá Peneda, esposa do Dr. José Albino Silva Peneda, que chegou a jogar Voleibol no FC Porto e depois foi Ministro do Governo Português com as pastas do Emprego e da Segurança Social nos XI e XII Governos Constitucionais entre 1987/1993; e mais tarde mãe da Dr.^a Marta Moreira de Sá Peneda, Vereadora da Câmara Municipal da Maia.

Foi então o Ministro Silva Peneda, genro de Fernando Moreira de Sá e a Vereadora da Maia Dr.^a Marta Peneda sua neta, com muito orgulho natural. Mas isso muitos anos depois, mesmo, do patriarca da família ter sido nome grande do ciclismo português.

Efetivamente teve ponto mais alto da sua carreira desportiva na vitória na Volta a Portugal de 1952, como ainda a também destacável vitória no Campeonato Nacional em 1950, bem como cinco títulos de campeão regional de fundo. Antes, porém, já também se destacara, primeiro por ter sido 2.º classificado no III Porto-Lisboa, em 1949, clássica então ganha pelo colega de equipa Fernando Moreira e depois ao ter ido ao pódio da Volta anos antes da sua vitória, havendo ele ficado classificado em 3.º (e o irmão em 7.º lugar) da Geral na Volta a Portugal de 1950, ganha pelo colega de equipa Dias dos Santos.

Muito admirado no seio da família Portista, Fernando Moreira de Sá era conhecido por "locomotiva", com que ficou ainda e sempre é referido, derivado de sua velocidade evidente e por puxar, por assim dizer, o ciclismo do F C Porto para a ribalta da liderança nacional. Especialmente pela categoria de nesse tempo ter sido o melhor contra-relogista ibérico durante vários anos, sensivelmente ao longo de quase uma década.

Enquanto o FC Porto teve Fernando Moreira e Dias dos Santos [Figura 4], vencedores das 3 primeiras Voltas a Portugal conquistadas pelos ciclistas azuis e brancos, Fernando Moreira de Sá foi ciclista de equipa, ajudando os colegas a vencer, como aconteceu. Depois, finalmente, assumiu a liderança ele próprio, dando então largas ao seu valor.

Então, como lídimo representante do ciclismo nortenho, quando o campeoníssimo Fernando Moreira andou pelo estrangeiro e mais tarde regressou sem o anterior fulgor, Fernando Moreira de Sá não teve apoio da comunicação social sulista e era visto pelos adeptos dos clubes adversários como alguém que lhes tirava veleidades... A pontos de, em sinal disso, ainda, um livro intitulado “História da Volta”, transcrito para a página informática da Federação, lhe tentar retirar méritos, por Alves Barbosa não ter participado na Volta de 1952. Como se os lugares triunfais estivessem reservados... Mas a história encarrega-se sempre, como o azeite, de vir acima e repor as verdades, sabendo-se que Fernando Moreira de Sá teve uma carreira brilhante, digna de muito apreço.

Vencedor moral, embora 2.º classificado, na Volta do 9 de Julho de São Paulo-Brasil, em 1951, por não lhe ter sido reconhecida a vitória nessa prova através de artimanhas de bastidores, foi aí vítima duma inventona a que em Portugal alguma imprensa pró-clubes de Lisboa deu enfoque desvirtuado, como é costume.

Em suma, Fernando Moreira de Sá foi um ciclista de nível mundial, sendo um contra-relogista ímpar e um trepador emérito. Como se dizia, a sua humildade notava-se pela forma como se manteve ao serviço do coletivo no período mais brilhante de Fernando Moreira, com quem dominou as estradas nacionais e internacionais. Foi dos poucos a bater homem a homem, em provas de pista, o célebre Gino Bartali, bi-vencedor do Tour de France e tri-vencedor do Giro de Itália. Como aconteceu nalguns “critérios (circuitos de pista) realizados em Portugal, nas pistas dos estádios de Alvalade e Antas.

De seu currículo, consta na ficha oficial, mais precisamente, que Fernando Moreira de Sá, sempre como ciclista do F C Porto, foi cinco vezes Campeão Regional e duas Campeão Nacional (uma como independente, categoria superior desse tempo, e uma como amador) [Figura 5]. Ganhou etapas e circuitos em provas diversas, tendo ainda em 1950 sido 2.º classificado na corrida Madrid-Porto (com a participação de 10 portugueses e 10 espanhóis). Depois foi 2.º classificado na Volta a S. Paulo e 12.º na Volta a Marrocos, em 1951 [Figura 6 e 7]. Na Volta a Portugal, ganhou 3 etapas. Foi o vencedor da Volta a Portugal em 1952, obtendo ainda um 3.º, um 4.º, um 5.º e um 8.º lugar. Em 1952, também venceu na Venezuela a referida clássica prova de 40 Kms à americana. Tendo nesse mesmo ano de 1952 então conquistado a Volta a Portugal, feito deveras eloquente pela sua superioridade patenteada. Detentor como foi de tão prestigiante palmarés, Fernando Moreira de Sá tem lugar entre os nomes mais ilustres do desporto dos pedais em Portugal, na memória do mundo azul e branco e nos pergaminhos do concelho da Maia. Constando mesmo uma sua bicicleta e uma taça de seu espólio no Museu do FC Porto, na parte da exposição permanente. Entretanto, após ter terminado a sua carreira de ciclista, esteve na Venezuela cerca de 20 anos, com a esposa, sem desanimar por as filhas terem ficado em Portugal, com a avó, para serem criadas na terra natal e evoluírem com estudos portugueses. E ali no país de Bolívar (herói da independência Simón Bolívar, de cujo nome em sua homenagem foi chamado de bolívar a moeda oficial da Venezuela), Fernando Moreira de Sá conseguiu granjear sustento para a família e possibilitar melhor futuro à descendência. Havendo criado e mantido uma casa comercial muito forte de artigos de construção, vencendo na vida como foi campeão nas competições desportivas. E, com a mesma visão, regressado por fim a Portugal, criou na Maia um importante centro comercial (“Venepor”), enquanto manteve um outro na Venezuela.

Desde 2009 que tem seu nome numa rua da freguesia natal de Silva Escura: Rua de Fernando Moreira de Sá. Facto acontecido através de proposta da Junta de Freguesia e aprovada pela Câmara Municipal da Maia, que atribuiu o nome de Fernando Moreira de Sá a uma das então novas ruas de Silva Escura. Tendo o homenageado estado presente, felizmente, à inauguração e descerramento da placa respetiva, rodeado de sua família. Em ato realizado com o presidente da Câmara Municipal, Bragança Fernandes, mais o presidente da Junta de Freguesia de Silva Escura, José Sousa Dias, e outras individualidades. Na ocasião, o presidente da edilidade destacou o percurso do antigo velocipedista, classificando-o de «cidadão exemplar e desportista nato» que «se evidenciou na conquista da Volta a Portugal em bicicleta na década de 50», além de «também excelente empreendedor. Foi através da sua iniciativa que nasceu o Centro Comercial Venepor». O presidente da Junta também realçou o percurso d’ «o desportista mais famoso da freguesia» [Figura 8].

Faleceu a 11 de abril de 2014. E meses depois, a 23 de novembro desse ano de 2014, houve em sua honra um evento intitulado “Gala Moreira de Sá” no Fórum da Maia, resultando num momento evocativo de mérito.

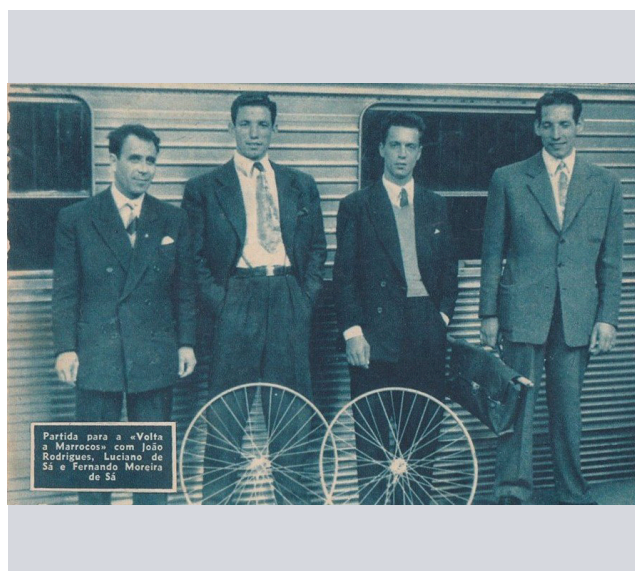


Figura 5 - Equipa FCP 1950



A equipa «azul e branca» na «Volta a Portugal» de 1950, cuja actuação foi tão brilhante. Da esquerda para a direita : João Rodrigues, chefe da secção e corredores Joaquim Costa, Jorge Valmitjana, Dias dos Santos, Fernando Moreira de Sá, Joaquim Sá, Amândio Cardoso, Luciano Moreira de Sá e Amândio de Almeida

Figura 6 - Equipa à partida para a Volta a Marrocos



Figura 7 - Equipa FCP 1951



Figura 8 - Inauguração da rua que leva o seu nome



Figura 9 - Separata da Volta a Portugal de 1952



Figura 10 - Caricatura de Fernando no jornal O Porto

LUCIANO MOREIRA DE SÁ

(como lembrando um vêm dois seguidos como cerejas, em provas de duplas e por equipas)

Nascido a 18 de março de 1930, na Maia, em Friães-Silva Escura, Luciano Moreira de Sá formou com o irmão, Fernando, uma dupla destacável no pelotão do ciclismo nacional, em parte dos anos 40 e 50 do século XX, o período do aparecimento mais popular e crescimento do ciclismo em Portugal [Figura 9, 10 e 11].

Luciano e Fernando começaram a correr oficialmente no tempo em que o ciclismo não estava muito implantado em clubes do Norte do País e as participações do FC Porto na Volta a Portugal ainda não eram regulares, tendo então sido o FC Porto que impulsionou o entusiasmo nortenho pelo ciclismo. Entretanto, Luciano Moreira de Sá, entre outras participações, completou a Volta a Portugal de 1948 em 11.º, enquanto em 1949 ajudou o FC Porto a ter conquistado também o primeiro lugar por equipas. Seguidamente, em 1950 houve continuidade dessa onda de sucesso, tendo sido o ano em que Dias dos Santos, seu colega de equipa, bisou no triunfo na Volta portuguesa. E com essas duas vitórias a juntar à anterior (de Fernando Moreira em 1948), o FC Porto fez o primeiro Tri da história do ciclismo português na Grandíssima. Até aí nenhuma equipa tinha conseguido 3 vitórias consecutivas e o FC Porto conseguiu isso e logo quer em classificação individual como coletivamente. E, além de terem ajudado Dias dos Santos a ser 1.º, também os irmãos Sá se classificaram em lugares de destaque, Fernando Moreira de Sá em 3.º e Luciano de Sá em 7.º [Figura 12].

Ao longo desse ano de 1950, Luciano de Sá foi Campeão Nacional de Fundo, em Independentes, enquanto em dupla os irmãos Luciano e Fernando Moreira de Sá bateram em 2 provas de pista a equipa (dupla) belga Brunnel e Boisse, especialistas mundiais em provas de pista. Seguidamente em 1951 na Volta a Portugal a equipa portista incluiu Fernando Moreira de Sá (classificado em 5.º) e Luciano de Sá (6.º). Ao passo que Fernando e Luciano Sá venceram 1 etapa, cada um. E na Volta a Marrocos Luciano foi o melhor português, da equipa de 3 ciclistas representativos do FC Porto, em 11.º lugar.

Em 1952 Luciano Moreira de Sá, venceu a grande clássica portuguesa Porto-Lisboa. Feito que o mesmo repetiu em 1953 ao bisar a vitória na mesma grande ligação num só dia entre a capital do Norte e a capital do País.

Luciano Moreira de Sá teve uma filha, Irene, que também chegou a ser atleta do FC Porto na Patinagem (infelizmente depois falecida muito nova). Nascido em 1930, Luciano Moreira de Sá está com 96 anos, quando se escrevem estas linhas, como que a dar continuidade no tempo à sua genica de ciclista, com força de viver como corria com força de vencer.

MÁRIO MANUEL VEIGA DA MOTA

Veiga da Mota, como era conhecido no mundo das bicicletas de corrida, foi ciclista que à época em que faleceu representava as cores do F C Porto e acabou por sucumbir precisamente com essa função no próprio momento da saída da vida de seu corpo e consequente partida para o além [Figura 13].

Assim começamos por lembrar esse jovem ceifado na flor da idade, o ciclista Veiga da Mota, falecido em resultado duma aparatosa queda, corria o ano de 1959, quando seguia de bicicleta e devidamente equipado em treinos das equipas de ciclismo do F C Porto. Lembrando-o resgata-se



Figura 11 - Caricatura de Luciano no jornal O Porto



Figura 12 - Cromos Luciano e Fernando



Figura 13 - Veiga da Mota



Figura 14 - Veiga da Mota na entrega da camisola de Campeão Nacional de Velocidade em Iniciados 1957-1958

sua memória, quanto a haver um quase desconhecimento público de seu nome, visto normalmente costumar ser mais referido na comunicação social portuguesa o nome de Joaquim Agostinho, em referências a ciclistas falecidos em ação, quando muito antes houve infelizmente o caso de Veiga da Mota (e mais, como por exemplo igualmente José Zeferino, também do FC Porto, e Joaquim Pinto, do Gulpilhares). Veiga da Mota havia sido, entretanto, Campeão Regional e Campeão Nacional de Velocidade em Iniciados e Campeão Regional e Nacional de Amadores Seniores de Ciclo-Cross. Tendo falecido dias antes da disputa de mais um Nacional de Fundo de Amadores Seniores [Figura 14].

Ora, Veiga da Mota, pelos finais dos anos 50, era então considerado uma das grandes esperanças do ciclismo português até ao seu desaparecimento, aos 20 anos de idade. Tendo falecido num trágico acidente, quando fazia a sua preparação para os Campeonatos de Fundo. O infortunado atleta do F. C. Porto, seguia em treino de estrada, integrado na equipa, num percurso que chegara até Penafiel. No regresso, entre Valongo e Ermesinde, Veiga da Mota perdeu o controlo da sua bicicleta, devido a avaria no eixo da roda dianteira, embatendo com muita violência numa árvore colocada no separador central, na descida junto à Igreja de Santa Rita. Gravemente ferido na cabeça, foi socorrido e transportado de urgência em ambulância dos bombeiros voluntários de Ermesinde para o Hospital Geral de Santo António, no Porto. Mas, apesar de todos os esforços, acabaria por não resistir aos ferimentos, vindo a falecer horas depois.

Mário Manuel Veiga da Mota, como era seu nome completo, nasceu em Gueifães-Maia, a 5 de janeiro de 1939, desde cedo se interessara pelas bicicletas e pelo ciclismo. Em 1956 ingressou no F.C. Porto e correu pela 1.^a vez na categoria de Populares. Em 1957, nesta mesma equipa de ciclismo, passou à imediata categoria de iniciados. Até que em 1958 subiu à categoria sénior, situação que manteve até a sua morte, ocorrida em fevereiro de 1959, quando muito se augurava de um futuro auspicioso e era já uma cara conhecida das corridas de ciclismo.

Iniciara sua carreira em 1956 na Volta a Valongo, na categoria de Populares. No ano seguinte de 1957 disputou a sua primeira corrida oficial, denominada Porto-Santo Tirso-Porto, para Iniciados. Nesse ano sagrou-se Campeão Regional de Velocidade. Depois, em 1958, entre outros êxitos, alcançou os títulos de Campeão Regional e Campeão Nacional de Velocidade.

E já em 1959, na categoria de Amadores Seniores, venceu todas as provas oficiais de Ciclo-Cross: Campeonato Regional e Nacional, sendo este último disputado em Lisboa. Na derradeira prova em que participou, em fevereiro de 1959, a Prova de Preparação da Associação Ciclismo do Norte, sendo então treinado por Onofre Tavares, alcançou novamente o 1.º lugar da categoria de Amadores-Seniores. Estava a preparar-se para a seguinte participação no Campeonato Nacional de Fundo, quando ocorreu o desastre que o vitimou.

Devido ao inesperado e súbito desaparecimento deste atleta, quatro das medalhas que conquistara anteriormente foram entregues em cerimónia póstuma a seu pai, pelo então presidente do F. C. Porto, Luís Ferreira Alves, num ambiente de profunda consternação, tendo o muito público presente irrompido numa ovação espontânea de reconhecimento e pesar.

Após isso, conforme noticiou o jornal O Porto em fevereiro de 1960, foi assinalado o 1.º aniversário de seu falecimento com uma missa de sufrágio, em homenagem prestada pelo F C Porto, seguindo depois todos os presentes em romagem ao túmulo do falecido ciclista¹.

¹ Este ciclista, Veiga da Mota, está referenciado no blogue MEMÓRIA PORTISTA, do autor desta lembrança, em artigo intitulado “Desportistas falecidos em atividade Portista”.

CIRCUITO DA MAIA

Ainda no ciclismo, houve em tempos recuados, com a participação de ciclistas do FC Porto, uma prova oficial de ciclismo em modo de circuito, percorrendo estradas do território maiato, precisamente com o nome de Circuito da Maia, realizado em 1952, tendo sido vencedor o ciclista do FC Porto Onofre Tavares. Ciclista que era sprinter famoso, ou seja, especialista em chegadas em pelotão e vitórias sobre a meta decididas ao sprint, em corrida rápida.

(Prova essa que se refere e não outras, porque teve a presença de ciclistas do FC Porto, quanto a este caso de ligações entre Maia - FC Porto e vice-versa.)

Para finalizar o tema ciclismo, aqui fica o depoimento de um ilustre maiato que privou com muitos dos protagonistas de duas rodas, verdadeiros ídolos da mole humana que vibrava nas bermas das estradas portuguesas.

HISTÓRIAS DE FERNANDO E LUCIANO MOREIRA DE SÁ

O meu nome é José Silva Peneda, casado com uma das filhas de Fernando Moreira de Sá, de nome Maria Fernanda e sobrinha do Luciano Moreira de Sá.

Ouvi muitas histórias de ciclismo dos tempos deles e convivi com algumas glórias da época, tais como Onofre Tavares, Alves Barbosa, Sousa Santos, Sousa Cardoso, Carlos Carvalho, Joaquim Sá, Emídio Pinto, Amândio Cardoso e Alberto Cerqueda, entre outros, e ouvi cenas relatadas por eles e com muita piada.

Vou contar algumas:

O Luciano venceu dois Porto-Lisboa e, numa das vitórias, o pelotão circulava compacto até à chegada da temível Calçada da Carriche que antecedia a chegada ao Estádio José Alvalade. Foi então que Luciano pegou no bidão da água, molhou o cabelo, e começou a pentear-se, dizendo bem alto, para todos ouvirem: “É para a fotografia na meta”. E não é que venceu a prova! O Luciano para além de ser um grande atleta sempre teve, e ainda tem, um sentido de humor muito apurado [Figura 15].

Outra história envolve um ciclista do Benfica que andava de relações cortadas com Fernando Moreira de Sá. Foi no ano em que ele ganhou a Volta. Numa das etapas teve um furo, o carro de apoio vinha longe e o benfiquista tirou a roda da sua bicicleta e deu-a a Moreira de Sá. Na altura, esta atitude era penalizada e foi, embora o F.C. do Porto tivesse assumido tal encargo. Mas como o benfiquista não era parvo e como a notícia correu, numa chegada ao Estádio do Lima ele, de propósito, atrasou-se em relação ao pelotão e acabou por ter, segundo disse, a maior ovação da sua carreira. Chamava-se Império dos Santos, pai do treinador do Boavista José Santos. Nós, portistas, sabemos ser gratos.

A terceira história passou-se em pleno Alentejo, na etapa Setúbal-Loulé em estradas de macadame e com temperaturas a rondar os 40°. Em qualquer equipa havia os chamados aguadeiros, que enchiam os bidões nas fontes na berma das estradas para distribuir pelos colegas de equipa. Na equipa do Porto um deles era um jovem, também maiato, de nome Joaquim Cerqueda, que só teve coragem de contar esta cena dezenas de anos depois, o que revela de respeito pelo então chefe de equipa, Fernando Moreira de Sá. A fonte em causa só vertia umas pinguinhas e o nosso aguadeiro pensou que nunca mais encheria os bidões e provavelmente não chegaria ao pelotão. Estavam umas cabeças de gado a beber do tanque para onde a fonte brotava escassas gotas de água. Então, o nosso aguadeiro resolveu o problema: deu um berro ao

gado, que se afastou. Mergulhou os bidões na água e, num ápice, estava de regresso ao pelotão. Fernando Moreira de Sá, muito sabido, achou estranha tanta rapidez e perguntou-lhe: “Já estás aqui? Encheste tudo”? Ao que o Alberto respondeu: “Estou a andar muito bem”.

A quarta história passa-se na serra da Arrábida, numa etapa que ligava Setúbal a Lisboa incluída na Volta a Portugal, que Fernando Moreira venceu, em 1952. Os restaurantes de Setúbal para homenagear Fernando Moreira de Sá confeccionaram bacalhau, não à Gomes de Sá, mas sim à Moreira de Sá.

Na subida para o alto da Arrábida o nosso Fernando começou a sentir-se mal, a vomitar e chegou a pôr a hipótese de desistir. A acompanhá-lo ficou o Amândio Cardoso que, qual psicólogo procurava estimular por todas as formas o doente, dizendo para respirar fundo, não forçar a pedalada, andamentos lentos na subida e teve a frase certa para dizer a um campeão. E atirou-lhe: “Fernando, se chegares lá acima na Serra tens todas as qualidades para apanhar o pelotão, antes da chegada à meta, em Lisboa”. E assim foi. Fernando Moreira de Sá descia muito bem e o contrarrelógio era uma das suas especialidades, a ponto de vários jornalistas espanhóis e portugueses o considerarem o maior contrarrelógista da Península Ibérica [Figura 16].

A quinta história foi-me contada por Onofre Tavares, um dos maiores sprinters de todos os tempos. Numa etapa da Volta a Portugal, Onofre sentiu-se mal e foi ter com Fernando Moreira de Sá dizendo que ia abandonar. Fernando, com ar sério, lembrou-lhe que, nesse dia, era o primeiro aniversário do falecimento do pai do Onofre, que era um grande adepto do filho. E disse-lhe: “Lembra-te que o teu pai está na meta à espera que ganhes a etapa”. O Onofre contou-me que sentiu os cabelos dos braços a eriçarem-se, foi para a frente do pelotão, partiu tudo e ganhou a etapa. A lição aqui fica. A palavra dita no momento certo remove montanhas.

A sexta história envolve o Presidente Pinto da Costa. Quando Moreira de Sá faleceu a nossa família não esquece a permanência contínua no velório do nosso Presidente, na Igreja da Maia. A certa altura, abeira-se de mim dizendo que gostava de ter no Museu do Futebol Clube do Porto qualquer coisa que perpetuasse a memória de Fernando Moreira de Sá. Lembrei-me logo da bicicleta com que ele tinha ganho a Volta de 1952, que me ofereceu para dar umas pedaladas na sua companhia e que tinha gravado no quadro o seu nome.

Consultei a minha mulher que de pronto anuiu à ideia. Pedi ao Joaquim Leite, também antigo ciclista do F.C. do Porto, que reparasse a bicicleta para ficar exatamente como era em 1952. Com alguma dificuldade ele fez um trabalho excelente e a bicicleta lá está num local de destaque do nosso Museu. Depois, Pinto da Costa disse-me que quando o F.C do Porto tinha equipa de ciclismo, ele fazia questão de ir ao local onde estava a dita bicicleta e fazia uma preleção recordando Moreira de Sá que nunca envergou outra camisola que não fosse a do F. C. do Porto [Figura 17].

A sétima e última história passou-se no final de uma prova que ligava Madrid ao Porto, em que participavam os melhores dez ciclistas de Portugal e de Espanha. Na última etapa, com chegada ao Porto, Moreira de Sá estava, na classificação geral, em segundo lugar, a escassos segundos do primeiro. Alguns adeptos do Porto tiveram a ideia de, na subida da Rua João IV, derrubarem o espanhol. Isso chegou aos ouvidos de Moreira de Sá e, de imediato, fez saber que se isso acontecesse ele ficaria apeado ao lado do ciclista espanhol. Chama-se a isto grandeza de carácter.

Março 2026



Figura 15 - Luciano M Sá - in História do FC Porto, de Rodrigues Teles

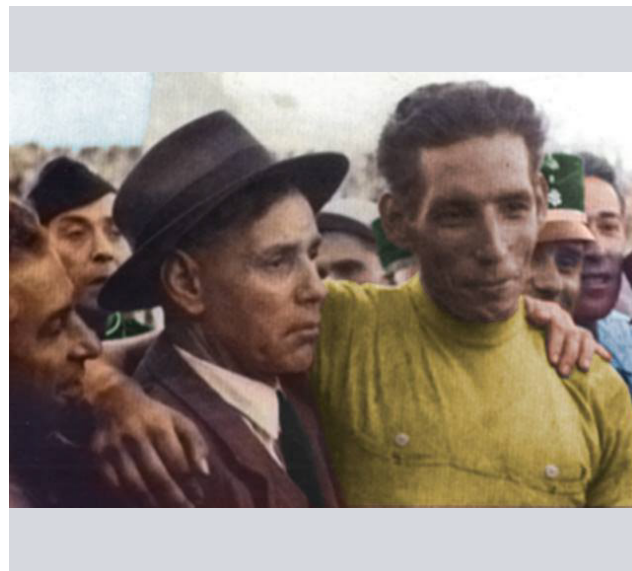


Figura 16 - Fernando Moreira de Sá com o pai



Figura 17 - A eterna ligação ao Futebol Clube do Porto



Figura 18 - Ficha de jogo SC Castêlo Maia- FC Porto



Figura 19 - Um jogo de loucos, Maia-Porto 4-5 1998



Figura 20 - António Teixeira na revista Ídolos

FUTEBOL

Posto isto, passa-se ao futebol, nesta incursão pelas ligações respetivas. Recuando a tempos remotos, dentro do possível. Assim, já por finais dos anos 30, houve encontros entre uma equipa portista e uma maiata. Tal o caso de o antigo clube União Nogueirense Foot-Ball Club (resultante da fusão de outros clubes anteriores) ter disputado o Campeonato Promocionário, no qual pela temporada de 1939/40 jogou com o FC Porto, entre os diversos clubes participantes na prova. Curiosamente por essa altura, entre os clubes que se foram formando pelas terras da Maia, em 1938 havia um Futebol Clube do Porto e Vermoim, «clube criado e inspirado no F. C. Porto²», cuja natural influência é de inspiração portista, conforme se comprova pelos equipamentos da década de 30. Volvidos alguns anos, entre novos clubes, passou a existir o Pedras Rubras, que teve nomes diversos, para finalmente se ter estabelecido como Futebol Clube de Pedras Rubras, com atividade oficial iniciada em 1950/51 - ao qual ficou ligado José Maria Pedroto (sim, o mais tarde jogador do FC Porto e por fim treinador de renome), tendo sido Pedroto um dos fundadores, já depois de se ter iniciado a jogar no FC Porto e de seguida ter ido viver para Pedras Rubras, por mudança da família³. Clube esse, que em 1954 disputou um jogo com o “FC Porto-Equipa B” no Campo Maria da Fonte, para a apresentação da equipa, a que se associou o FC Porto em virtude do Pedras Rubras ser já então Filial do FC Porto. Volvidos tempos, com a criação do FC da Maia em 1954 e ainda no mesmo ano ter sido construído seu primeiro campo de jogos, o FC Porto voltou a estar presente, dessa vez na inauguração desse Parque de Jogos da Maia, fazendo parte do programa com o jogo final de cartaz. Encontro que se seguiu ao inaugural da equipa da casa, encerrando a festa o prélio do FC Porto B diante do Salgueiros, terminado com a vitória portista por 10-1. No intervalo do jogo foi prestada uma homenagem a Artur de Sousa “Pinga”, ídolo referencial do FC Porto, com entrega duma medalha como preito dos desportistas maiatos. Tendo o FC Porto ficado com o correspondente troféu da vitória, a Taça Dr. Carlos Pires Felgueiras, entregue pelo presidente do município ao capitão da equipa portista. Mais uns anos depois, em 1959, já a nível oficial houve um jogo entre o Sport Clube Castelo da Maia e o FC Porto, esse a contar para a Taça da Associação de Futebol do Porto, realizado no “Campo do Maia” no Dia de Portugal, a 10 de junho (cujo resultado desconhecemos, havendo notícia pela ficha anterior à realização do mesmo). Cuja prova, Taça da Associação de Futebol do Porto, era a popularmente chamada Taça de Reservas (Equipas B) [Figura 18].

Décadas depois, o FC Porto realizou em 1986 o jogo de apresentação da sua equipa principal para a época de 1986/87 na Maia, por o Estádio das Antas estar em obras devido ao rebaixamento das bancadas (facto que guardamos para desenvolver mais adiante, na referência curricular do Presidente Prof. Vieira de Carvalho).

De realce, mais tarde, a presença festiva do FC Porto na inauguração de melhoramentos do Estádio Prof. Vieira de Carvalho, na Maia, a 12 outubro de 1988. Jogo com 0-0 no tempo regulamentar e o Boavista a ser derrotado pelo FC Porto, que venceu por 3-2 na marcação das grandes penalidades decisivas, com Domingos, Jaime Pacheco e Everton a acertarem na marcação dos penáltis que deram ao FC Porto a taça em disputa.

Posteriormente, uns bons anos depois, registamos a ocorrência de ter havido dois encontros entre as equipas principais do FC Porto e do FC da Maia, em eliminatórias da Taça de Portugal. Primeiro em 1998, a 14 de janeiro, na Maia, no Estádio Prof. Dr. Vieira de Carvalho, jogo que o FC Porto venceu mas após prolongamento, com o resultado final de FC Maia, 4 - FC Porto, 5 [Figura 19]. Mais tarde, em 2003, a 17 de dezembro, esse encontro já ocorreu no Porto, no estádio das Antas, com a vitória portista por 3-0.

2 Informações estas contidas no trabalho de Rui Teles de Menezes em “Futebol na Maia”, publicado na Revista da Maia de 2023.

3 Conf. revista “Ídolos-Desporto”, de julho de 1978.

Então, na Taça de Portugal de 1997/98, os maiatos estavam a fazer uma boa campanha, atingindo os oitavos-de final. Em cuja eliminatória, para glorificação do futebol, calhara no sorteio a deslocação do FC Porto ao terreno do FC Maia. A equipa ao tempo era treinada pelo ex-jogador portista Eduardo Luís, que tão boa conta deu de si, tanto que soube bater o pé e fazer uma graça, chegando a estar perto de, como se diz em futebolês, poder ter havido Taça. Ao ponto do FC Maia ter chegado a estar em vantagem por mais que uma vez e teve de ser a equipa do FC Porto, in extremis, a conseguir levar o jogo para prolongamento. Caiu o Maia e apenas aí por 4-5. Resultado feito através de golos obtidos por Damas (3) e João Paulo, pelo lado do Maia, e por Capucho, Mielcarski, Gaspar (2) e Zahovic, pelo FC Porto. Tendo a equipa do FC Porto por fim respirado desse susto, na caminhada que levaria a conquistar essa edição da Taça de Portugal no final da época.

Anos volvidos, em 2003 foi o FC Porto o anfitrião. Tendo o clube-dragão recebido no estádio das Antas⁴, na noite de 17 de dezembro, o FC Maia, da Liga de Honra nesse tempo, em jogo da 5.^a eliminatória da Taça de Portugal. Jogo que a equipa azul e branca venceu por 3-0, com golos marcados por Benni McCarthy, Maniche e Alenichev.

ANTIGOS FUTEBOLISTAS DO FC PORTO HABITANTES FAMOSOS DA MAIA

Noutro aspeto, a Maia teve, entretanto, também algo mais a ver com o futebol do FC Porto, por aí ter residido o antigo craque da bola, António Teixeira [*Figura 20*], futebolista dos anos 50, campeão nacional por 2 vezes e vencedor também de duas Taças de Portugal pelo FC Porto entre 1956 a 1959, bem como foi internacional pelas Seleções de Portugal, e depois treinador. Tal como mais tarde outro famoso se passou de armas e bagagens para a terra do Lidador, o central Fernando Freitas também ficou a viver na Maia. Sendo assim ainda residente maiato, Freitas ou o “115 do FC Porto”, foi vencedor dos títulos nacionais conquistados pelo FC Porto em 1977/78 e 78/79, e da Taça de Portugal de 1976/77, assim como também internacional pela principal Seleção Nacional.

Assim sendo, por António Teixeira ter sido residente da Maia, onde faleceu em 2003, o Município da Maia homenageou, em 2023, esse seu antigo munícipe com uma exposição pública evocativa na Galeria Comercial do Maia Jardim - "António Teixeira - Futebol, Golos e a Maia". Uma oportunidade de a terra que o acolheu e a que se afeiçoou, onde ficou a residir e viveu com a sua família, de o apresentar a muitos que já não o conheceram.

António Teixeira foi o autor do golo em Torres Vedras, em 1959, que tornou os azuis e brancos campeões nacionais no último minuto, no célebre campeonato do caso Calabote. E de permissão foi internacional, jogando pelas Seleções Nacionais A e B.

Aquando da festa de entrega das faixas de campeões de 1958/59 foi alvo de uma homenagem especial [*Figura 21*]. Havendo nesse dia, em pleno estádio das Antas, após a imposição das faixas aos campeões e distribuídas lembranças alusivas, decorrido em seguida duas homenagens, uma a António Teixeira e outra a José Pedroto. Por tal motivo na fotografia da pose da equipa, ambos estão com as camisolas de jogo, contrastando com os colegas, tendo junto a si diversos objetos recebidos, estando Teixeira junto do presidente Dr. Paulo Pombo. Recorde-se que a homenagem a Teixeira serviu como desagravo por injustamente não ser reconhecido como melhor marcador do Campeonato, e por isso não ter recebido o troféu respetivo do jornal A Bola⁵.

4 O jogo foi apresentado como o último a ser realizado nesse estádio em virtude de já estar concluído o moderno Estádio do Dragão. Mas problemas no relvado do Dragão motivaram ainda a realização de mais jogos nas Antas, sendo o último a 24 de janeiro de 2004, na recepção ao Estrela da Amadora, com vitória por 2-0.

5 Por os redatores desse jornal de Lisboa não lhe terem atribuído alguns golos que marcou como dele, que lhe dariam o 1.º lugar na lista dos goleadores da prova.

Então Teixeira nessa homenagem recebeu uma pequena bola de ouro na festa dos campeões [Figura 22]. A ocasião também foi de homenagem de despedida a Pedroto da equipa principal, apenas ficaria algum tempo no plantel portista jogando simplesmente em jogos de Reservas/equipa B, à espera de tirar o curso estrangeiro de técnico e enveredar pela carreira de treinador, como aconteceu depois.

Entretanto, em meados dos anos 50 António Teixeira passara a residir na Maia com a família e aí ganhou um gosto especial por esta terra. Tanto que ainda quando era jogador do F.C. Porto colaborou na preparação da equipa de juniores do F.C. da Maia, em 1957, na sua primeira experiência como treinador, mesmo sendo ainda jogador. Para acompanhar os jogos dos jovens, que se disputavam aos domingos de manhã, e estando ele em estágio para os jogos do FC Porto, que se realizavam de tarde, quando fossem no Porto ou perto pedia para sair para ir à missa e desse modo contornava a situação. Mais tarde, quando acabou a carreira de jogador e enveredou pela de treinador, tendo treinado diversas equipas, chegou também a treinar a equipa do FC Porto (primeiro em 1970/71 como treinador adjunto, do inglês Tommy Docherty; depois formando dupla; e, por fim, após a saída deste, em 1971 como treinador principal). Bem como também treinou o F C da Maia na época de 1987. Em cujo percurso muitas recordações ficaram, como do seu espólio faz parte uma cigarreira em prata oferecida por portistas de Águas Santas.

Igualmente sobre o antigo defesa portista Fernando Freitas esteve patente ao público, em 2025, uma exposição de homenagem a esse ex-futebolista Freitas, na Praça exterior do Fórum Maia [Figura 23]. Com efeito, Freitas foi viver para a Maia e aí continua a residir. Criou a Associação Desportiva Escola de Futebol 115, que disputa a I Divisão da AFP.

Naturalmente mais futebolistas que passaram pelo FC Porto terão residido na Maia. Como foi o caso dos internacionais portugueses, o defesa campeão nacional e europeu Inácio e do guarda-redes, agora comentador desportivo, Jorge Amaral. Ou o alto defesa Styliano, que jogou nos Juniores do FC Porto (nos seniores representou o Salgueiros). Ainda recentemente, antigos jogadores do FC Porto como Varela, Rolando e Pepe marcaram presença no Ciclo de Conversas que teve lugar na Câmara Municipal da Maia na Torre Lidador, um evento no âmbito dos 40 anos do jornal O Jogo, juntando uma relacionada exposição que reunia 40 capas marcantes da história do desporto português e essa sessão de conversas públicas.

Isto relacionado com o futebol masculino de alto nível. Mas também já existe ligação ao futebol feminino⁶.

Efetivamente, na alvorada do futebol feminino no FC Porto, ainda no tempo do projeto Dragon Force, integrou esse pré desígnio portista a jovem Beatriz Menezes, da Maia. Tendo depois, aquando do surgimento da secção do futebol feminino no FC Porto, já nos inícios da presidência de André Villas-Boas à frente dos destinos do FC Porto, a Beatriz ficou logo associada às primeiras notícias surgidas na comunicação social. Sendo que a primeira notícia da confirmação do FC Porto aderir ao futebol feminino, a sério, teve publicidade numa reportagem do jornal O Jogo, cuja cara impressa era de uma juvenzinha guarda-redes, de nome Beatriz, essa mesma da Maia [Figura 24].

Entretanto o futebol feminino no FC Porto começara a ser um sucesso imediato, como se viu na apresentação apoteótica do plantel sénior no estádio do Dragão. Na apresentação da equipa de 2024-25, também desfilaram os restantes escalões. Em cuja evolução, entre as diversas atletas, estava a mesma jovem guarda-redes Beatriz, que jogou no FC Porto nos escalões de Sub-15 e

6 Tema este referenciado no blogue “Memória Portista”, em <https://memoriaporto.blogspot.com/>, ao longo de vários artigos



Figura 21 - Entrega de faixas e homenagem a Teixeira, 1959



Figura 22 - A Bola de Ouro entregue a Teixeira



Figura 23 - Freitas na capa de duas revistas



Figura 24 - Capa do Jornal O Jogo, 18-7-2024



Figura 25 - Beatriz Menezes, época 2025-26



Figura 26 - Campeões Nacionais Iniciados, uma época só de vitórias, 1991-92

Sub-17, até que no início da época de 2025/26 acabou por mudar o rumo de sua carreira. Assim, retornou ao Sport Clube Castelo da Maia, onde já militara na época de 2022-23 e integrou de imediato o plantel das seniores do Castelo da Maia [Figura 25]. Com valorização acentuada, de modo que passou também a ser treinadora de escalões de formação, dando os primeiros passos como "Mister", naturalmente com muito para aprender e crescer, mas já com uma pegada desportiva bem afirmativa. Outras atletas como Maria Sousa ou Mafalda Pereira também transitaram do emblema do Castelo e hoje estão na equipa de sub-19 do emblema azul e branco, assim como Inês Valente, depois de muitos anos a defender o emblema castelense, integrou o plantel sénior do FC Porto na época de 2024-25, tornando-se campeã nacional da 3ª Divisão.

E não podíamos esquecer a jogadora e capitã Cláudia Lima do futebol feminino do FC Porto. A mesma começou no Folgosa da Maia. Sendo que foi a primeira jogadora contratada no projeto oficial do futebol feminino sénior do FCP e esteve desde a 3ª à subida da 2ª à 1ª divisão. A jogadora despediu-se dos relvados a 10 de maio de 2025, no último jogo do campeonato contra o Clube Albergaria, vitória das dragonas por 1-0, gol de Eliza Turner. Saliente-se o facto do mesmo jogo ter lugar no Estádio do Dragão, tendo estado presentes 9.147 espectadores. Para o ano, o 1º na Liga BPI (Primeira Divisão), Cláudia Lima fará parte da equipa técnica do treinador Daniel Chaves.

OUTRAS MODALIDADES: HÓQUEI EM PATINS, ANDEBOL, VOLEIBOL, PATINAGEM...

A família Teles de Menezes veio viver para Pedrouços em 1982, e além da presença da jovem Beatriz no futebol, encontra-se também ligada ao Hóquei em Patins azul e branco. Rui Teles de Menezes foi guarda-redes do FC Porto nas camadas jovens do hóquei patinado azul e branco – desde os Infantis em 1989, depois foi Campeão Nacional de Iniciados em 1991/92, Juvenis em 1992/93, Juniores em 1994/95 e 1995/96 e integrante da Seleção da Associação de Patinagem do Porto [Figura 26]. E o seu pai, Mário Teles de Menezes, durante trinta anos fez parte da Secção de Hóquei em Patins do clube. Era ele “o homem do cronómetro”, além de ser seccionista dos seniores [Figura 27]. Figura importante na engrenagem portista, recebeu o galardão Dragão de Ouro em 2005, além de ser sócio de mérito da Associação de Patinagem do Porto.

Também no Andebol há histórico de jogos disputados entre o FC Porto e o Águas Santas. Disputas com longo historial. Podemos referir o facto de diretamente ter havido decisão do título nacional nalguns desses muitos jogos. Como, por exemplo, em 2011 o FC Porto venceu na Maia e renovou o título nacional de andebol ao vencer o Águas Santas por 33-29, a 3 jornadas do fim do Campeonato de Andebol 1, garantindo então o terceiro título consecutivo; e também em 2012 com uma vitória sobre o Águas Santas por 30-25, o FC Porto sagrou-se campeão nacional de 2011/12, quando ainda faltavam três jornadas para o fim da fase final do Andebol. Bem como em 2021 com um triunfo frente ao Águas Santas o FC Porto selou o título na antepenúltima jornada de 2020/21, triunfando por 35-32 frente ao Águas Santas, na 28.ª e antepenúltima jornada do campeonato. Tal como em 2022 o FC Porto sagrou-se novamente tricampeão nacional de andebol, ao vencer na Maia o Águas Santas por 34-18, em jogo relativo à 29.ª e penúltima jornada do campeonato nacional de andebol. E ainda em 2019, o FC Porto fez história ao derrotar no Pavilhão Multiusos de Sines o Águas Santas por 31-30, conquistando assim a oitava Taça de Portugal do palmarés dos dragões e assegurando uma inédita dobradinha para o andebol azul e branco, após o 21.º título de campeão nacional dessa época [Figura 28].

De outras modalidades ainda houve, por exemplo, o caso de José Albino Silva Peneda (mais tarde Ministro do Governo Português) que jogou Voleibol no FC Porto. De realçar este caso do Dr. Silva Peneda, pois jogou no FC Porto, depois no CDUL e por fim, na Académica de São Mamede. Acrescendo ter sido Campeão Nacional pelo FC Porto em Seniores nas épocas de 1967/68 e



Figura 27 - Campeões Nacionais Seniores, 1998-99, equipa orientada por António Livramento



Figura 28 - Final da Taça de Portugal Andebol, 2019



Figura 29 - Quadro com as conquistas de Silva Peneda



Figura 30 - Fernanda Ribeiro, medalha de Ouro nos Jogos Olímpicos de Atlanta 1996

1968/69; e em 1969/70 foi Campeão da 2.^a Divisão de 1969/1970 pelo CDUL-Centro Desportivo Universitário de Lisboa. Como se ilustra com uma visão do seu quadro de honra desportivo, contendo emolduradas 3 faixas de campeão e medalhas diversas [Figura 29]. Com a subida honra de mais tarde ter sido distinto membro do Governo Português, com funções de Ministro e outros cargos. E, entre diversas honrarias com que foi galardoado, recebeu a Medalha de Ouro do Concelho da Maia.

Outro exemplo particular foi o caso, ainda, de Irene Moreira de Sá, filha do antigo ciclista Luciano Moreira de Sá, ter sido atleta do FC Porto em Patinagem, na sua curta vida (tendo infelizmente falecido muito nova).

Havendo mais casos, entre outros eventualmente possíveis, tais como também Gustavo Dias, guarda-redes de hóquei em patins que venceu a Taça CERS em 1994, assim como no andebol os irmãos Pedro e Marco Cunha, mais Francisco César Silva e Manuel Arezes, participante da conquista do célebre campeonato nacional de 1998-99, honraram a Maia como atletas portistas⁷. Todos nomes que passaram como alunos pela Escola Secundária de Águas Santas, assim como o professor António Cunha, ex-jogador e treinador da equipa Sénior do Andebol do FC Porto. Tendo em conta essa relação de proximidade azul e branca, a escola foi visitada por diversos jogadores do FC Porto, que compareceram a eventos relacionados com desporto. Entre exemplos, como aconteceu em 1989, com a então nadadora campeã do FC Porto Teresa Figueiras – atual diretora do FC Porto vogal na Direção presidida por André Villas-Boas. Nessa atividade o aluno andebolista Francisco César Silva ofereceu a sua faixa de campeão nacional em juniores à ESAS, faixa essa conquistada com as cores do FC Porto.

Outra ilustre do atletismo português revela uma forte ligação ao concelho maiato. Fernanda Ribeiro, a atleta portuguesa e portista mais medalhada de sempre e campeã olímpica dos 10.000 metros em Atlanta 1996 [Figura 30], mantém um profundo e histórico laço com a Cidade da Maia. Embora tenha nascido em Penafiel, a Maia tornou-se o centro nevrálgico da sua preparação desportiva e do seu legado após a competição. Aqui, além das pistas de tartan do Estádio Municipal terem servido de palco aos seus treinos, uma "segunda casa", a atleta é também a madrinha do Centro de Alto Rendimento que serve a elite do desporto nacional. Além do vínculo afectivo, estabeleceu-se uma ligação institucional consolidado pela criação da Academia de Atletismo Fernanda Ribeiro.

Mas não só atletas e treinadores na Maia. Também o conhecido médico Dr. Fernando Póvoas habita no concelho maiato [Figura 31]. Fernando Póvoas nasceu no Porto a 20 de maio de 1953 e é o mais velho de quatro irmãos. Licenciou-se na Faculdade de Medicina do Porto, no hospital de São João, com média de 18 e é especialista em nutrição e emagrecimento, fundador das Clínicas Dr. Fernando Póvoas (Porto, Lisboa e Luanda). Com vasta experiência na área desportiva, notabilizou-se também pela sua ligação ao FC Porto, recebendo o prémio Dragão de Ouro como Sócio do Ano em 2022. Ao longo de mais de 40 anos, acompanhou o Presidente Pinto da Costa, sendo uma figura bastante próxima da família. Durante o período que ocupou cargos no clube, esteve ligado ao departamento médico das camadas jovens, foi dirigente e vice-presidente do clube.

PROF. VIEIRA DE CARVALHO

O Professor José Vieira de Carvalho, histórico Presidente da Câmara Municipal da Maia, foi também sócio destacado do FC Porto, incluindo ter sido membro do órgão consultivo Conselho Superior do Clube. Sócio do FCP que por diversas vezes colaborou institucionalmente com o FC

7 in “No 50.º aniversário da ESAS-Histórias, vivências e experiências, 1989-1995”, na Revista da Maia de 2025.

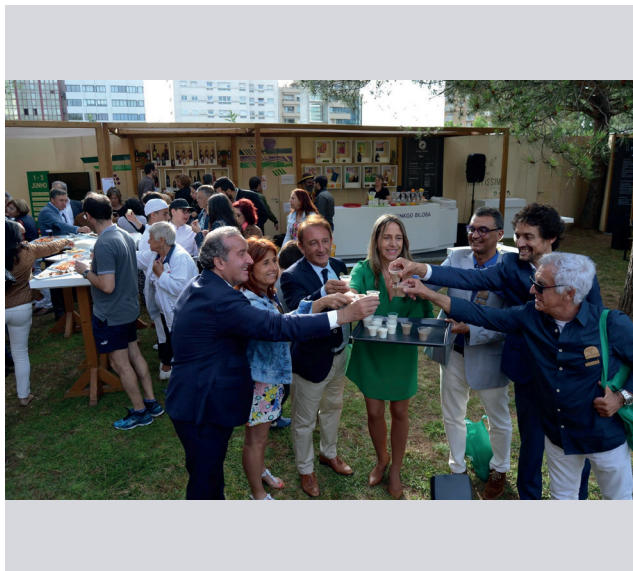


Figura 31 - Fernanda Ribeiro e Fernando Póvoas, embaixadores da Hortíssima da Maia, 2017



Figura 32 - Taça Vieira de Carvalho

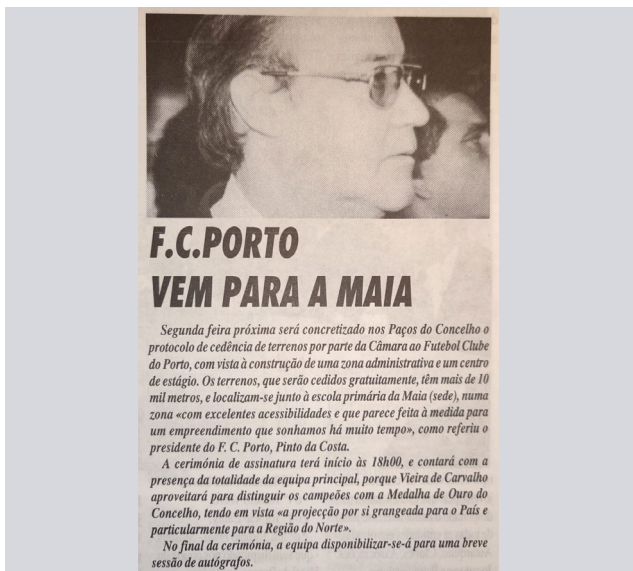


Figura 33 - Jornal da Maia, 1996

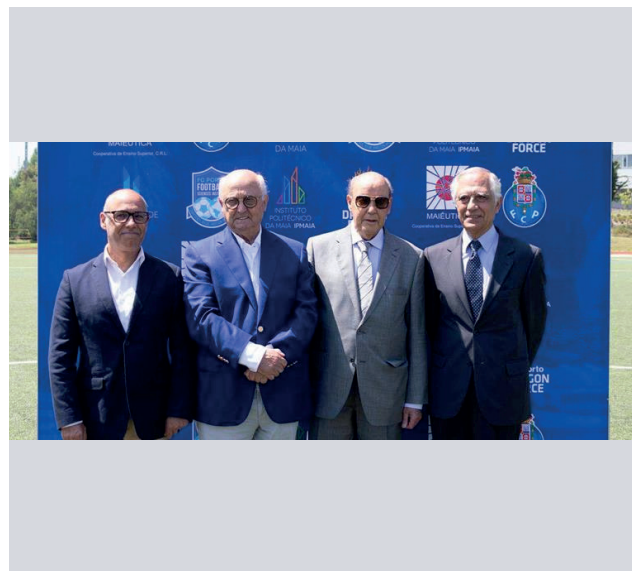


Figura 34 - Protocolo FCP-Maiêutica, 2022

Porto na cedência de instalações desportivas. Como por exemplo, em 1986, quando o estádio das Antas passava por fase de obras com o rebaixamento da cota das bancadas, para aumento da lotação; e por isso a apresentação da equipa principal do futebol portista se realizou em pleno Estádio da Maia, no dealbar da pré-época de 1986/87. Ocasão em que o Prof. Vieira de Carvalho foi homenageado com seu nome na taça que esteve em disputa nesse jogo, então incluído nas comemorações do 80.º aniversário do FCP (quando o aniversário do clube azul e branco ainda era comemorado em agosto). Troféu que o FC Porto venceu, ao derrotar o Marítimo por 4-0, levando assim a “Taça Prof. Vieira de Carvalho-Presidente da Câmara da Maia” para as Antas [Figura 32].

Anos volvidos, em 1994, a 21 de outubro, na Assembleia Geral dessa data, José Vieira de Carvalho foi agraciado com o título de Sócio Honorário do Futebol Clube do Porto. Em cuja reportagem alusiva a esse ato foi na revista Dragões (de nov.94) publicada uma nota justificativa, pela qual se recorda que já em seu tempo chegou a haver indícios da possibilidade da edificação, em terrenos da Maia, do então chamado Centro de Estágio, promessa essa da direção de Pinto da Costa que vinha de longa data (chegando até em 1996 a ser anunciada a realização de uma cerimónia de assinatura de cedência de terrenos, que ficou no papel... de jornais, apenas [Figura 33]), enquanto seguidamente andou muitos anos a ser protelada, sem ser concretizada; e, depois de ter passado à promessa da Academia Desportiva, acabou sem efeito, como se sabe. Sendo também lembradas as tomadas de posição de Vieira de Carvalho na defesa do FC Porto em diversas circunstâncias.

José Vieira de Carvalho (n. Moreira-Maia, 18 de abril de 1938 – f. 1 de junho de 2002) foi célebre autarca de grande influência no desenvolvimento e no crescimento do concelho da Maia, deputado e docente universitário, bem como provedor de instituições sociais, dirigente desportivo com diversos cargos em clubes, associações, etc. Com realce de ter sido Presidente da Assembleia Geral da Associação de Futebol do Porto e da Federação Portuguesa de Futebol, membro do Conselho Superior do Desporto e do Conselho Superior do Futebol Clube do Porto. Havendo recebido várias distinções, destacando-se entre estas a medalha de Bons Serviços Desportivos, atribuída por Despacho do Ministro da Educação.

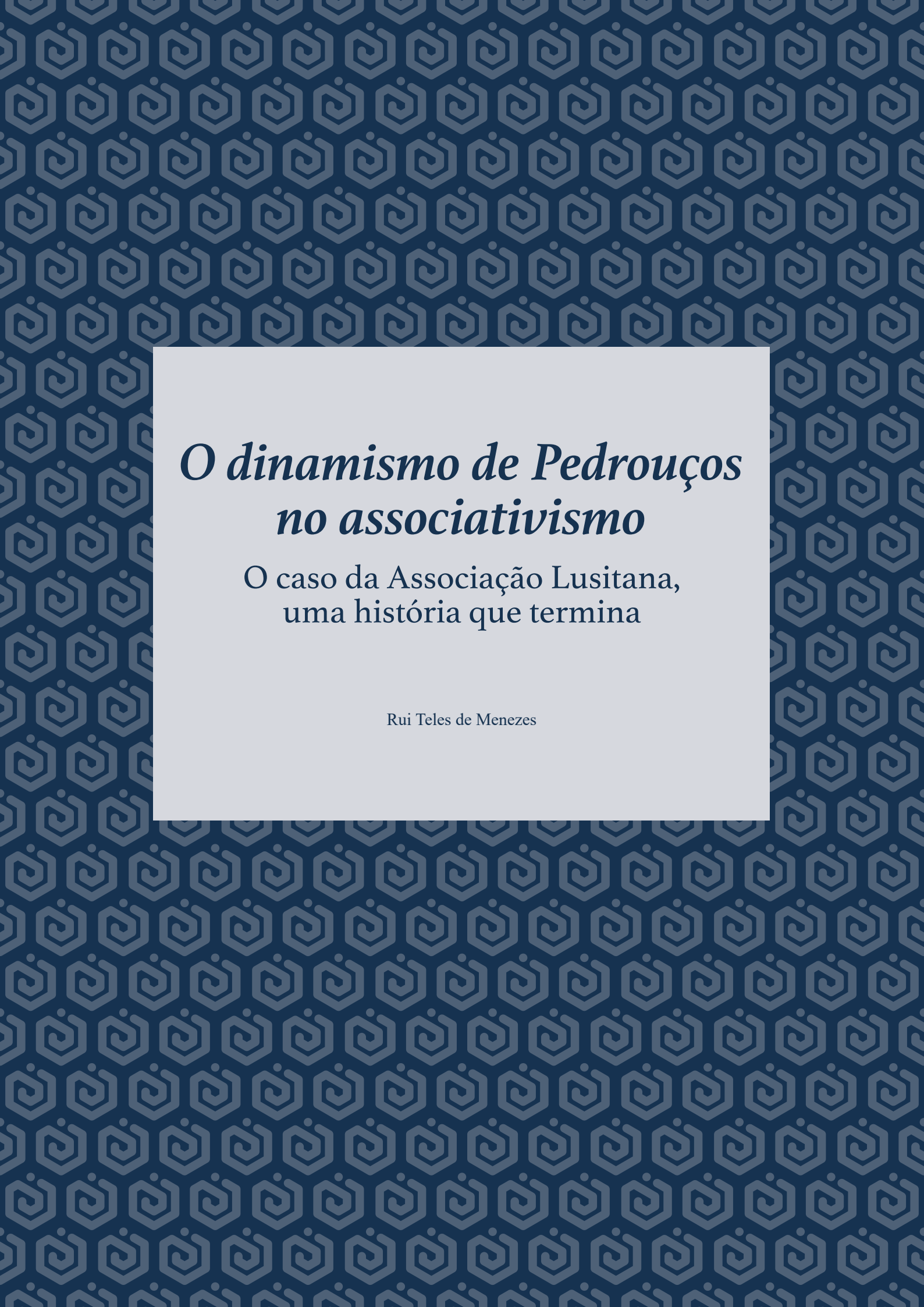
OUTROS ASPETOS DAS LIGAÇÕES DA MAIA COM O FC PORTO

As ligações entre o FC Porto e o concelho da Maia ao longo dos tempos têm sido pautadas por projetos estratégicos de infraestruturas, parcerias académicas e, mais recentemente, pela revisão de planos de formação. Contudo sem os efeitos que chegaram a ser propalados, visto o plano da Academia não ter tido pernas para andar, por motivos que vieram acima aquando da campanha eleitoral que levou à saída de Pinto da Costa da presidência do FC Porto, acabando cancelado o caso da Academia em 2024.

Entre outros factos regista-se a parceria académica, através de protocolos com a Universidade da Maia (UMAIA) e o Instituto Politécnico da Maia (IPMAIA) [Figura 34].

~~~~ ~~~~~ ~~~~

Tudo isto apenas, e já não é pouco, como exemplos dos variados itens da relação possível entre estas duas partes em apreço, na visão de alguém residente fora do ambiente urbano do Porto e da Maia, mas ciente das realidades comuns, como portista e atento ao fenómeno desportivo.



# *O dinamismo de Pedrouços no associativismo*

O caso da Associação Lusitana,  
uma história que termina

Rui Teles de Menezes



*“A noção de tempos livres surge no final dos anos 50, estando relacionada com o desenvolvimento das sociedades urbanas, em que, muito mais que nas sociedades rurais tradicionais, se estabelece a distinção entre o tempo de trabalho definido por outrem e o tempo de lazer dedicado a actividades livremente escolhidas. O termo "tempos livres" tem a sua origem na oposição entre trabalho e lazer. Em relação a adultos, poderemos considerar que as actividades realizadas voluntariamente e sem remuneração, num espaço distinto do local de trabalho, serão consideradas actividades de lazer. (...) A redução dos horários de trabalho aumentou o tempo que pode ser dedicado a estas actividades, levando ao aparecimento e diversificação de ofertas e possibilidades organizadas de escolhas culturais, recreativas, desportivas, em que se desenvolveram as chamadas "indústrias do lazer””*

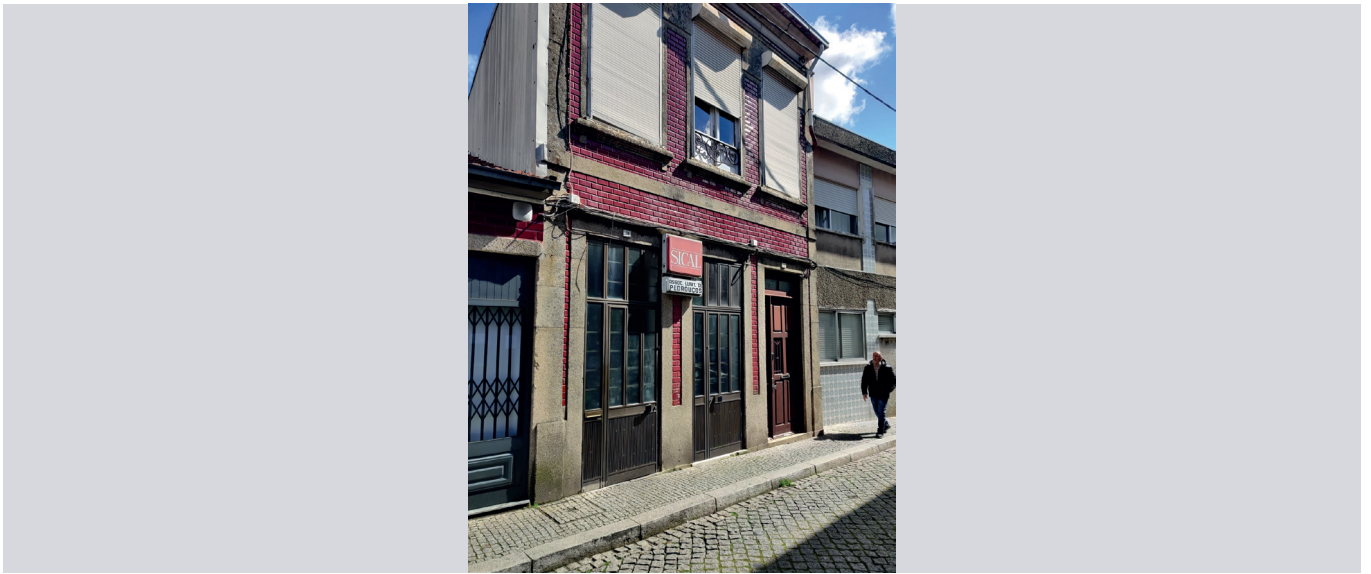
*(VILHENA, Graça e LOPES DA SILVA, M.<sup>a</sup> Isabel, in Organização da Componente de Apoio à Família, Ministério da Educação Departamento da Educação Básica - Núcleo de Educação Pré-Escolar, 2002)*

A transição das sociedades rurais para o modelo urbano-industrial não alterou apenas a paisagem geográfica, mas reconfigurou a própria percepção do tempo humano. Mudam-se os tempos, mudam-se os costumes. Esta nova realidade acima descrita é perceptível um pouco por todo o concelho da Maia entre as décadas de 30 e 50 através da constituição de inúmeras associações culturais, recreativas e desportivas. Até então, poucas singravam e eram vários os exemplos de duração efémera, que acabavam por desaparecer sem deixar grande rasto.

Águas Santas e Pedrouços são áreas férteis no contexto associativo e desportivo. E no caso da freguesia mais a norte do concelho, existem ruas que albergam duas e até três associações e clubes. A rua Artur Neves é um desses exemplos, revelador dum dinamismo e vivência que só quem lá viveu conseguia explicar. A necessidade de assunção de um carácter assistencial e espírito de entajuda nesse período revelou-se fundamental para responder às dificuldades e carências desses tempos difíceis- antes, durante e após a segunda guerra mundial; assim como pelas características do Estado Novo como regime.

Até há pouco tempo, o Grupo Dramático e Recreativo Flor de Pedrouços era a colectividade mais antiga do concelho. Criado em 1919, centrou a sua actividade no período inicial, nas áreas do Teatro e na Assistência. Como resposta aos anseios de prática desportiva da comunidade, umas ruas ao lado – na forma de uns pontapés na bola, em 1929 foi constituído o Pedrouços Atlético Clube. Não terá sido só coincidência, e assim numa pequena faixa territorial tivemos durante muitos anos a associação e o clube desportivo mais antigos do concelho.

Na atualidade, a freguesia de Pedrouços alberga as seguintes associações e clubes: Os Leais e Videirinhos, Associação Humanitária de Pedrouços, União Columbófila da Areosa, Pedrouços Atlético Clube, Juventude de Pedrouços, Associação Desportiva e Cultural de Teibas, Associação de Solidariedade Social "O Amanhã da Criança", Flor de Linho - Associação Sociocultural de Pedrouços, Associação Desportiva Recreativa de Parada. Já Águas Santas apresenta a Associação



*Figura 1 - A sede da Lusitana, do outro lado da rua ficava o Flor de Pedrouços.*



*Figura 2 - 11 de março de 2025, data de encerramento da sede*



*Figura 3 - Uma das primeiras equipas da Associação Lusitana de Pedrouços, anos 50*

Dramática e Recreativa "Os Vencedores de Sangemil", Associação Cultural e Recreativa "Os Fontineiros da Maia", Associação Recreativa "Os Bairristas do Formigueiro", Mocidade Sangemil Atlético Clube, Associação Recreativa "Os Restauradores do Brás-Oleiro", Grupo Cultural e Recreativo de Ardegães - Rancho Infantil e Juvenil, Grupo de Danças e Cantares N.ª Sr.ª de Guadalupe, Arsenal Clube da Maia, Associação de Moradores da Granja, Clube Académico de Sangemil, Grupo Desportivo de Águas Santas, Associação Atlética de Águas Santas. Fora os muitos grupos que não vingaram por razões várias.

Mas o tempo não está de feição para o associativismo. As “tradicional” dificuldades financeiras e respectivo financiamento (através da cotização, patrocínios, subsídios), a dependência do voluntariado (antigamente existiam uns carolas que financiavam os clubes e associações do próprio bolso, agora recorre-se aos pais dos jogadores para abrir os cordões à bolsa para pagamento das mensalidades, essenciais para a sobrevivência financeira), o individualismo social, a teia burocrática, a falta de modernização (deficiente comunicação e consequente má gestão dos espaços), a pressão imobiliária, a crise económica e a mudança nas mentalidades e hábitos da sociedade portuguesa são assinaláveis entraves à prossecução da actividade e levam muitas vezes ao encerramento de clubes desportivos e instituições culturais, muitos deles, autênticos locais de “peregrinação” para muitos que se identificavam por um forte sentimento de identidade regional, em zonas onde o associativismo é o principal motor da vida social. Perdem-se tradições, perde-se o convívio e o bairrismo, sofrem as relações, a sociedade e o espírito comunitário.

O ano de 2025 fez mais uma vítima ao nível das colectividades recreativas e desportivas da Maia. A Associação Lusitana de Pedrouços encerrou as suas portas e com ela uma história que se iniciou na década de 50 [Figura 1 e 2]. Infelizmente, é mais um caso idêntico ao seu antigo vizinho da frente, o Grupo Dramático e Recreativo Flor de Pedrouços, também ele desaparecido em 2022.

Voltando à Associação Lusitana, inicialmente teve a designação de Sport Lusitano de Pedrouços. As primeiras movimentações para a constituição de um grupo terão começado em 1952, mas a data de fundação oficial identifica o dia 20 de março de 1955. Nesses primeiros anos de afirmação local, salienta-se a ação de homens como Joaquim Telinhos, António Fernandes, Fernando Ferreira, Manuel Novo, Orlando Campo Grande, Manuel Palhas, Rolando Pinheiro, Armando Pinheiro e Fernando Manuel Dias [Figura 3]. Ao consultar as actas e actos de posse da Associação Lusitana até 1978, encontramos nomes que também passaram pelo Flor: os irmãos Álvaro e Orlando Campo Grande, Jorge Crespo, Adecílio Pinheiro, José da Luz Cardoso, António Carmindo Rocha, José Carlos Peixoto, Rolando Pinheiro ou Domingos Borlido.

### ***OS PRIMEIROS ANOS E MOMENTOS PARA RECORDAR***

Não existe muita informação disponível sobre a Lusitana. Como tal, socorremo-nos do pouco que sobreviveu, um arremedo de “arquivo”. Começamos pelo livro de actas iniciado em 1957 e terminado em 1978. Ainda como Sport Lusitano, entre as inúmeras reuniões, assembleias gerais e peripécias usuais em associações deste cariz, conseguimos localizar a primeira sede, inicialmente na Rua dos Combatentes nº210, passando a partir de 1969, para o nº 118 da rua Artur Neves. A primeira acta tem data de 9 de novembro de 1957. Consistiu numa assembleia geral dedicada “a assuntos imprevistos” e aí foi referido pelo associado nº34, Francisco Ferreira, que “não existiriam diretores suficientes ou capazes de enfrentar esta colectividade e que dois diretores deviam ser expulsos: o primeiro por agressões num jogo contra o grupo da Giesta a um jogador que também era diretor e outro por desconfiança de furto dentro do cofre”. Certo é que o assunto foi bastante debatido, mas acabou por não se chegar a nenhuma conclusão... A proposta de expulsão de associados por comportamentos incorrectos principalmente no bar de sede, acontecia com alguma regularidade e motivava acaloradas discussões entre os presentes nas Assembleias Gerais.





*Figura 4 - Dia de festa na Lusitana, com Orlando Campo Grande ao centro, anos 60*



*Figura 5 - Homenagem a Eduardo Costa Carvalho, 1972*



*Figura 6 - Leitura de discursos, à esquerda está Carlos Ferreira Cordoeiro*



*Figura 7 - Momento solene da cerimónia, 1972*



*Figura 8 - Mais um momento da sessão, ao fundo, os estandartes do PAC e Lusitana*



*Figura 9 - O estandarte da Lusitana a percorrer as ruas da freguesia.*



Também conseguimos identificar o associado nº1 - Manuel Joaquim da Silva e o presidente da Assembleia Geral do Sport - António Ferreira Fernandes. A Direção para a época de 1960-61 foi composta pelo presidente António Fernando Soares, tesoureiro António Ferreira Fernandes, secretários Fernando Martins Dias e António da Silva Ferreira e o vogal Francisco Amaral Teixeira. A Assembleia Geral era composta pelo presidente Manuel Joaquim Telinhos e os secretários, Serafim Moutinho da Silva e Rolando Pinheiro da Silva. Outro facto de relevo na vida da Lusitana foi a compra de uma televisão para a sede, uma novidade e atracção que modificou os hábitos e quotidiano da sociedade portuguesa de então.

Só no ano de 1965, a Associação Lusitana se organizou legalmente, pois até então tinha carácter informal, não estando registada formalmente. Pelo despacho de 1 de julho, publicado em Diário do Governo de 12 de julho, III Série nº 162, foram aprovados os seus estatutos, assim como de mais 18 pequenos clubes da zona do Porto, conforme exarado pelo Director Geral, Armando Rocha [Figura 4]. A maioria das assembleias realizadas anualmente eram dominadas pela constituição de listas para os órgãos sociais, muitas vezes marcadas por demissões e cooptações de forma a colmatar os abandonos ou a falta de tomada de posse para os cargos designados. Outro motivo de polémica era a suspensão ou irradiação, consequência motivada por comportamentos menos próprios (violência, excesso de álcool, desvio de fundos).

A 14 de maio de 1972 foi organizada pela homenagem a Eduardo Costa Carvalho, incluindo missa na Igreja de Nossa Senhora da Natividade e beberete na sede, com a presença do Presidente da Junta de Águas Santas, Carlos Cordoeiro, Orlando Campo Grande, demais associações e grupos entre as quais o Pedrouços Atlético Clube, sendo visível em fotografias os participantes ostentarem, talvez, os seus melhores trajes domingueiros [Figura 5, 6, 7, 8 e 9]. Outra figura de relevo da Lusitana foi Armando Pinheiro, considerado um grande animador do grupo, tendo a seu retrato figurado na pequena sala de Direção.

A 24 de fevereiro de 1973 defrontaram-se no campo do Cruz, as equipas de futebol de 11 da Lusitana e do Monte Aventino, com vitória do adversário por 5-1. Ao longo desse ano mantiveram-se desafios com outros grupos – Vitória do Porto, CF Barreirenses, Nautilus, Miragaia FC, S. Roque, Vitória de Campanhã, Lameirense, Paraíso da Foz, Ribeirense FC, S. Vitor, Azes Valboenses, Musas e Benfica, Juventude de Lordelo, Portuguesa de Leça e o Pinheirense. Em 16 jogos o saldo não foi famoso, 13 derrotas, 1 empate e apenas 2 vitórias. A Lusitana apresentou como jogadores: Bernardino, Sampaio, Toninho, Linhares, Fernando, Magalhães, Felgueiras, Ilídio, Azevedo, Costa, Manuel, Azevedo, Nita, Rolando Pinheiro, Coutinho, Serafim, Claudino, Hélio, Hercou, Zé Luz entre outros. Quando a Lusitana actuava na qualidade de visitado, o campo utilizado era o do Pedrouços Atlético Clube.

Em abril de 1976, além da aprovação dos novos corpos gerentes para o ano de 1976-77, no capítulo da aprovação do relatório de contas, foi referido que “o saldo existente de 27 58\$60 não correspondia à realidade pois um associado era devedor de 20 437\$10, dinheiro esse que teria sido desviado para proveito próprio”. O acusado respondeu “que a sua dívida perante a associação seria paga com o esforço do seu trabalho lamentando que o assunto fosse divulgado perante a assembleia”. Essa assunção de culpa mereceu da parte do associado Mário Fernando uma especial atenção, pois o mesmo propunha-se a trabalhar em conjunto com o devedor para que a remuneração devida pelo seu trabalho servisse na liquidação da dívida do seu companheiro. Tal acto mereceu um voto de louvor ao sócio Mário Fernando, aprovado por maioria. Também foi abordada a questão do pagamento de uma verba a um atleta acidentado ao serviço do clube, uma atitude que o clube não teria efectuado com outros atletas na mesma situação. Essa disparidade estaria relacionada com atrasos no pagamento de cotas desses atletas, muitas vezes por períodos prolongados.

Outro ponto que motivou inúmeros conflitos ao longo dos anos estava relacionado com a existência da sala de jogos, segundo alguns, um espaço que motivava discussões inúteis e não servia os interesses da colectividade. Essa ideia era depois rebatida outros associados, “que faziam ver que os jogos não dão prejuízo à Lusitana, e que o clube não é moralmente responsável pelo prejuízo que advém de quem joga pois não chama ninguém para o fazer”. Aliás, a sede do clube devia estar mais tempo aberta para assim aumentarem os proveitos arrecadados pelo bar. António Ferreira Fernandes aludiu sobre esta questão, dizendo que estes jogos podiam prejudicar moralmente a associação, tendo mesmo repercussão nas imediações, passando uma ideia de má fama. Posta à discussão, a mesma foi reprovada por maioria e a sala de jogos manteve-se em funcionamento.

Após alguns dias de indecisão, o associado Alfredo Franklin Fernandes propôs uma lista que foi aprovada só com uma abstenção e o impasse foi ultrapassado. Os novos corpos gerentes para o ano de 1976 eram agora compostos da seguinte forma:

#### **Assembleia Geral**

Presidente: Adecílio Joaquim Pinheiro

Primeiro secretário: José da Conceição Pereira

Segundo secretário: Artur Moreira de Barros

#### **Direcção**

Presidente: Orlando José Campo Grande

Vice presidente: José da Luz Cardoso

Tesoureiro: Domingos Ferreira dos Santos

Primeiro secretário: José Carlos Barbosa Peixoto

Segundo secretário: Fernando Martins Dias

Vogal: Manuel Ferreira dos Santos

Segundo vogal: Carmino Rocha

#### **Conselho Fiscal**

Presidente: António Ferreira Fernandes

Secretário: Manuel Ferreira Moutinho

Relator: Virgílio Mendes Guerra Carrapatoso

#### **Conselho Fiscal**

Chefe: António Fernando Ferreira Soares

Primeiro vogal: Domingos Martins Veloso Borlido

Segundo vogal: António Delgado Ribeiro

Depois de eleitos, o presidente da mesa usou da palavra para censurar e “lamentar a forma como a Assembleia se portou nas sessões atrás, com comportamento pouco digno, o que disse não estar habituado, fazendo votos para que de futuro tudo corresse na melhor ordem”. Talvez um sinal dos tempos conturbados que se viveram no pós-25 de Abril. O passo seguinte foi a constituição de uma comissão “pró-obras”, incluindo arrecadar verbas e ser capaz de coordenar e fiscalizar as ditas obras na sede. Face ao aumento do custo de vida foi proposta a actualização do preço do café, que passaria para 4\$00 assim como o aumento das cotas. Mas tais questões não seguiram avante por não constarem dos pontos da Assembleia.

Em janeiro de 1978 foi recebida uma comunicação da senhoria que pretendia aumentar o aluguer da sede para 2000\$00, mais uma dor de cabeça para a nova Direcção. Nesta altura já era aventada a possibilidade de extinção da secção de futebol. Seguiu-se um período de indecisão directiva pois sucederam-se as Assembleias Gerais sem que se conseguisse “fumo branco” sobre quem assegurasse os destinos da Lusitana.

Só em fevereiro, depois de muitas “chapas” e acaloradas discussões se chegou a um consenso quanto ao novo elenco.

#### **Assembleia Geral**

Presidente: Fernando Martins Dias  
Primeiro secretário: Vitorino Torres Morais  
Segundo secretário: Adão dos Reis Teixeira

#### **Direcção**

Presidente: Valdemar da Silva Nogueira  
Vice presidente: Joaquim Barbosa  
Tesoureiro: Manuel Ferreira Moutinho  
Primeiro secretário: Álvaro Campo Grande  
Segundo secretário: Ângelo Teixeira Araújo  
Vogal: António Trindade Pereira Cardoso  
Segundo vogal: Rui Manuel Sonié Águeda  
Terceiro vogal: Marco Fernando Teixeira  
Quarto secretário: José Oliveira Abreu

#### **Conselho Fiscal**

Presidente: Domingos Ferreira dos Santos  
Secretário: António Torres Morais  
Relator: Armando Pinheiro da Silva

#### **Conselho Fiscal**

Chefe: António Fernando Ferreira Soares  
Primeiro vogal: Domingos Martins Veloso Borlido  
Segundo vogal: António Delgado Ribeiro

No final do ano de 1978, numa longa Assembleia Geral Extraordinária, repleta de incidências, destacamos a extinção da comissão de fundos para obras depois de muita polémica, a questão da das direcções paralelas existentes na colectividade, nomeadamente, a pesca, e por fim, o tão desejado aumento de cotas: 15\$00 para homens, 7\$50 para senhoras e 7\$50 para menores até 15 anos. Depois de aprovada por maioria, segundo o relato do presidente da A.G. Fernando Martins Dias, vários associados “sem que lhes fosse dada qualquer autorização, principiaram por tomar atitudes de desrespeito perante a Assembleia, tornando difícil poder prosseguir com a mesma, pelo que o Presidente da A.G. determinou a suspensão da mesma, não tendo marcado o seu prosseguimento”, encerrando a mesma eram 2:30 da manhã.

Ao longo das décadas, a atividade da Associação Lusitana passou por modalidades como o futebol de 11 (jogado em campos emprestados ou alugados), futebol de salão, atletismo, pesca desportiva, cicloturismo e mais recentemente futsal, onde chegou a estar inscrita na Associação de Futebol do Porto e na Liga da Maia [Figura 10]. O atletismo iniciou-se em 1968 e a pesca desportiva em 1977-78. Algures terá sido praticado boxe de modo informal, pois encontraram-se luvas antigas assim como fotografias de uma partida realizada, presume-se, na antiga sede dos Leais e Videirinhos, local já desaparecido em virtude de um grande incêndio ocorrido em 1996.

### ***DIFICULDADES, AMADORISMO MAS PERSEVERANÇA***

Como clube amador que era, a Lusitana não dispunha de instalações próprias para a competição desportiva (campo de futebol) e embora tenha praticado desporto de forma organizada no seio da Associação de Futebol do Porto (integrou essas provas que se iniciaram em 1964-65), a grande



*Figura 10 - Presença em torneio de futebol de salão, anos 80*



*Figura 11 - Mais uma equipa da Lusitana, anos 90*



maioria das provas em que participou foram jogos informais ou pequenos torneios. Sempre com muitas dificuldades e poucos recursos financeiros, lá conseguiam inscrever os atletas a muito custo, mas o objectivo principal passava por ter uma sede digna, com o mínimo de conforto e ofertas – tv, jogos e até chuveiro para banhos, gratuito para sócios e pago para não sócios. Estas iniciativas demonstram o espírito de ajuda ao próximo numa zona algo desfavorecida do concelho, já na fronteira com a Areosa e Estrada da Circunvalação, mas de grande tradição assistencial, na senda do que também acontecia no vizinho Flor e nos mais distantes Os Restauradores do Brás-Oleiro.

A Associação Lusitana fazia gáudio de se apresentar como sido o primeiro clube do concelho da Maia a jogar no futebol amador, tendo até vencido em 1965 o troféu de Disciplina. Consta que terá conquistado o primeiro Campeonato Amador da Associação de Futebol do Porto, mas foi perdido na secretaria devido à inscrição incorreta de um jogador. Entre as competições mais relevantes em que participou, destaca-se: no âmbito da AFP, no Futsal, época 1989/99 – Subida da III à II divisão; em 2000/01 – 2ª classificada – subida à I divisão e em 2005/06 – Subida à Divisão de Honra. Já na Liga de Futsal da Maia, na II Divisão, a conquista do Troféu da Disciplina em 2008/09, o 2º lugar da III Divisão e subida à II divisão – 2010/11 e em 2012/13 foi campeão da III divisão. Já na Pesca Desportiva, salienta-se o 1º lugar no Concurso Internacional da Póvoa de Varzim na categoria Juvenil, em 1976.

### *A RELAÇÃO COM A VIZINHANÇA*

Como era tradição e regra de bom tom entre colectividades, a Associação Lusitana convidava as suas congéneres do concelho por ocasião dos aniversários. O facto de viverem quase paredes-meias, originava que muitos dos sócios e directores da Lusitana repetissem essa qualidade no Flor. Não raras vezes, quando por qualquer motivo se “chateavam”, atravessavam a rua e transferiam-se para a porta da frente. Quando também ocorriam bailes, festas e eventos teatrais, a rua ganhava outro movimento e o comércio agradecia.

Por exemplo, a 14 de maio de 1972 a Lusitana recebeu a visita institucional do Flor de Pedrouços. Mas por vezes aconteciam “desencontros” até pela proximidade das sedes, uma em frente à outra, separadas por uma estrada de três metros – a rua Artur Neves. Um exemplo desse mau estar aconteceu em 1983, por um ofício de alta censura remetido pelo Flor à Associação Lusitana.

A regra de bom relacionamento no associativismo prevaleceu, até pela autonomia de Pedrouços. Nesse ano de 1985, pelas comemorações da “independência”<sup>1</sup> a 20 de julho, entre várias iniciativas, teve lugar um desfile das colectividades a partir da rua Artur Neves, onde estiveram presentes com os seus representantes e estandartes as seguintes associações: Flor de Pedrouços, Pedrouços Atlético Clube, Leais e Videirinhos de Pedrouços, União Columbófila da Areosa, Lusitana de Pedrouços, Juventude de Pedrouços, Associação Humanitária de Pedrouços, Cosmos Futebol Clube, Argentinos Futebol Clube, Grupo Desportivo 9 de Abril e Grupo Excursionista “Virados ao Futuro”.

Em 1986, o Flor decidiu oficializar as colectividades da freguesia de Pedrouços para se deslocarem à sede para uma reunião sobre as ditas Comemorações, para se saber com quem poderiam contar. Estiveram presentes: o NAP - Núcleo de Atletismo de Pedrouços, Tropical Futebol Clube, Comissão de Moradores de Pedrouços e Associação Lusitana de Pedrouços. Foi acordado o total envolvimento dos presentes e pedido auxílio à Junta de Freguesia de Águas Santas, do qual não resultou nenhuma ajuda por indisponibilidade financeira da mesma Junta. Já a nova Junta de Pedrouços não poderia contribuir por ainda não ter consignadas verbas para estas iniciativas. As

---

<sup>1</sup> Desanexação de Águas Santas e constituição da nova freguesia de Pedrouços, na altura, a 17ª do concelho da Maia.



*Figura 12 - Parte do espólio da Associação Lusitana*



*Figura 13 - Estandarte da colectividade que acompanhou o grupo em cerimónias e eventos*

despesas seriam então repartidas por todas as colectividades. A Columbófila da Areosa não poderia participar devido a coincidir com os seus campeonatos. Os Leais de Pedrouços também ficariam de fora por não se encontrarem directivamente preparados para esta iniciativa. Ou seja, todos a fugirem “com o rabo à seringa”, como se costuma dizer.

Como prova da normalização das relações, nesse mesmo ano, a 12 de julho, o Flor realizou um espectáculo gratuito nas suas próprias instalações a favor da Associação Lusitana de Pedrouços. Em março de 1987, a Lusitana recebeu a visita do Dr. Vieira de Carvalho, uma oportunidade para o Presidente da Câmara se inteirar das obras realizadas e apoiadas pela edilidade, assim como os projectos idealizados pela Direção.

No jornal da Maia de 25 de outubro de 1990, segundo o relato de José Faria é descrita a visita do vereador da Câmara Municipal, Dr. Dias Leitão, às instalações da colectividade, a convite dos diretores. A intenção do clube passava por reatar novamente a pesca desportiva assim como a realização de uma prova de cicloturismo. Orlando Campo Grande afirmava que entre as realizações do momento, a primazia seria a Meia Maratona de Pedrouços em atletismo e o Torneio de Futebol inter-freguesias com a colaboração da Junta de Freguesia de Pedrouços [Figura 11].

A aposta no atletismo era visível pela participação do atleta Álvaro Campo Grande na Maratona dos Descobrimentos Portugueses, em Lisboa, sendo este o único maiato inscrito a custas da Lusitana de Pedrouços. No final do ano estava prevista a distribuição de prendas na tradicional Festa de Natal, momentos esses documentados em fotografias que encontramos no “arquivo” da associação.

A 31 de março de 1992, foi aprovado um aumento de cotas por unanimidade, passando os homens a pagar 75\$00 e mulheres 50\$00, reformados e crianças até 12 anos estavam isentas. Em 1999, foi decidido proceder à aquisição de uma viatura Toyota Dyna. Anos mais tarde, a Associação Lusitana de Pedrouços convidou o Flor para o seu aniversário de 2003. As bodas de ouro foram comemoradas em 2005 e tiveram a presença do Presidente da Câmara Municipal, Eng. Bragança Fernandes, numa cerimónia ocorrida a 20 de março e onde foi descerrada uma placa na sede para imortalizar a data.

Por ocasião do aniversário do Flor de Pedrouços de 2006, a edilidade maiata, por intermédio do Presidente Eng. Bragança Fernandes, anunciou a intenção de comprar os edifícios que serviam de sede ao Flor e à União Columbófila. O objectivo desta obra, de resto já proposta por Vieira de Carvalho, seria unir estas duas colectividades e ainda uma terceira - a Associação Lusitana de Pedrouços, numa mesma sede. Na ideia de Francisco César, a união seria uma realidade possível: - «Se se fizerem as obras vão deixar de haver três colectividades para haver uma só. É preciso que cada colectividade fazer uma assembleia-geral para os sócios decidirem o futuro. Haverá os respectivos departamentos, numa só colectividade e com uma só direcção. É este o meu pensamento de como funcionará no futuro esta casa». Esta fusão nunca acabou por avançar.

A Associação Lusitana de Pedrouços continuou de portas nas mesmas instalações do outro lado da rua e a Associação Columbófila da Areosa, fundada em 1931, transferiu-se para novas instalações cedidas pela Câmara, deixando o edifício da Rua dos Combatentes nº11. Já utilizando a nova designação, UCRAM - União Columbófila E Recreativa Areosa Maia, passou a ocupar o nº 577 da rua António Simões, também em Pedrouços.

A boa relação entre a Associação Lusitana e a Câmara Municipal já vinha de anos anteriores, pois até Orlando Campo Grande, na época Presidente da Direção marcou presença num jantar de homenagem ao Dr. Vieira de Carvalho, o que se traduziu num custo de 2000\$00 para a Lusitana.

## *O DINAMISMO POSSÍVEL*

Tantos anos de actividade traduziu-se num número significativo de taças, troféus e galhardetes arrecadados e que constavam numa vitrine e na sala de reuniões da sede [Figura 12]. Entre as medalhas que encontramos, destaca-se uma curiosa com a inscrição “Oferta dos três directivos da Secção Pesca ALP 1976-77-78”. Nas fotografias esquecidas nas gavetas, identificamos presenças no pavilhão do Académico Futebol Clube e no pelado do Pedrouços Atlético Clube, em futebol de salão e futebol de 11 respectivamente.

Na década de 80, a pesca desportiva foi uma modalidade bastante acarinhada, estando o clube inscrito na Associação Regional do Norte, conforme se comprova pelos registos de vários atletas assinalados pelo responsável José Bento Faria Peixoto. No ano de 1982 marcaram presença em provas como Inter Clubes Tâmega, 25 de Abril, Concurso Padroense FC, Clube de Pesca e Caça de Freamunde, Clube Castelo de Paiva, União de Paredes, FC Penafiel, Casa Pesca de Amarante e de Mesão Frio, Concurso Outono Molhe Sul e Circunvalação Praia, Rio Ave. Chegaram mesmo a levar 21 participantes em algumas destas competições. No ano de 1984, o saldo da secção foi positivo de 7626\$00, registando 23234\$00 de despesas e 30860\$00 de receitas, conforme registado por António Rui Rocha. Em 1987, os dois directores responsáveis pela secção foram José Carlos e António Fernando.

No atletismo, a 9 de novembro de 1980 estiveram na VI Meia Maratona de Atletismo da Nazaré. Em reunião de Direção, a 3 de maio de 1986, decidiu-se suspender a prática do futebol na época 86-87, de forma a poder-se custear arranjos na sede. Também nesta altura foi aventada a possibilidade de instalação de uma biblioteca no clube, juntamente com a proibição de jogar o “garujo” na sede. Este jogo seria com certeza, um foco de destabilização entre os associados e clientes do bar. Em 1990, as secções activas eram o futebol, atletismo, pesca e cicloturismo.

Nesse ano marcou-se presença no Dia da Liberdade/25 de Abril, organizado pela Junta de Pedrouços, assim como em 1995, num torneio de futebol e de dominó. Em 1996, o 25 de Abril foi celebrado na Lusitana através de um torneio de cartas e bilhar e no ano seguinte organizou-se uma prova de pesca. As provas de pesca, sem grandes custos, repetiram-se em 97, 98 e 99, à boleia do motivo revolucionário. Como forma de apoio financeiro, a Junta de Freguesia de Pedrouços e a Lusitana assinaram um protocolo de cooperação no qual disponibilizava as suas equipas de futebol para realizações que a Junta levasse a efeito, recebendo em contrapartida a verba de 50 000\$00 relativa ao ano de 1998.

## *A ENTRADA NO SÉC. XXI*

Segundo notícia do Jornal da Maia, a 23 de dezembro de 2001 aconteceu a Festa de Natal da Lusitana, evento onde foi possível reunir sócios, familiares, pescadores e clientes do café. Procedeu-se à tradicional distribuição de presentes por todos os filhos de sócios até aos 10 anos, assim como aos “jovens” com mais de 70 anos. Também foram distribuídos os troféus relativos às competições de pesca, que segundo Ângelo Araújo, os apelidava de “os admiradores e defensores da natureza”. Os três primeiros classificados no campeonato de mar foram, respectivamente: Ângelo Araújo, Manuel Reis e Jorge Rocha. Já no campeonato de rio interior, a classificação ficou assim ordenada: Jorge Rocha, Fernando Moreira e José Lúcio. Um dos anseios da Lusitana seria o alargamento da secção de pesca desportiva para a faixa juvenil. Em 2002, voltaram a organizar mais uma prova de pesca pela passagem do 47º aniversário da coletividade.

---

2 Evento que decorreu de 29 de agosto a 5 de setembro na Alameda da Granja. Envolveu um elevado número de Associações Desportivas do Concelho da Maia, tendo sido cedido um stand 3x3 onde cada uma promovia a sua instituição, organizava actividades e podia angariar fundos. Movimentou 40 colectividades e a organização esperava ter mais de 30 mil visitantes.



A Associação Lusitana esteve presente na 3ª Feira do Desporto da Maia em 2009<sup>2</sup>, que ocorreu entre 29 de agosto a 5 de setembro, em Águas Santas, junto às piscinas municipais. Esta organização da Câmara Municipal da Maia visava dar a conhecer os clubes que participavam nas provas de futebol e futsal dos Campeonatos Distritais da Associação de Futebol do Porto [Figura 13].

Por ocasião do 55º aniversário, a 21 de março de 2010 teve lugar um jogo de futsal de veteranos com uma equipa do Futebol Clube do Porto. No ano seguinte, a Associação Lusitana participou na Liga de Futsal da Maia, onde venceu pelo menos um jogo, contra o AC Teibas. A participação nessa prova repetiu-se nas épocas 2012-13 e 13-14, sendo delegados aos jogos, Jaime Amorim e José Manuel Gomes e como treinador, António Manuel Fernandes. Em março de 2022, a Associação Lusitana ainda disputava a série B da Liga de Futsal da Maia, juntamente com clubes como A.S.C do Monte das Pedras, G.D Leões da Guarda, Desp. Barca F.C., Mocidade Sangemil A.C, A.R.D Parada e o G.C.D Silva Escura. Depois de cair para a Fase de Manutenção, a Associação Lusitana classificou-se em penúltimo lugar. O vencedor da competição foi o Juventude de Gueifães.

Ao mesmo tempo, a sede da Lusitana manteve-se aberta a muito custo, em grande medida pela acção de Ângelo Araújo que explorou o bar durante muitos anos. Entre petiscos, cafés, alguns copos, leitura de jornal, partidas de dominó, sueca e bilhar na cave, a vertente desportiva e associativa foi caindo lentamente. Até a antiga camioneta do clube, conseguida a muito custo para as deslocações terminou “abatida” devido ao peso dos anos. A colectividade nos últimos anos foi liderada por José Carlos Peixoto e na Assembleia Geral o cargo de presidente era exercido por Rui Óscar Lopes Navarro. Em virtude da dificuldade de recrutamento efectivo de membros para os corpos sociais, muitas vezes as pessoas designadas não exerciam verdadeiramente essa função e o nome só constava para as actas. Esse notório vazio directivo e afastamento dos directores aliado à inexistência de pagamento de cotas (nos últimos anos não havia quem as cobrasse), juntamente com a dificuldade em encontrar órgãos sociais disponíveis e ausência de associados, levou a que a actividade se limitasse à abertura da sede como café, o negócio do «tabaco», beber umas cervejas, jogar umas cartas ou uma partida de bilhar para meia dúzia de pessoas, quase todas de idade avançada. E como tudo acaba, eis que a Associação Lusitana de Pedrouços deu o último suspiro em março de 2025.

#### **BIOGRAFIA E FONTES**

VILHENA, Graça e LOPES DA SILVA, M.ª Isabel (2002) - in Organização da Componente de Apoio à Família, Ministério da Educação Departamento da Educação Básica - Núcleo de Educação Pré-Escolar

Desporto Associativo Maia (2005) - José Pedrosa... [et al.]. - 1ª ed. - Maia: Departamento de Fomento Desportivo da Câmara Municipal da Maia.

[https://fut-porto-distrital.blogspot.com/2009/08/3-feira-de-desporto-na-maia\\_30.html](https://fut-porto-distrital.blogspot.com/2009/08/3-feira-de-desporto-na-maia_30.html)

<https://www.cm-maia.pt/viver/desporto/associativismo/associacoes-coletividades-desportivas/poi/associacao-lusitana-de-pedroucos>  
Jornal da Maia



*Notas de Leitura,  
eventos e investigação*

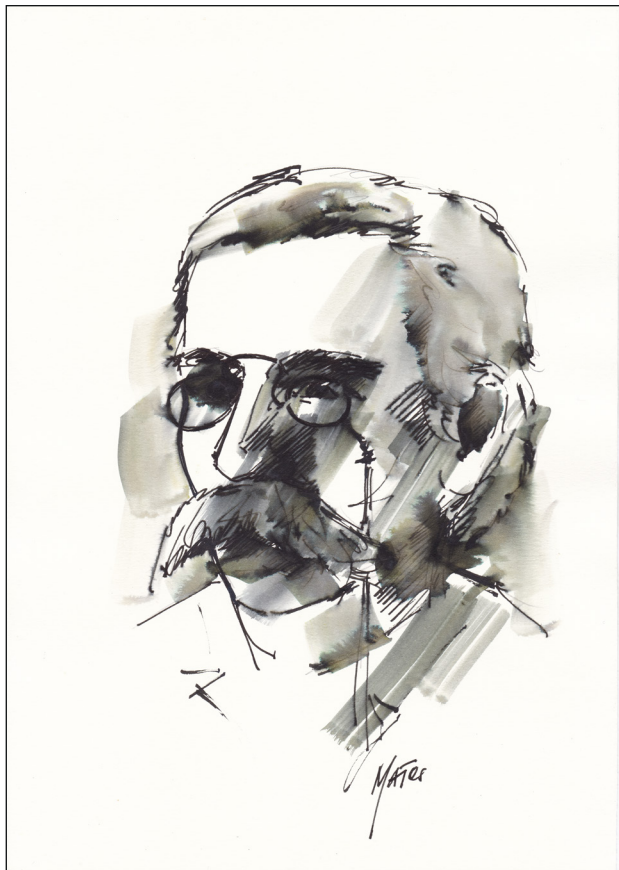
*O trabalho de síntese e divulgação sobre o que se escreve acerca do concelho da Maia é fundamental para transformar o património bibliográfico em conhecimento vivo e acessível. Ao destacar as ideias centrais de livros e artigos, cria-se uma ponte entre a investigação académica e o cidadão comum. A preservação da identidade maiata também se manifesta através de novos formatos que aproximam a história da comunidade, desde o contacto direto em exposições até à linguagem dinâmica do vídeo, onde abordagens concisas sobre temas maiatos cativam a atenção dos apaixonados pela História e não só.*

*Por fim, a Maia apresenta-se como um concelho que aposta fortemente na cooperação entre o ensino, a ciência e a comunidade, transformando o território num laboratório vivo para estudantes e investigadores.*

*Ao cruzar o rigor da investigação com a proximidade da divulgação, estas iniciativas não só preservam o passado, como capacitam o presente. Mais do que registar factos, é o fornecimento de ferramentas que alimentam o espírito crítico e fortalecem o sentimento de pertença.*

## “Camilo e a Maia”

José Maia Marques



Mais um livro a versar sobre a Maia e a ligação a um escritor de referência na literatura portuguesa. Fez-se luz sobre a obra “Camilo e a Maia” da autoria de José Maia Marques, com ilustrações de Júlia Pintão, numa edição da Fundação Gramaxo.

A apresentação teve lugar a 6 de julho de 2025 e decorreu na XIX Feira do Livro da Maia. Aí, o autor procedeu aos agradecimentos a todos os envolvidos na elaboração da obra, assim como aos que tiveram a capacidade de o influenciar ao longo dos 30 anos que levou a concluir este estudo. O comentário ao livro foi realizado pela Prof. Doutora Isabel Ponce de Leão, Prof. Catedrática na UFP e investigadora na Universidade Aberta e Universidade do Minho.

Sobre o livro, podemos concluir que as relações entre Camilo e a Maia vão muito para além do pano de fundo de algumas cenas das suas obras. Camilo relacionou-se com maiatos (Dr. José Andrade Gramaxo) ou com habitantes da Maia (Padre Santana, Abade de Barca e José Cardoso Vieira de Castro, da Quinta do Mosteiro de Moreira). E falou de outros com quem, obviamente, não se relacionou (Gonçalo Mendes da Maia e Paio Mendes da Maia).

*Camilo e a Maia*  
José Maia Marques  
Edição: Fundação Gramaxo  
ISBN: 978-989-35663-2-9  
Depósito Legal: 550028/25



Protagonizou vários episódios (na antiga freguesia de Barca e na vizinha Estalagem da Ponte da Pedra). Aqui estavam alguns dos alvos da sua feroz veia crítica (Maria Peregrina de Sousa e os Brasileiros da Maia). Da Maia descreveu usos, costumes e tradições. Aliando a geografia às pessoas, compôs «A Flor da Maia», inserido no seu volume Quatro Horas Inocentes. Foram bastantes positivas as referências que fez às mulheres da Maia. Daí a razão de ser deste livro.

O livro é composto por quatro blocos: Introdução, Gentes da Maia, Coisas da Maia e Episódios Vários. No final, ainda inclui um pequeno estudo sobre a Flor da Maia, e a publicação integral do conto.

*Rui Teles de Menezes*



## ***“Afurada e a cor das memórias”***

**Cátia Oliveira, Catarina Montenegro  
e Ana Leite**



Partindo da descrição da Afurada, localidade de Vila Nova de Gaia fortemente ligada à tradição piscatória, este livro infantil conta uma história que permanecia escondida e esquecida num álbum de fotografias de um antigo pescador. O acontecimento incide sobre a chegada à Igreja da Afurada de um conjunto de nove imagens em madeira realizadas pelo escultor maiato Altino Maia.

Assim, da Ribeira até ao Cais da Afurada, seguiram em nove barcos as seguintes imagens: Sagrado Coração de Jesus, Santa Ana Mestra, Santa Inês, Santa Luzia, S. José, Santo António, S. Pedro, S. João Batista e Nossa Senhora de Fátima. Mais tarde, foi elaborada uma nova imagem, um Cristo que ocupou o lugar central da igreja, em cima do altar-mor.

*Afurada e a cor das memórias*  
Texto: Cátia Oliveira, Catarina Montenegro  
Ilustração: Ana Leite  
Edição: Afrontamento  
ISBN:978-972-36-2061-0  
Depósito Legal: 531120/24

Como refere a sinopse de apresentação da obra, este livro descreve “um momento único e especial para a comunidade de S. Pedro da Afurada mas que suscitou algum burburinho”. Todos se questionavam: “Como é que no meio de tamanha beleza e riqueza, apareciam uns Santos com tão pouca cor que até pareciam pintados a giz?” Efectivamente, estas imagens foram recebidas com alguma estranheza pela população, levando à sua remoção e enclausuramento em armários da sacristia. E por lá permaneceram muitos anos.

Altino Maia, de espírito arrojado e disruptivo, elaborou os “Santos Pretos” ou “Santos das Rodilhas”, assim eram apelidadas as imagens pela comunidade. Após quatro décadas de clausura, as mesmas reapareceram em 2021 para a exposição “Santos d’Afurada”. Agora a história é perpetuada neste livro infantil. E bem.

Para descobrirem mais sobre este tema: [www.afuradaeacordasmemorias.com](http://www.afuradaeacordasmemorias.com)

*Rui Teles de Menezes*



## ***“Monte de S. Miguel-o-Anjo – o Púlpito da Maia”***

**Alvarinho Cerqueira Sampaio**



Já nos habituamos aos interessantes escritos do dedicado Alvarinho Sampaio, com especial incidência sobre a terra da qual já foi Presidente da Junta de Freguesia – S. Pedro Fins.

Por isso, uma vez mais, o autor apresentou no Salão Paroquial no dia 15 de novembro, o livro «Monte de S. Miguel-o-Anjo – o Púlpito da Maia». A apresentação da obra esteve a cargo do historiador Gonçalo Maia Marques, tendo contado com a presença do presidente da Câmara Municipal, António Silva Tiago, da actual Presidente de Junta, Raquel Azevedo Freitas, Pe. Domingos Areais e Pe. Marco Paulo.

Perante uma plateia numerosa e interessada, Alvarinho Sampaio procedeu a uma homenagem simbólica a José Maia Marques, entregando a seu filho, uma peça em acrílico que identifica diferentes fases da vida do historiador maiato.

*Monte de S. Miguel-o-Anjo – o Púlpito da Maia*  
Alvarinho Cerqueira Sampaio  
Edição do autor  
ISBN: 549995/25



Alvarinho Cerqueira Sampaio adiciona assim mais um volume dedicado a descrever a terra que adoptou ainda jovem, depois das obras já publicadas: «Um Canto à Terra e à Gente», «D. José Alves Correia da Silva», «S. Pedro Fins – do Passado ao Presente» e agora «Monte de S. Miguel-o-Anjo – o Púlpito da Maia».

Neste livro o autor realça a riqueza paisagística, simbólica e cultural do local, com ênfase nos seguintes aspetos:

- O Monte de S. Miguel-o-Anjo é descrito como o "Púlpito da Maia", sublinhando a sua altitude e a vista panorâmica que oferece sobre o território.
- É feita a história da Capela de S. Miguel-o-Anjo, construída em homenagem ao Arcanjo Miguel, crucial para a identidade religiosa e histórica da região.
- Defende a valorização e preservação do património local, convidando os leitores a redescobrir este espaço maiato.

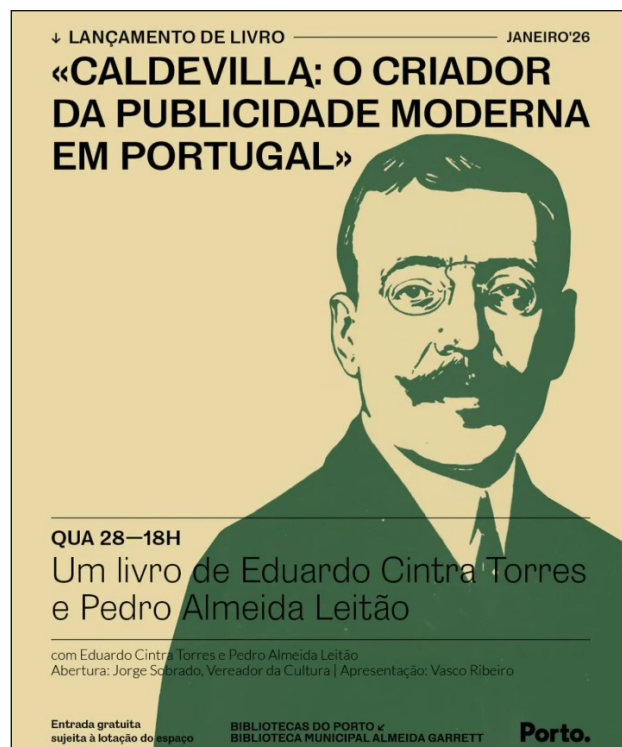
E por fim, descreve a função Histórica, pois o Monte também servia de "farol" aos pescadores e é local de uma romaria que se mantém até hoje.

*Rui Teles de Menezes*



## **“Caldevilla: O Criador da Publicidade Moderna em Portugal”**

**Eduardo Cintra Torres  
e Pedro Almeida Leitão**



Decorreu no dia 28 de janeiro no Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, situada nos Jardins do Palácio de Cristal, a apresentação do livro *Caldevilla: O Criador da Publicidade Moderna em Portugal*, dos autores Eduardo Cintra Torres e Pedro Almeida Leitão.

A apresentação contou com intervenções de Jorge Sobrado, vereador da Cultura da Câmara Municipal do Porto, Vasco Ribeiro, professor da FLUP, e dos respectivos autores.

Fruto de um trabalho de seis anos, esta obra é a primeira e exhaustiva biografia de Raul de Caldevilla. Considerado um fora-de-série da publicidade moderna, Caldevilla prova que o génio comercial já existia muito antes da era digital. Fundador da primeira agência de publicidade de serviço completo em Portugal (ETP), dirigindo-a ao longo de 10 anos de intensa actividade (1914-1923).

*Caldevilla: O Criador da Publicidade Moderna em Portugal*  
Eduardo Cintra Torres e Pedro Almeida Leitão  
Edição: Câmara Municipal do Porto  
ISBN: 978-972-634-132-1

As 542 páginas do livro desvendam áreas da vida profissional de Caldevilla até hoje nunca estudadas e acrescentam conhecimento em áreas já afloradas em artigos, casos da ETP, Empresa do Bolhão, a vertente radiofónica e produção cinematográfica.

Conhecido pelo seu requinte e perspicácia, Caldevilla acreditava que a imagem era tudo. O mesmo utilizava técnicas que hoje poderíamos chamar de marketing viral, como criar mistério em torno de produtos antes de serem lançados. A força dos grafismos e as campanhas que assinou influenciaram décadas de design gráfico em Portugal.

A biografia será completada este ano pelo álbum gráfico Caldevilla Ilustrado. Em conjunto os dois livros resgatam Caldevilla (1876-1951) como criador e inovador na cultura popular da publicidade, inscrevendo-o na galeria de notáveis do Porto e de Portugal.

*Rui Teles de Menezes*



## *Oficinas no Museu de História e Etnologia da Terra da Maia*



Na reta final de 2025, o Museu de História e Etnologia da Terra da Maia promoveu diversas oficinas que dialogam com as exposições patentes. Por altura das Jornadas Europeias do Património, promovemos uma oficina de decoupage, tendo como mote o almoço da Família Real neste lugar, no dia 5 de maio de 1852. Dado que não se conhece o serviço utilizado à época, demos liberdade aos nossos participantes para usar da sua criatividade na escolha dos motivos a decorar os pratos. O resultado (imagem 1) terá sido bastante satisfatório e provavelmente fará perdurar a memória do evento nas casas dos participantes.

Com o início do ano letivo, era altura de voltar a trabalhar com o público escolar e as atividades mais requisitadas foram “A Rainha Sem Coroa” e “Todos os Caminhos vão dar a Roma”. Na primeira, evocamos a visita da Rainha D. Maria II ao concelho para explicar aos mais novos o motivo pelo qual os reis e rainhas da dinastia de Bragança não usavam coroa. Aproveitando a deixa, também esclarecemos que os reis de Portugal não eram coroados, mas antes aclamados.



Na segunda oficina, procuramos fazer uso da atividade para tornar mais concreta a ideia de que a romanização trouxe modificações muito significativas ao modo de vida dos povos peninsulares e, mais concretamente, aos povos que habitavam o território que viria a ser a Maia. Esta atividade permite-nos potenciar o uso do nosso novo mapa interativo, onde se pode ver por onde as vias romanas atravessavam a Terra da Maia, onde ficam as pontes de fundação romana – algumas ainda de pé, embora muito modificadas – e onde estavam os castros (profundamente alterados pela chegada dos romanos). É sempre importante lembrar que a conquista do território pelos romanos levou a grandes alterações, mas também houve resistência e manutenção de certas lideranças políticas autóctones, bem como persistência de costumes locais, sobretudo na produção agrícola. Por isso é que nas nossas oficinas mantemos tarefas de construção de casas redondas (tipicamente pré-romanas), precisamente para demonstrar que os romanos não mudaram o nosso modo de vida do dia para a noite, muito menos numa região periférica do império como era o caso do noroeste da península ibérica.

Em novembro ainda houve tempo para uma oficina de Kintsugi moderno. Uma vez que na nossa exposição de arqueologia existe abundância de fragmentos de cerâmica, além de recipientes restaurados e ainda cerâmicas conservadas intactas, consideramos adequado promover um workshop de restauro de cerâmica (Kintsugi) para que os participantes percebam o trabalho envolvido em alguns dos bens culturais em exposição, principalmente no nosso *dolium* – objeto de um magnífico trabalho de restauro. Além de dialogar bem com a nossa exposição permanente, este workshop tem o mérito de estar em linha com os objetivos de desenvolvimentos sustentável, nomeadamente o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis: salvaguarda do património cultural (muitas cerâmicas são registos históricos) e o ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis, uma vez que o restauro propõe uma lógica de circularidade e redução de resíduos.

Para o ano de 2026, o Museu terá muitas mais atividades e surpresas naquele que é o ano da comemoração dos 25 anos da sua existência. Não deixem por isso de nos visitar e acompanhar o que de melhor vamos fazendo em prol da divulgação da história e da cultura da nossa Maia.

## Mês da Arquitetura da Maia 2025

### Loureiro 100 - Causa Pública

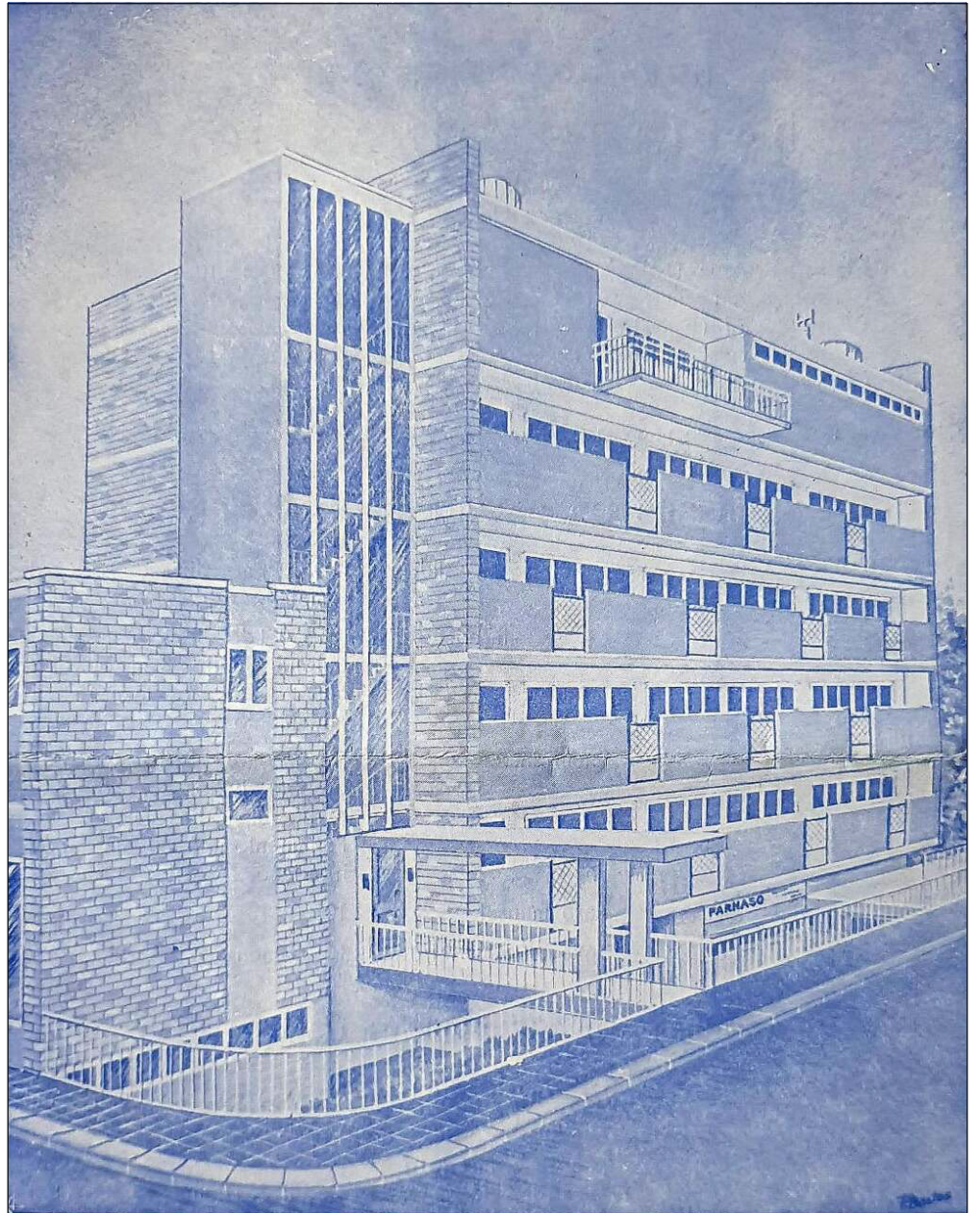


A edição de 2025 do Mês de Arquitetura da Maia foi dedicada à obra pública desenhada pelo Arquitecto José Carlos Loureiro, no ano do centenário do seu nascimento. A primeira de três exposições organizadas para divulgar a sua arquitetura foi inaugurada no dia 26 de setembro, no Fórum da Maia, um edifício com autoria do próprio José Carlos Loureiro.

Desde a primeira obra, um hospital, até aos últimos projectos para universidades, Loureiro desenhóu uma multiplicidade de edifícios públicos. Esta componente da sua obra construída, para além da inquestionável qualidade arquitectónica, é paradigmática da forma como os seus edifícios estabelecem continuamente uma intensa relação com os locais onde se implantam, quer sejam cidades ou paisagens naturais. Os equipamentos colectivos que projectou, que incluem pavilhões desportivos, centrais eléctricas, tribunais, museus, igrejas, mercados, escolas ou universidades, revelam um exemplar cuidado na articulação entre o espaço público e os acessos dos edifícios, mas igualmente na forte imagem que imprimem aos lugares, figurando como pontos de referência funcional e visual. O empenho colocado nos atributos espaciais e construtivos destes edifícios, tendo como foco o bem-estar dos seus utilizadores, manifesta a dedicação de José Carlos Loureiro à CAUSA PÚBLICA.

O MAM - Mês da Arquitetura da Maia 2025, promovido pela Câmara Municipal da Maia, teve curadoria de Luís Martinho Urbano e Joaquim Vieira de Magalhães, e inseriu-se nas actividades destinadas a comemorar os 100 anos do nascimento de José Carlos Loureiro, em parceria com a Fundação Marques da Silva e o Lugar do Desenho - Fundação Júlio Resende e com o apoio da Direção-Geral das Artes, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e Ordem dos Arquitectos.

*Mês da Arquitetura da Maia 2025*  
*Loureiro 100 - Causa Pública*  
Edição: Câmara Municipal da Maia  
ISBN: 978-989-9259-09-6



PARNASO

## *50º Aniversário da Cooperativa Agrícola da Maia*



Como não podia deixar de ser, a Cooperativa Agrícola da Maia comemorou com especial ênfase a passagem do seu 50º aniversário. Ao longo do ano de 2025 desenvolveu um conjunto de iniciativas, que tiveram o ponto alto no dia 20 de outubro, na realização de uma cerimónia comemorativa onde foram homenageados 32 sócios com 50 anos de ligação à Cooperativa. Perante uma “casa cheia”, também foi apresentado o projecto do livro sobre os últimos 50 anos (e não só) da instituição.

E a pessoa mais indicada para esse efeito foi o Dr. José Maia Marques, que com todo o seu saber, conhecimento e disponibilidade se dedicou com afinco e interesse à recolha de informação. Ao longo de meses, realizou pesquisas, ouviu intervenientes, analisou documentos, perdeu a conta à quantidade de vezes que se deslocou à Cooperativa para trocar opiniões e também aprendeu muitos ensinamentos sobre este “mundo” agrícola.



E um dos seus pilares para essa empreitada foi o Sr. José Torres, funcionário da Cooperativa Agrícola e do antigo Grémio da Lavoura ao longo de 65 anos. Juntos, percorreram lugares, relembraram histórias, pessoas e acontecimentos marcantes, imbuídos de um espírito de missão – deixar uma obra de referência para a Maia e à qual os vindouros poderão recorrer quando eles mesmos farão a História do seu tempo.

Na apresentação do livro, o Dr. Maia Marques abordou os diferentes capítulos que compõem o livro: a parte relacionada com a história da agricultura, o aparecimento do Sindicato Agrícola, a transformação em Grémio da Lavoura e por fim, a criação da Cooperativa como hoje a conhecemos.

Passados poucos dias, no dia 26 de outubro realizou-se uma missa solene na Igreja de Nossa Senhora da Maia, seguida de um almoço na Quinta do Geraldino, em Gemunde, onde foram homenageados os sócios que já atingiram 25 anos de filiação.



## *Dia de Reis e Janeiras na Câmara Municipal*



No início de janeiro de 2026, o átrio da Câmara Municipal da Maia encheu-se de música, cor e espírito comunitário com a visita do Rancho Folclórico e Etnográfico "Flor de Linho", de Pedrouços. O grupo cumpriu a nobre tradição de Cantar as Janeiras, levando os desejos de um próspero Ano Novo às instituições e aos cidadãos maiatos.

Fundado a partir dos próprios cantares em 2011, o rancho mantém viva uma herança que remete para os antigos costumes de solidariedade e partilha. Recorde-se que esta associação ocupa o antigo edifício que serviu de sede à que foi a mais antiga associação cultural do concelho, o Grupo Dramático e Recreativo 'Flor de Pedrouços', fundado em 1919.

A escola de Música Samuel Santos também marcou presença na Torre do Lيدador, numa atuação onde as estrelas foram os mais pequenos, que com a sua energia e dotes vocais abrilhantaram ainda mais a ocasião.

Segundo Emília Santos, Vice-Presidente da Câmara Municipal, *“a Maia pulsa ao ritmo das suas tradições. O Cantar de Janeiras permanece como um dos mais belos símbolos de união da nossa comunidade, unindo vozes e afetos.*

*É com enorme orgulho que abrimos as portas dos Paços do Concelho, a casa de todos os maiatos, para acolher grupos de várias gerações. Ao recebê-los, não celebramos apenas o Dia de Reis, preservamos a nossa história e renovamos a alegria coletiva que tanto nos caracteriza. Que a tradição continue a ecoar na nossa cidade”.*

Estes momentos musicais no átrio dos Paços do Concelho são a prova evidente que na Maia, o passado e o futuro caminham de mãos dadas através das vozes do seu povo.



## *Homenagem a José Maia Marques*



A vida e obra do maiato José Augusto Maia Marques foi recordada numa concorrida cerimónia que decorreu no dia 21 de março de 2026, na Fundação Gramaxo, na Maia. O evento também assinalou o encerramento da exposição "Memórias da Arquitetura Popular", da qual o historiador foi curador.

Marcado pelo forte sentimento de reconhecimento e saudade, o evento que aconteceu na Casa da Eira reuniu familiares, amigos e a comunidade local num momento de gratidão pela sua dedicação à memória coletiva da Maia.

Os discursos da família e pessoas que com ele privaram, como Maria de Fátima Gramaxo ou Domingos da Silva Tiago acabaram por marcar a cerimónia, sendo também exibido um pequeno vídeo recheado de momentos relevantes na vida de José Maia Marques.



A celebração enalteceu o legado do historiador, que partiu inesperadamente na manhã de 25 de outubro de 2025 — precisamente o dia da abertura desta exposição que, tragicamente, já não chegou a inaugurar.

A mostra presente na Quinta da Boa Vista abordava a arquitetura tradicional, o saber-fazer popular e a identidade do território, contando com obras de artistas maiatos como António Pato, Mestre Albino Moreira e António Matos e assim como maquetes de arquitectura tradicional maiata produzidas por Fernando Dionísio, propriedade da Câmara Municipal da Maia. Esta seria a primeira iniciativa do projecto dedicado à Herança Cultural — Memórias da Arquitetura Popular.



*Paula Rego na Maia,  
uma oportunidade única*



Decorreu entre 14 de março e 3 de maio de 2026, a exposição "Paula Rego: Histórias Gravadas. Da Imaginação para a Chapa", patente no Fórum. Esta mostra, com curadoria de Catarina Alfaro, reuniu um conjunto de 101 gravuras provenientes da Casa das Histórias Paula Rego e das coleções da Câmara Municipal de Cascais e da Fundação D. Luís I.

A exposição incidia na obra gráfica da artista, revelando como a gravura era uma parte central da sua prática narrativa. Ao longo do percurso expositivo era possível explorar temas transversais à produção de Paula Rego, como a literatura, o teatro e os contos tradicionais.

Aqui pudemos apreciar séries icónicas como as obras das séries "Peter Pan", "A Cruzada das Crianças" e as famosas "Nursery Rhymes" (cantigas de berço inglesas). Também constavam obras inéditas ou menos conhecidas, como a série "O Vinho" e duas gravuras inspiradas num conto não publicado do dramaturgo Martin McDonagh.

Sobre o universo narrativo, as imagens presentes destacavam o papel das crianças como protagonistas e destinatárias de histórias intemporais, muitas vezes com tons complexos e imaginativos.

Também integrado na evocação da pintora, no dia 26 de abril, pelas 17h00, o Grande Auditório do Fórum recebeu o recital lírico “Paula Rego – Óperas Pintadas”, com a soprano Teresa da Neta e o maestro João Paulo Santos.

Maria Paula Figueiroa Rego, mais conhecida por Paula Rego, natural de Lisboa (1935 — 2022), foi uma pintora luso-britânica, condecorada pelo Governo Português e pela Rainha Isabel II. A par de Maria Helena Vieira da Silva, Paula Rego é a pintora portuguesa mais aclamada a nível internacional.



## 15 Minutos de História da Maia



### Maia: Uma Viagem no Tempo Entre o Passado e o Futuro

Descubra a série documental que está a revelar os segredos, as personagens e o património que moldaram a identidade do nosso concelho. A história de um território não se escreve apenas nos livros; ela vive nas pedras das igrejas, no traçado das ruas, nas lendas transmitidas de geração em geração e na memória daqueles que o habitam. Com o objetivo de celebrar e divulgar esta riqueza, a Câmara Municipal da Maia apresenta uma série de programas dedicada à exploração profunda das raízes maiatas, agora disponível no site institucional, redes sociais e YouTube. Conduzida por Gonçalo Maia Marques, a série conta com o contributo dos especialistas em história local: José Maia Marques e Rui Teles de Menezes.

Ao longo dos episódios, o espectador é convidado a recuar séculos para compreender o papel fundamental da Maia na fundação da nacionalidade. A viagem começa com a figura mítica do Lidador, mas não se detém no passado remoto. A série percorre:

**Património Religioso:** O silêncio dos mosteiros, a imponência das igrejas e a devoção popular expressa em capelas, alminhas e festas tradicionais.



Figuras de Relevo: O impacto de políticos, artistas e líderes comunitários cujas ações ecoam até aos dias de hoje.

Paisagem em Evolução: A transição da Maia rural para a cidade moderna, onde edifícios históricos coabitam harmoniosamente com construções contemporâneas de renome internacional.

Lista de episódios:

- Ep. 1 – Santuário de Nossa Senhora do Bom Despacho*
- Ep. 2 – O Visconde de Barreiros*
- Ep. 3 – Edifício Lidador*
- Ep. 4 – Fundação Gramaxo*
- Ep. 5 – Igreja de Águas Santas*
- Ep. 6 – Cemitério de Águas Santas*
- Ep. 7 – Museu Municipal*
- Ep. 8 – Monte de Santo Ovídio*
- Ep. 9 – Mosteiro de Moreira*
- Ep. 10 – Igreja de Folgosa e Casa Brasilina Ramos Paiva*
- Ep. 11 – Igreja de S. Pedro Fins*
- Ep. 12 – Nogueira e os Santeiros da Maia*
- Ep. 13 – Igreja de Silva Escura*
- Ep. 14 – Igreja antiga de Gueifães e Escola Príncipe da Beira*
- Ep. 15 – Montes Ermos – Capela Sta. Cruz de Barca*
- Ep. 16 – Capela de Nossa Senhora de Guadalupe*
- Ep. 17 – Transferência dos Paços do Concelho – Casa da Botica*
- Ep. 18 – Transformação da Maia no séc. XX*
- Ep. 19 – Estádio Municipal da Maia e o Futebol*
- Ep. 20 – Desembarque do Exército Libertador de D. Pedro IV*

## Empresa do Bolhão: Artes gráficas e publicidade nas décadas de 1920 e 1930



*Mediapolis – Revista de Comunicação,  
Jornalismo e Espaço Público, N.º 18 (2024)*  
Pedro Almeida Leitão e Rui Teles de Menezes  
Edição: Imprensa da Universidade de Coimbra  
ISBN: 2183-5918

O imaginário da publicidade continua a ser alvo de diferentes estudos e abordagens. Neste caso, os investigadores Pedro Almeida Leitão e Rui Teles de Menezes apresentaram um artigo científico na revista *Mediapolis*, uma publicação do Grupo de Investigação em Comunicação, Jornalismo e Espaço Público, do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX.

Ao longo da sua existência, são vários os temas aos quais se dedicou: o jornalismo, publicidade, os media e a comunicação, a democracia e as redes sociais, transformações sociais, entre outros campos de interesse. Este décimo oitavo número é dedicado à afirmação da Publicidade como Indústria Cultural (1860-1960). Neste caso, os autores centram a atenção na rotulagem dos primeiros anos da *Empresa do Bolhão*, que representava o principal formato encomendado à empresa. Como é do domínio público, o espólio desta organização que foi uma das principais produtoras de material gráfico e publicitário do país, é posse do Município depois de ter sido adquirido em 2021.

A *Empresa do Bolhão*, sucessora da primeira agência publicitária moderna em Portugal, fundada por Raul de Caldevilla, criou emblemáticos cartazes assinados por distintos artistas nacionais. Menos estudados foram, no entanto, os trabalhos de rotulagem, que agora foram alvo de uma abordagem mais aprofundada. Não assumindo as funções de agência publicitária desde a saída de Caldevilla, uma parte substancial do processo de desenvolvimento do material gráfico estava a cargo dos funcionários da *Empresa do Bolhão*. Angariadores comerciais e maquetistas, a partir das instruções fornecidas pelo cliente, contribuíam para a conceção e para a eficácia daqueles objetos como meio de promoção comercial. Ao invés do modelo de agência completa representado pelo ETP, a orientação publicitária destes trabalhos era, assim, assumida em partes variáveis pelo cliente e pela gráfica que os executava.

## *Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia – Cidade da Maia*



Em novembro de 2025, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Maia, Eng. Bragança Fernandes foi contactado para colaborar num trabalho escolar de uma jovem maiata de nome Margarida Madureira da EB 2/3 da Maia, sob orientação da Prof. Conceição Carneiro sobre o Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia.

Perante tal solicitação, foi marcado um encontro ao fim da tarde onde a nossa pequena Margarida, com grande desenvoltura, fez de entrevistadora e o Eng. Bragança Fernandes respondeu às questões, tendo ainda bem presente o que envolveu esse processo, os meses das obras que precederam a inauguração e a satisfação de ver concluída uma obra dessa envergadura para a Maia e o Concelho.

Também conhecido pela designação “Portas da Maia”, foi inaugurado a 17 de maio de 2003 e encontra-se no cruzamento entre a Avenida D. Manuel II e a Avenida Altino Coelho. A obra projetada pelo arquiteto Pais de Figueiredo assenta numa reinterpretação do conceito clássico do Arco do Triunfo. Cada um dos três pilares desta obra tem um significado. Um representa a religiosidade, outro o trabalho e um terceiro, a cultura popular rural. São os elementos fundamentais da identidade da Maia, aqui representados no Monumento ao Triunfo das Gentes da Maia.

Depois de recolhidos todos os elementos de apoio para a elaboração do trabalho escolar, a Margarida trabalhou-os em casa e passou à “ação” na escola, mostrando aos colegas e professora o resultado das suas pesquisas.

A prestação da jovem Margarida foi muito elogiada, resultando numa excelente nota. Este momento acabou por se revelar uma experiência muitíssimo enriquecedora para todos os intervenientes.





## *Ficha Técnica*

REVISTA DA MAIA – NOVA SÉRIE  
ANO XI 2026  
#1

**EDIÇÃO**  
Câmara Municipal da Maia  
Pelouro da Cultura

**DIRETOR**  
Mário Nuno Neves

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**  
Sofia Barreiros

**EDITOR**  
Rui Teles de Menezes

**DESIGN**  
João Roque Pinto

**PROPRIEDADE**  
Câmara Municipal da Maia  
©Todos os direitos reservados  
ISSN: 2183-8437

**DEPÓSITO LEGAL**  
509488/22

**CONTACTOS**  
infocultura@cm-maia.pt  
cm-maia.pt

Foto capa: José Maia Marques, numa aguarela de  
Nathalie Afonso. Foto de José Lopes

